


Ofício SMPMA/GS nº 60/2016

Jundiaí, 10 de junho de 2016.

**À Câmara Municipal de Jundiaí**  
**Gabinete do Excelentíssimo Presidente**  
**Senhor Vereador Marcelo Roberto Gastaldo**

**A/C Comissão de Políticas Urbanas e Meio Ambiente**

**Ref.: processo administrativo 15.654/2016**

A D.L.  
junte-se ao processo  
  
Presidente  
10/10/2016

CÂMARA M. JUNDIAÍ (PROTÓCO) 10/JUN/2016 15:30 075455

Em atendimento ao expediente em epígrafe, que versa sobre informações solicitadas pela Comissão de Políticas Urbana e Meio Ambiente, acerca do Plano Diretor Participativo, vimos por meio deste, encaminhar o parecer desta Secretaria, bem como, todo processo participativo em arquivo digital (1 unidade DVD) e cópia dos processos abaixo relacionados, totalizando 14 documentos.

- Processo nº 11.553-9/2016, refere-se à Instituição do Grupo Técnico do Plano Diretor Participativo;
- Processo nº 4.577-9/2015, refere-se à Instituição do Grupo Gestor do Plano Diretor Participativo;
- Processo nº 16.103-0/2015 volume 1, refere-se à Primeira Etapa de Consulta Pública do Plano Diretor Participativo;
- Processo nº 16.103-0/2015 volume 2, refere-se às Oficinas Territoriais feitas com a População em diversos bairros;
- Processo nº 16.103-0/2015 volume 3, refere-se ao I Fórum do Plano Diretor Participativo;



- Processo nº 24.748-2/2015, refere-se ao Regimento Interno do II Fórum do Plano Diretor Participativo;
- Processo nº 16.103-0/2015 volume 4, refere-se ao II Fórum do Plano Diretor Participativo
- Processo nº 16.103-0/2015 volume 5, refere-se à Capacitação dos Delegados Eleitos no II Fórum;
- Processo nº 16.103-0/2015 volumes 6 e 7, referem-se às Oficinas de Construção de Consenso feitas com os Delegados;
- Processo nº 16.103-0/2015 volume 8, refere-se aos Trabalhos da Comissão Relatora;
- Processo nº 16.103-0/2015 volume 9, refere-se ao Congresso da Cidade;
- Processo nº 11.555-4/2016, refere-se às Matérias Jornalísticas do Plano Diretor Participativo;

Sem mais para o momento, nos despedimos com votos de elevada estima e distinta consideração.

Respeitosamente,

**DANIELA DA CAMARA SUTTI**  
**Secretária de Planejamento e Meio Ambiente**





À

Comissão Permanente de Políticas Urbanas e Meio Ambiente

CC: Comissão Permanente de Infraestrutura e Mobilidade Urbana

CC: Comissão Especial

10/06/2016

Ref: OF/COPUMA n.º 007/2016- Projeto de Lei n.º 12042/2016 – Plano Diretor Participativo

Excelentíssimos Vereadores,

Recebemos os autos n.º 15.654-1/2016, com o ofício acima referenciado, solicitando esclarecimentos técnicos a respeito do Plano Diretor Participativo sobre o qual tecemos as seguintes considerações:

#### **1) Processo Participativo:**

O processo participativo é exigência do Estatuto da Cidade e está regulamentado pelo Conselho Nacional das Cidades através da Resolução 25.

Pudemos observar que alguns municípios que não discutiram seus planos diretores através do modelo participativo, tiveram seus projetos de Lei questionados pelo Ministério Público.

Assim, todo o processo de construção do Plano Diretor baseou-se nas diretrizes previstas na Constituição Federal artigos 182 e 183, no Estatuto da Cidade, nas Resoluções 25 e 34 do Ministério das Cidades e pela legalidade dos trâmites em todas as esferas de governo.

Iniciado em Novembro de 2013 com a capacitação técnica das Secretarias de Planejamento, Obras, Agricultura, Desenvolvimento Econômico e integrantes do Conselho do Plano Diretor, o processo participativo priorizou em seu princípio formar corpo técnico e a sociedade para as discussões da Cidade. Foram 16 dias de capacitação alcançando 48hs de formação em temas como: Democracia, Participação Cidadã, Conselhos e Fóruns; Planejamento Territorial e a Gestão Urbana; Políticas Públicas Sociais e o Orçamento Municipal; Implementação dos Instrumentos do Estatuto das Cidades – Do Parcelamento e Edificação Compulsórios; Da Operação Urbana Consorciada e Consórcio Imobiliário; Do Estudo de Impacto de Vizinhança.

Entre fevereiro e abril de 2014 realizamos uma consulta pública, com formulários na conta de água e questionários nas escolas públicas municipais e estaduais. A pesquisa



atingiu aproximadamente 8000 (oito mil) questionários e formatou a Leitura Social da Cidade.

(link:<http://planodiretor.jundiai.sp.gov.br/wp-content/uploads/2015/02/Leitura-comunit%C3%A1ria-JUNDIA%C3%8D.pdf>).

No ano de 2015 realizamos diversas etapas e eventos com grande participação popular e das entidades produtoras da cidade: a Leitura Técnica e Jurídica, 13 oficinas territoriais, o 1º Fórum do Plano Diretor Participativo – “Jundiaí que Temos e Queremos”, o 2º Fórum do Plano Diretor Participativo – “Como construir a Jundiaí que Queremos”, eleição dos 102 Delegados, apresentação do texto base, recebimento de propostas de alteração do texto base com mais de 500 propostas enviadas pelos Delegados eleitos e munícipes e concluímos o ano apresentando a 1ª versão preliminar do Projeto de Lei.

Link: <http://planodiretor.jundiai.sp.gov.br/segunda-fase/propostas-recebidas/>

Em janeiro de 2016 reabrimos o prazo de propostas para os delegados eleitos (177 propostas), e iniciamos a fase de construção conjunta do Projeto de Lei através de mesas de negociações de conflitos e construção de consensos que culminaram no Congresso da Cidade, onde votamos 20 conflitos em que não foi possível chegar a um entendimento comum.

Após o Congresso da Cidade, iniciamos a relatoria do Projeto de Lei por meio de um colegiado formado por um grupo de delegados eleitos entre seus pares e equipe das Secretarias de Obras, Jurídico e Planejamento. O projeto de lei foi concluído após 14 reuniões da Comissão Relatora.

Anexam aos autos, para conhecimento de VSas, cópia completa em mídia da documentação comprobatória do Plano Diretor Participativo.

**Na sequência, juntamos algumas das principais matérias jornalísticas, em ordem cronológica para documentação dos fatos ocorridos e que ilustram a metodologia aplicada do processo participativo.**



[PÁGINA INICIAL](#) [SAIBA O QUE É](#) [PROCESSO PARTICIPATIVO](#) [VÍDEOS](#) [LEGISLAÇÃO](#) [ENTENDA MAIS](#)  
[ESTATUTO DA CIDADE](#) [PARECERES DE ENTIDADES](#) [NOTÍCIAS](#) [PROJETO DE LEI](#)

Ouçã o spot de rádio do Plano Diretor

00:00 00:30

#### Arquivos

- [junho 2016](#)
- [maio 2016](#)
- [abril 2016](#)
- [março 2016](#)
- [fevereiro 2016](#)
- [janeiro 2016](#)
- [dezembro 2015](#)
- [novembro 2015](#)
- [outubro 2015](#)
- [setembro 2015](#)
- [agosto 2015](#)
- [julho 2015](#)
- [junho 2015](#)
- [maio 2015](#)
- [abril 2015](#)
- [março 2015](#)
- [fevereiro 2015](#)
- [março 2014](#)
- [fevereiro 2014](#)

#### Notícias por assunto

[1º Fórum do Plano Diretor](#)

[2º Fórum do Plano Diretor](#)

[capacitação Conselho de Defesa do Meio Ambiente \(Comdema\) Conselho do Plano](#)

[Diretor Câmara Municipal Enquanto Isso Faculdade de Medicina de Jundiaí \(FMJ\) Gabinete do Prefeito](#)

[IBGE Plano Diretor Participativo](#)

[Rádio Cidade](#)

[Rádio Difusora](#) [Secretaria de Agricultura](#)  
[Abastecimento e Turismo](#) [Secretaria de Desenvolvimento Econômico](#) [Ciência e Tecnologia](#) [Secretaria de Negócios](#)

## Grupo Gestor define cronograma das oficinas do Plano Diretor

As 11 oficinas territoriais do [Plano Diretor Participativo](#), que começam a ser realizadas na segunda-feira (23), foram definidas pelo Grupo Gestor da 2ª Fase do Plano, em reunião na noite de quarta-feira (18). O grupo é formado por 40% de representantes do setor público e 60% da sociedade civil. As reuniões com moradores visam sensibilizar a sociedade sobre os rumos do crescimento de Jundiaí.

De acordo com o formato aprovado, as oficinas serão realizadas sempre das 18h30 às 21h, com uma breve exposição do Plano Diretor e do Estatuto da Cidade, um trabalho em grupos de seis a oito pessoas apontando pontos fortes e pontos fracos de Jundiaí (ou de um bairro em particular) e uma finalização com o convite para o primeiro fórum geral, previsto para o fim de abril.

[Conheça o grupo gestor](#)

[Confira as datas e locais para as reuniões das oficinas](#)



Integrantes do Grupo Gestor preparam a série de encontros

“É importante que as pessoas entendam que podem participar de qualquer oficina territorial, não necessariamente na região onde moram. O formato está sendo bastante objetivo e o processo envolve até capacitação extra para quem se interessar”, afirma Daniela da Camara Sutti, secretária do Planejamento e Meio Ambiente.

As primeiras oficinas serão feitas na segunda-feira (23) no Fazenda Grande; na terça (24), na Vila Alvorada; na quarta-feira (25), no Rio Acima; e na quinta (26), no Jardim Bonfiglioli. Os espaços usados serão as escolas municipais Nassib Cury, Anna Rita Alves Ludke, Pedro Clarismundo Fomari e Antonino Messina, respectivamente. No total serão 11 oficinas até o dia 9 de abril.

Mesmo sugestões adicionais, que não envolvam diretamente a legislação do Plano Diretor, serão recebidas



nos eventos. Uma preparação direta do Grupo Técnico será realizada nesta sexta-feira (20).

#### Quem forma o Grupo Gestor

Para dar legitimidade ao processo participativo, a orientação é dada por um núcleo de representantes do poder público e da sociedade. Um novo encontro de avaliação das oficinas territoriais pelo Grupo Gestor foi marcado para 15 de abril, pouco antes do 1º Fórum do Plano Diretor.

No fórum, inclusive, será feita a síntese das “leituras”, os eixos prioritários e o cenário desejado. Tudo isso vai orientar o trabalho técnico de uma proposta preliminar a ser discutida pelo 2º Fórum do Plano Diretor, em junho – ocasião em que serão indicados delegados para o Congresso da Cidade e, conseqüentemente, o desfecho da proposta.

**José Arnaldo de Oliveira**

**Foto: PJ**

Curtir Seja o primeiro de seus amigos a curtir isso.

Tweetar

G+1 0

Publicada em 20/03/2015 ■ Leia mais sobre [Plano Diretor Participativo](#), [Secretaria de Planejamento e Meio Ambiente](#)

Plano Diretor Participativo | Desenvolvido por [CIJUN](#)

[PÁGINA INICIAL](#)   [SAIBA O QUE É](#)   [PROCESSO PARTICIPATIVO](#)   [VÍDEOS](#)   [LEGISLAÇÃO](#)   [ENTENDA MAIS](#)  
[ESTATUTO DA CIDADE](#)   [PARECERES DE ENTIDADES](#)   [NOTÍCIAS](#)   [PROJETO DE LEI](#)

[Início](#) » [Saiba o que é](#) » Grupo Gestor

## Grupo Gestor

1) Grupo Gestor – Grupo que garante a legitimidade do processo, acompanha e avalia a metodologia:

Poder Público :

Secretaria de Planejamento e Meio ambiente – Daniela da Camara Sutti  
Secretaria de Obras – José Roberto Aprillanti Junior  
Secretaria de Negócios Jurídicos – Edson Aparecido da Rocha  
Secretaria de Agricultura, Abastecimento e Turismo – Marcos Cesar Brunholi  
Secretaria de Desenvolvimento, Econômico, Ciência e Tecnologia – Marcelo Cereser  
Secretaria de Serviços Públicos – Aguinaldo Leite  
Escola de Governo e Gestão – Marcelo Lo Mônaco  
Secretaria de Transportes – Wilson Folgozi de Brito

### CONSELHO MUNICIPAL DO PLANO DIRETOR:

Poder público representado no Conselho do Plano Diretor:

Sergio Mesquita Pompermaier – SMAATR  
Aray Jorge Martinho – DAE  
Denilson Ricardo André – Gabinete do Prefeito  
José Roberto Pellizzer – SMDECT  
Pamela Natacha de Souza – FUMAS  
Fernando Baradel – SMO  
Ana Paula Silva de Almeida – SMT  
Marco Antônio de Oliveira – SMPMA

2) Segmentos representados no Conselho do Plano Diretor:

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA – Liliana de Camargo Traldi Bezerra  
Ordem dos Advogados do Brasil – OAB – Luiz Dias da Silveira Junior  
Instituto dos Arquitetos do Brasil – IAB – Mariangela Mazzola Mendes  
Associação das Empresas e Profissionais do Setor Imobiliário – Proempi – Nivaldo José Callegari  
Associação dos Bacharéis em Economia, Ciências Contábeis e Administração de Empresas de Jundiaí e Região – ABECA – Erick Jacques Lucien Winandy  
Associação dos Engenheiros de Jundiaí – Roberval Guitarrari  
Centro das Indústrias do Estado de São Paulo – CIESP – Márcio Antonio Viotti  
Conselho Regional de Corretores de Imóveis – Norival Antonio de Freitas  
Sindicato Rural de Jundiaí – Antonio Roberto Loschi  
Associação Amigos da Malota – Fábio Fernandes Costa Pereira Lopes  
Sindicato dos Engenheiros no Estado de São Paulo – Luiz Antonio Pellegrini Bandini  
Associação Moradores do Jardim das Colinas – Luciano Libanio de Alcantara  
Centro de Orientação Ambiental Terra Integrada – Claudio Franchini  
Sindicato dos Metalúrgicos – Natanael Onofre Matias

Sindicato dos Corretores de Imóveis – Dirceu Francisco Cardoso  
Associação Amigos do Bairro do Engordadouro – Rodrigo Pavan Benassi

Outros Segmentos:

CETESB – Domênico Tremarolli

Associação Rural (Traviu / Bom Jardim / Poste / Engordadouro) – Régis Tomasetto

Coletivo Vetor Oeste – Edi Carlos Vieira

Associação Moradores São Camilo e Tarumã – João Osny Cunha

SAB Jardim Brasil – Ricardo Gaspari

Representante AMOAB Jardim do Lago – Antonio Carlos Cesar Bezerra

Representante da UNIP Jundiaí – Pier Paolo Pizzolato

Representante do Anchieta- Marcelo Pilon

Plano Diretor Participativo | Desenvolvido por [CJUN](#)



[PÁGINA INICIAL](#) [SAIBA O QUE É](#) [PROCESSO PARTICIPATIVO](#) [VÍDEOS](#) [LEGISLAÇÃO](#) [ENTENDA MAIS](#)  
[ESTATUTO DA CIDADE](#) [PARECERES DE ENTIDADES](#) [NOTÍCIAS](#) [PROJETO DE LEI](#)

Ouçã o spot de rádio do Plano Diretor

30:00 00:00

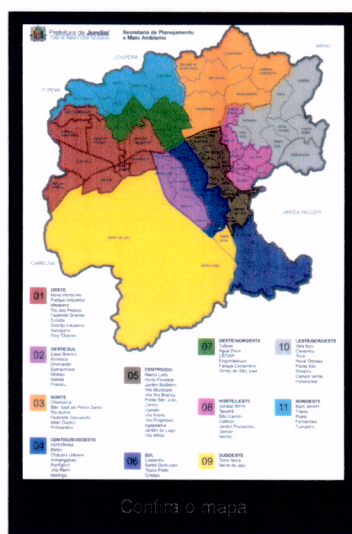
#### Arquivos

- [junho 2016](#)
- [maio 2016](#)
- [abril 2016](#)
- [março 2016](#)
- [fevereiro 2016](#)
- [janeiro 2016](#)
- [dezembro 2015](#)
- [novembro 2015](#)
- [outubro 2015](#)
- [setembro 2015](#)
- [agosto 2015](#)
- [julho 2015](#)
- [junho 2015](#)
- [maio 2015](#)
- [abril 2015](#)
- [março 2015](#)
- [fevereiro 2015](#)
- [março 2014](#)
- [fevereiro 2014](#)

#### Notícias por assunto

[1º Fórum do Plano Diretor](#)  
[2º Fórum do Plano Diretor](#)  
[capacitação Conselho de Defesa do Meio Ambiente \(Comdema\) Conselho do Plano Diretor Câmara Municipal](#)  
[Enquanto Isso Faculdade de Medicina de Jundiaí \(FMJ\) Gabinete do Prefeito](#)  
[IBGE Plano Diretor Participativo](#)  
[Rádio Difusora Secretaria de Agricultura Abastecimento e Turismo Secretaria de Desenvolvimento Econômico Ciência e Tecnologia Secretaria de Negócios](#)

## Oficinas Participativas ouvem sugestões ao Plano Diretor



O que precisa ser cuidado em cada bairro de Jundiaí sobre os elementos da natureza ou de necessidades sociais apontadas pelos moradores é o alvo das “oficinas participativas”, que começam na próxima semana dentro do processo da segunda fase do [Plano Diretor Participativo](#).

#### LEIA TAMBÉM

[Reserva Biológica Municipal na Serra do Japi reabre Casa do Conserveiro](#)

A abertura, ou **oficina 1**, será realizada na **Zona Oeste**, a partir das 18h30 de segunda-feira (23), na Emeb Prof. Nassib Cury, Rua Roberto Gaspari, 380, Fazenda Grande. Sempre no mesmo horário, novos encontros estão programados:

**A oficina 2 será terça-feira (24)**, para a região da Malota, na Emeb Profª. Anna Rita Alves Ludke, Alameda das Sibipirunas, 120, Vila Alvorada.

**Na quarta-feira (25) é a vez da oficina 3** na região do Rio Acima, na Emeb Pedro Clarismundo Fornari, Avenida Geraldo Azzoni, 2.051, Rio Acima.

**E, na quinta-feira (26), o encontro é da oficina 4**, das regiões urbanas do Anhangabaú, Retiro, Vila Hortolândia, Vila Rami e da Vila Maringá. Tudo na Emeb Antonino Messina, Rua Líbia, 140, Jardim Bonfiglioli.

“Não vai ser preciso conhecer profundamente a legislação. A oficina é dinâmica e busca basicamente o que as pessoas consideram ser a Jundiaí de hoje, caminhando para chegarmos para a cidade que queremos”, afirma Daniela da Camara Sutti, secretária de Planejamento e Meio Ambiente.

As oficinas de 5 a 11 de abril estão previstas em outras regiões da cidade, nos dias 30 e 31 de março e 1º, 6, 7, 8 e 9 de abril.

[Veja a lista completa dos locais](#)

#### Validação da metodologia

O formato do trabalho com as oficinas de moradores, proposto pelo consultor Kazuo Nakano e pela equipe de consultoria da Demacamp, vai ter o detalhamento finalizado nesta quarta-feira (18), em reunião com o Grupo Gestor (formado por 40% de governo e 60% de sociedade civil), a partir das 18h30, na Escola de Governo e Gestão, na Vila Arens.

Na sexta-feira (20), a partir das 10h, é a vez do Grupo Técnico no auditório do Paço Municipal.

[PÁGINA INICIAL](#) [SAIBA O QUE É](#) [PROCESSO PARTICIPATIVO](#) [VÍDEOS](#) [LEGISLAÇÃO](#) [ENTENDA MAIS](#)

[ESTATUTO DA CIDADE](#) [PARECERES DE ENTIDADES](#) [NOTÍCIAS](#) [PROJETO DE LEI](#)

Ouçã o spot de rádio do Plano Diretor

00:00 / 00:30

#### Arquivos

- [junho 2016](#)
- [maio 2016](#)
- [abril 2016](#)
- [março 2016](#)
- [fevereiro 2016](#)
- [janeiro 2016](#)
- [dezembro 2015](#)
- [novembro 2015](#)
- [outubro 2015](#)
- [setembro 2015](#)
- [agosto 2015](#)
- [julho 2015](#)
- [junho 2015](#)
- [maio 2015](#)
- [abril 2015](#)
- [março 2015](#)
- [fevereiro 2015](#)
- [março 2014](#)
- [fevereiro 2014](#)

#### Notícias por assunto

[1º Fórum do Plano Diretor](#)

[2º Fórum do Plano Diretor](#)

[capacitação Conselho de Defesa do Meio Ambiente \(Comdema\) Conselho do Plano](#)

[Diretor Câmara Municipal](#)

[Enquanto ISSO Faculdade de Medicina de](#)

[Jundiá \(FMJ\) Gabinete do Prefeito](#)

[IBGE Plano Diretor](#)

[Participativo](#) [Rádio Cidade](#)

[Rádio Difusora](#) [Secretaria de Agricultura](#)

[Abastecimento e Turismo](#) [Secretaria de](#)

[Desenvolvimento Econômico Ciência e](#)

[Tecnologia](#) [Secretaria de Negócios](#)

## Moradores se orientam sobre leis nas oficinas do Plano Diretor

A sexta das 11 oficinas territoriais do [Plano Diretor Participativo](#), realizada terça-feira (31), no Jardim Santa Gertrudes, mostrou como a atual lei de zoneamento afeta diretamente a vida de moradores, que desconhecem como essa legislação está definida na cidade. Em diversas intervenções, as pessoas apontaram uma certa confusão sobre a presença de áreas urbanas, rurais e industriais numa mesma região.

“Essa observação foi bastante presente nesse encontro, que é uma preocupação nossa e do prefeito Pedro Bigardi em melhorar a legislação de forma participativa. Também na região do Ivoturuaia, por exemplo, a função de mananciais de águas conflita com um zoneamento que prevê expansão urbana. Os dois pontos são importantes, mas as regras precisam ficar mais claras”, comentou a secretária Daniela da Camara Sutti, do Planejamento e Meio Ambiente.



Oficina no Santa Gertrudes levantou diversas questões.

As oficinas são o primeiro passo da segunda fase do plano, que ano passado envolveu mais de 8 mil pessoas em questionários diversos. Agora, haverá fóruns (o primeiro deles no fim de abril ou início de maio) para fechar propostas unindo as leituras social e técnica.

No caso da região do Santa Gertrudes, as áreas rurais do Tijuco Preto e do Castanho cumprem ainda a



função de interligação entre a Serra do Japi e a Serra dos Cristais. Um dos pontos positivos apontados na oficina foi o ribeirão do Tijuco Preto, que faz parte da bacia do rio Guapeva, ao lado do abastecimento de água, da vida comunitária e de equipamentos de qualidade em esporte, educação e comércio variado.

Mas também foram lembrados pontos que precisam ser melhorados, como infraestrutura nos dois setores (urbano e rural), na segurança e acessibilidade viária ou de transporte.

#### Conscientização

**O evento também apontou a necessidade de conscientizar moradores sobre a importância de cumprir o papel de delegados no congresso previsto para julho (Congresso da Cidade), que vai resolver situações em que houver diferença de pontos de vista.**

A oficina mostrou que a tradição de planejamento em Jundiaí surgiu ainda antes do primeiro plano, em 1969 (um dos pioneiros no País) e precisa ser renovada no formato participativo exigido pelo Estatuto da Cidade, de 2001.



Moradores da área rural também dão sugestões

Também estiveram presentes o ouvidor Eginaldo Honório e o comandante da Guarda Municipal, José Roberto Ferraz, que lembrou o fato da segurança ser assunto de um [inédito plano municipal](#). O encontro foi realizado na escola municipal Luiz Biela.

Sobre a cidade esperada para os próximos dez anos, os grupos de trabalho seguem apontando a necessidade de Jundiaí ser uma referência em diversos aspectos de qualidade de vida e sustentabilidade ambiental e social.

**José Amaldo de Oliveira**

**Foto: Dorival Pinheiro Filho**

Curtir Uma pessoa curtiu isso. Seja o primeiro entre seus amigos. Tweetar

G+1 0

Publicada em 02/04/2015 ■ Leia mais sobre [Plano Diretor Participativo](#), [Secretaria de Planejamento e Meio Ambiente](#)



[PÁGINA INICIAL](#)   [SAIBA O QUE É](#)   [PROCESSO PARTICIPATIVO](#)   [VÍDEOS](#)   [LEGISLAÇÃO](#)   [ENTENDA MAIS](#)  
[ESTATUTO DA CIDADE](#)   [PARECERES DE ENTIDADES](#)   [NOTÍCIAS](#)   [PROJETO DE LEI](#)

Ouçã o spot de rádio do Plano Diretor

00:00 00:00

#### Arquivos

- [junho 2016](#)
- [maio 2016](#)
- [abril 2016](#)
- [março 2016](#)
- [fevereiro 2016](#)
- [janeiro 2016](#)
- [dezembro 2015](#)
- [novembro 2015](#)
- [outubro 2015](#)
- [setembro 2015](#)
- [agosto 2015](#)
- [julho 2015](#)
- [junho 2015](#)
- [maio 2015](#)
- [abril 2015](#)
- [março 2015](#)
- [fevereiro 2015](#)
- [março 2014](#)
- [fevereiro 2014](#)

#### Notícias por assunto

[1º Fórum do Plano Diretor](#)  
[2º Fórum do Plano Diretor](#)  
[capacitação Conselho de Defesa do Meio Ambiente \(Comdema\) Conselho do Plano Diretor](#)  
[Câmara Municipal](#)  
[Enquanto Isso Faculdade de Medicina de Jundiáí \(FMJ\) Gabinete do Prefeito](#)  
[IBGE Plano Diretor Participativo](#) [Rádio Cidade](#)

[Rádio Difusora](#) [Secretaria de Agricultura](#)  
[Abastecimento e Turismo](#) [Secretaria de Desenvolvimento Econômico Ciência e Tecnologia](#) [Secretaria de Negócios](#)

## Oficina do Plano Diretor quer Jundiáí como referência mundial

Buscar o objetivo para os próximos anos de ter uma cidade como referência mundial de qualidade de vida, encarando o desafio de equilibrar o crescimento com a proteção ambiental. Essa foi uma das principais expectativas apontadas por moradores na nona das 11 oficinas territoriais do [Plano Diretor Participativo](#), realizada no bairro Terra Nova, na noite dessa terça-feira (7). Para os participantes, Jundiáí tem grandes desafios mas também condições de buscar uma meta deste tipo.

“Esse novo formato de **construção do plano nos tem permitido ouvir a comunidade, numa maneira de trabalho conjunta entre poder público e cidadãos**. As contribuições têm sido muito boas e as **oficinas somam com os milhares de questionários aplicados ano passado**”, afirma a secretária de Planejamento e Meio Ambiente, Daniela da Camara Sutti. **A participação, inclusive, é uma orientação direta do prefeito Pedro Bigardi.**

#### [CONFIRA AS PRÓXIMAS OFICINAS](#)



Oficina reuniu moradores de regiões próximas da sede.

#### Água

Um dos **pontos positivos** apontados nas oficinas, que tem sido o **abastecimento de água**, também é alvo de esclarecimentos sobre os limites dos reservatórios locais que dependem da captação no rio Atibaia. No

consumo médio atual de 1,2 mil litros por segundo, as represas cobrem apenas dois meses (e não 50 anos) no caso de agravamento da crise no sistema Cantareira.

Esse cenário também tem levado aos **cuidados defendidos com a produção local de água, dependente da infiltração e das nascentes tanto na Serra do Japi quanto nas regiões rurais e de mananciais.**

O debate teve também questões sobre as **exigências adotadas para a regularização fundiária dos loteamentos irregulares**, que já superaram 35 casos de certidões ambientais emitidas na atual gestão mas são consideradas difíceis por alguns moradores. **A Prefeitura lembrou que, além da legislação, o processo também visa educar a comunidade contra esse procedimento.**



“Por isso o plano precisa da **participação da comunidade**. Outro dia passei diante de uma belíssima plantação de uva e ao consultar o mapa percebemos que ali estava marcado como zona industrial. Ambas são importantes, mas precisamos refletir juntos sobre essa lógica de cidade”, comentou Daniela, lembrando que atualmente há conflitos também entre leis municipais e estaduais.

#### **Mobilidade**

A oficina mostrou ainda que um dos pontos fortes da economia local é a existência de **seis rodovias cortando a cidade**. Isso, entretanto, também **causapontos fracos do trânsito** com as poucas transposições sobre elas. Esse desafio vai ser trazido ao processo do Plano Diretor Participativo, que terá

agora **fóruns em maio e junho**.

Aliado a isso, haverá um **estudo do plano de mobilidade trazido pelo setor técnico** e que inclui veículos, transporte público, ciclovias e pedestres (neste último caso, um **projeto-piloto de caminhabilidade será iniciado no sábado (25), no Centro**).

Outro ponto sempre lembrado nas oficinas, a **segurança**, também terá uma nova rodada de discussões avançando na cidade. Na região do Terra Nova, o convite foi feito para a **audiência dia 30 de maio, às 9h30**, na escola municipal Aparecido Garcia, no Jardim Martins.

A **Serra do Japi, os parques públicos, a educação básica, as placas de passagem de animais silvestres, os centros esportivos e o lazer da cidade em geral foram alguns dos pontos positivos** destacados no encontro realizado na escola municipal Ruth Sirilo. Também surgiram questões pontuais como o **apoio para caminhadas em estradas** (que em alguns casos poderiam ser estrada-parque), **iluminação de ruas** ou um **emissário de coleta de esgotos rurais**, além da **fiscalização de usos na serra**.

A oficina também contou com a presença do secretário de Agricultura, Abastecimento e Turismo, Marcos Brunholi, e do comandante da **Guarda Municipal**, José Roberto Ferraz, além dos diretores de Planejamento e Meio Ambiente, Daniela Colagrossi, de Regularização Fundiária, Sérgio Dutra, e de Meio Ambiente, Flávio Gramolelli.

**José Amaldo de Oliveira**  
**Fotos: Dorival Pinheiro Filho**

Curtir Seja o primeiro de seus amigos a curtir isso.

Tweetar

G+ 0

Publicada em 08/04/2015



[PÁGINA INICIAL](#)   [SAIBA O QUE É](#)   [PROCESSO PARTICIPATIVO](#)   [VÍDEOS](#)   [LEGISLAÇÃO](#)   [ENTENDA MAIS](#)  
[ESTATUTO DA CIDADE](#)   [PARECERES DE ENTIDADES](#)   [NOTÍCIAS](#)   [PROJETO DE LEI](#)

Ouçã o spot de rádio do Plano Diretor

00:00 00:00

#### Arquivos

- [junho 2016](#)
- [maio 2016](#)
- [abril 2016](#)
- [março 2016](#)
- [fevereiro 2016](#)
- [janeiro 2016](#)
- [dezembro 2015](#)
- [novembro 2015](#)
- [outubro 2015](#)
- [setembro 2015](#)
- [agosto 2015](#)
- [julho 2015](#)
- [junho 2015](#)
- [maio 2015](#)
- [abril 2015](#)
- [março 2015](#)
- [fevereiro 2015](#)
- [março 2014](#)
- [fevereiro 2014](#)

#### Notícias por assunto

[1º Fórum do Plano Diretor](#)

[2º Fórum do Plano Diretor](#)

[capacitação Conselho de Defesa do Meio Ambiente \(Comdema\) Conselho do Plano](#)

[Diretor Câmara Municipal](#)

[Enquanto Isso Faculdade de Medicina de](#)

[Jundiaí \(FMJ\) Gabinete do Prefeito](#)

[IBGE Plano Diretor](#)

[Participativo](#) [Rádio Cidade](#)

[Rádio Difusora](#) [Secretaria de Agricultura](#)

[Abastecimento e Turismo](#) [Secretaria de](#)

[Desenvolvimento Econômico Ciência e](#)

[Tecnologia](#) [Secretaria de Negócios](#)

## No Ivoturucaia, oficina aponta sustentabilidade ambiental e social

A décima das 11 oficinas territoriais do [Plano Diretor Participativo](#), realizada no bairro do Ivoturucaia, reuniu moradores de áreas rurais e urbanas na noite dessa quarta-feira (8). Eles apontaram o desafio de melhorar a legislação para que áreas urbanas isoladas possam ter mais estrutura ao mesmo tempo em que aquelas ainda rurais e agrícolas sejam valorizadas na produção de água e no aproveitamento turístico.

“Toda esta região enfrenta uma situação em que a legislação estadual define-a como área rural e de mananciais na **Área de Proteção Ambiental (APA)**, mas a legislação municipal de macrozoneamento coloca uma zona urbana. É algo que precisa ser aprimorado, tendo em vista que em todas as oficinas se pede **ocuidado com o meio ambiente**”, afirmou a secretária de Planejamento e Meio Ambiente, Daniela da Camara Sutti.



Oficina teve moradores de bairros da região do Ivoturucaia

Os participantes, alguns deles moradores do bairro e de loteamentos irregulares em análise, apontaram **anecessidade da busca de equilíbrio entre as leis que na esfera social impedem empreendimentos comerciais ou de serviços na divisa do município**. Como em outras oficinas, a **centralidade do bairro** foi apontada como referência.



Por outro lado, a **valorização política das áreas rurais e de mananciais** foi novamente destacada nos debates. O secretário de Agricultura, Abastecimento e Turismo, Marcos Brunholi, esteve presente e afirmou que mesmo em **perímetro urbano qualquer propriedade produtiva e ocupada com agricultura pode solicitar apoio técnico para a isenção até total de IPTU**.

#### Visão das crianças

Uma das surpresas na oficina do Ivturucaia, realizada na escola Luzia Francisca Souza Martins, foi um **painel de desenhos de alunos do quinto ano com o tema "a cidade que as crianças gostariam de ter"**, inspirados pela própria discussão do Plano Diretor.

#### **PARTICIPE TAMBÉM ONLINE: *Qual a Jundiá que você quer para daqui a 10 anos?***

De acordo com a diretora Vera Lúcia Martins Passero, a iniciativa foi adotada pela professora Lourdineia Pereira Alves e ampliou um trabalho existente sobre a rua de cada criança.

"Foram usados os princípios adotados nesse debate", comentou. Entre os desenhos, havia até uma tradução visual do que seriam as **estradas-parque em áreas ecológicas e rurais**.

No caso dos adultos, as **expectativas** traduzidas no exercício de manchetes para 2025 apontaram uma cidade que atinge o **1º Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do País, que cresceu planejada, que vira referência de sustentabilidade e até que reduziu o número de carros pela reeducação da comunidade**.



#### Altos e baixos

Entre os **destaques positivos** da cidade estiveram os **cuidados com mananciais; o incentivo ao turismo rural e o potencial ao lado da ecologia e de negócios; a educação básica; a preservação da natureza; a economia diversificada e com empregos e a criação de contrapartidas nos Estudos de Impacto de Vizinhaça (EIV) de novos empreendimentos**.

Nos **pontos de atenção** surgiram a **ampliação de áreas de lazer, o trânsito, as melhorias do transporte público, a infraestrutura de serviços descentralizados, o crescimento desordenado e os desafios da proteção ambiental**, entre outros.

O encontro foi prestigiado pelo vereador Rogério Ricardo da Silva, que destacou a importância do **diálogo participativo** adotado nesse processo.

Os participantes das oficinas e também de **questionários respondidos em 2014 (foram 8 mil moradores)**, assim como a população em geral, serão convidados agora para o **1º Fórum do Plano Diretor, previsto para 9 de maio em local e horário que estão sendo definidos pelo Grupo Gestor**.

**José Amaldo de Oliveira**

**Fotos: Dorival Pinheiro Filho**

Curtir 50 pessoas curtiram isso. Seja o primeiro entre seus amigos. Tweetar

G+ 0

[PÁGINA INICIAL](#)   [SAIBA O QUE É](#)   [PROCESSO PARTICIPATIVO](#)   [VÍDEOS](#)   [LEGISLAÇÃO](#)   [ENTENDA MAIS](#)  
[ESTATUTO DA CIDADE](#)   [PARECERES DE ENTIDADES](#)   [NOTÍCIAS](#)   [PROJETO DE LEI](#)

Ouçã o spot de rádio do Plano Diretor

00:00 00:00

#### Arquivos

- [junho 2016](#)
- [maio 2016](#)
- [abril 2016](#)
- [março 2016](#)
- [fevereiro 2016](#)
- [janeiro 2016](#)
- [dezembro 2015](#)
- [novembro 2015](#)
- [outubro 2015](#)
- [setembro 2015](#)
- [agosto 2015](#)
- [julho 2015](#)
- [junho 2015](#)
- [maio 2015](#)
- [abril 2015](#)
- [março 2015](#)
- [fevereiro 2015](#)
- [março 2014](#)
- [fevereiro 2014](#)

#### Notícias por assunto

[1º Fórum do Plano Diretor](#)

[2º Fórum do Plano Diretor](#)

[capacitação Conselho de Defesa do Meio Ambiente \(Comdema\) Conselho do Plano](#)

[Diretor Câmara Municipal](#)

[Enquanto Isso Faculdade de Medicina de](#)

[Jundiá \(FMJ\) Gabinete do Prefeito](#)

[IBGE Plano Diretor](#)

[Participativo Rádio Cidade](#)

[Rádio Difusora Secretaria de Agricultura](#)

[Abastecimento e Turismo Secretaria de](#)

[Desenvolvimento Econômico Ciência e](#)

[Tecnologia Secretaria de Negócios](#)

## Moradores pedem bom senso no crescimento em Jundiá

A 11ª oficina territorial do [Plano Diretor Participativo](#), realizada nessa quinta-feira (9) no bairro do Traviú, foi marcada pelo anseio de mais ordem no controle de crescimento da cidade. Os problemas e qualidades da cidade, já conhecidos ao longo desses encontros de sensibilização, ganharam forte destaque para a agricultura e para a área rural.

“Era esperado um destaque maior dessas questões, pelas características dessa região da cidade. Estamos terminando essa **etapa de oficinas, que agora reforçam o trabalho técnico ao lado da [leitura comunitária](#)** realizada no ano passado, com um **sentimento positivo pela participação qualificada dos moradores**”, afirma a secretária de Planejamento e Meio Ambiente, Daniela da Camara Sutti.



Encontro no Traviú completou mais oficinas de sensibilização

Em vez do crescimento desordenado de prédios, como em algumas oficinas, o **fenômeno apontado como alvo de atenção foi o risco também desordenado por falta de orientação de loteamentos irregulares e condomínios horizontais**. Um dos casos citados foi no bairro do Corrupira.

As **indefinições de zoneamento e uso do solo** estiveram entre os **problemas apontados**, ao lado de **alternativas de saneamento rural, falta de um sistema específico de segurança nessas áreas** e questões mais gerais da cidade como a **mobilidade individual ou coletiva e o acesso aos serviços de**



saúde.

Nos **pontos positivos que precisam ser reforçados** estiveram a **proteção ambiental** (com Serra, parques e áreas verdes), a **qualidade de vida**, os **ecopontos de coleta de resíduos sólidos** (ainda restritos), a **produção rural** (ainda presente nos “quatro cantos” da cidade), as **oportunidades de emprego e os cuidados com a água**.

Para o secretário de Agricultura, Abastecimento e Turismo, Marcos Brunholi, a **reunião destacou o papel da área rural tanto na produção de água quanto de alimentos, cenários, de cultura, de turismo e de natureza**. “São serviços ambientais prestados à comunidade e estamos **buscando meios de valorizar** isso. Neste mesmo local vamos fazer **na manhã do dia 9 de maio a entrega simbólica dos recursos de subsídio que vão pagar metade do custo do seguro para os produtores de uva Niagara do município, uma política inédita criada pelo prefeito Pedro Bigardi**”, destacou.

Na dinâmica de expectativa para os próximos dez anos, a oficina colocou questões como **Jundiá completa 370 anos com modernidade e tradição** até uma repetição do anseio de **Jundiá é a cidade com melhor qualidade de vida do mundo** vista em encontros anteriores.

Para Daniela, **o saldo dos encontros é um alerta para toda a cidade**. “O que vemos é que vivemos um momento de **consolidação de avanços históricos de Jundiá** e também de ajustes importantes para não termos uma regressão diante do crescimento causado pela atração criada pelas qualidades da cidade. Temos que integrar melhor o uso da nossa cidade”, afirmou.

No saldo das oficinas de sensibilização, questões como a **centralidade dos bairros** (conceito que valoriza a presença de serviços públicos e privados acessíveis pela caminhada, por exemplo) ou a **proteção ambiental** (que envolve tanto o principal patrimônio da cidade, a Serra do Japi, como as zonas rurais e de mananciais de água ao lado de parques e outras áreas verdes) foram fortalecidos.

Dê sua opinião

Quem não participou das oficinas presenciais tem ainda a alternativa online para se manifestar sobre a Jundiá que queremos e também sugestões para o novo Plano Diretor.

**PARTICIPE TAMBÉM ONLINE: Qual a Jundiá que você quer para daqui a 10 anos?**

**Em maio, será realizado o 1º Fórum do Plano Diretor Participativo para que os trabalhos técnicos da Prefeitura, sobre as sugestões surgidas na leitura comunitária de 2014 e nas oficinas territoriais de 2015, sejam apresentadas para a população**. Vai ser realizado em um sábado e a **data e local serão definidos no dia 22 de abril** em reunião do Grupo Gestor, que conta com 40% de representantes do setor público e 60% de representantes da sociedade civil.



Crescimento da cidade pede cuidados, apontaram participantes

**José Amaldo de Oliveira**  
Fotos: **Dorival Pinheiro Filho**

Curtir Seja o primeiro de seus amigos a curtir isso.

Tweetar

G+1 0

[PÁGINA INICIAL](#)   [SAIBA O QUE É](#)   [PROCESSO PARTICIPATIVO](#)   [VÍDEOS](#)   [LEGISLAÇÃO](#)   [ENTENDA MAIS](#)  
[ESTATUTO DA CIDADE](#)   [PARECERES DE ENTIDADES](#)   [NOTÍCIAS](#)   [PROJETO DE LEI](#)

Ouçã o spot de rádio do Plano Diretor

00:00 00:01

#### Arquivos

- [junho 2016](#)
- [maio 2016](#)
- [abril 2016](#)
- [março 2016](#)
- [fevereiro 2016](#)
- [janeiro 2016](#)
- [dezembro 2015](#)
- [novembro 2015](#)
- [outubro 2015](#)
- [setembro 2015](#)
- [agosto 2015](#)
- [julho 2015](#)
- [junho 2015](#)
- [maio 2015](#)
- [abril 2015](#)
- [março 2015](#)
- [fevereiro 2015](#)
- [março 2014](#)
- [fevereiro 2014](#)

#### Notícias por assunto

[1º Fórum do Plano Diretor](#)

[2º Fórum do Plano Diretor](#)

[capacitação Conselho de Defesa do Meio Ambiente \(Comdema\) Conselho do Plano](#)

[Diretor Câmara Municipal](#)

[Enquanto Isso Faculdade de Medicina de](#)

[Jundiaí \(FMJ\) Gabinete do Prefeito](#)

[IBGE Plano Diretor](#)

[Participativo Rádio Cidade](#)

[Rádio Difusora Secretaria de Agricultura](#)

[Abastecimento e Turismo Secretaria de](#)

[Desenvolvimento Econômico Ciência e](#)

[Tecnologia Secretaria de Negócios](#)

## Encontro rural do Plano Diretor aponta chance de 'virada'

Uma reunião setorial do [Plano Diretor Participativo](#) sobre a zona rural de Jundiaí, reunindo técnicos, produtores e ambientalistas, apontou, na manhã dessa quarta-feira (6), a possibilidade de uma “virada” na ameaça da expansão urbana descontrolada sobre a zona rural a partir de medidas voltadas para a segurança hídrica e para a segurança alimentar do município no próprio planejamento, além de medidas já em andamento ou amadurecidas para a valorização desse tema na comunidade.

“Foi um encontro importante porque o **seixos da segurança hídrica do município**, onde a pressão urbana avançou muito sobre a bacia do rio Jundiaí-Mirim que abastece a cidade e sobre as nascentes da bacia do rio Capivari, e de **segurança alimentar**, cada vez mais essencial, que nos leva a valorizar esse setor”, comentou a secretária de Planejamento e Meio Ambiente, Daniela da Camara Sutti.

#### LEIA TAMBÉM

[Reunião aberta apresenta o 'urbanismo caminhável'](#)

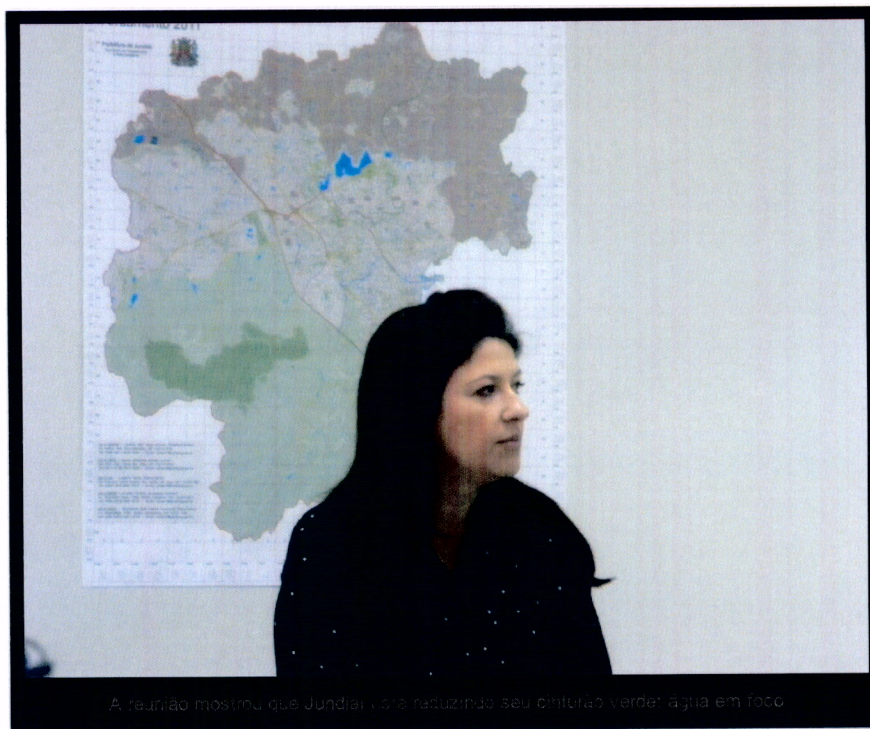
[Prefeitura realiza encontros setoriais para o Plano Diretor](#)

[Sexta no Centro está de volta com Big Chico e Trio em Transe no dia 15](#)

Com grande número de participantes, o encontro apontou as dificuldades para a manutenção das atividades agrícolas atualmente e, ao mesmo tempo, as possibilidades de sua renovação como parceira do meio ambiente e da qualidade de vida dos moradores urbanos.

Além de iniciativas como a **valorização da cidade como ponto de origem da uva brasileira de mesa, com a Festa da Uva**, e o **novo subsídio ao seguro agrícola implantado pela Prefeitura de Jundiaí**, o encontro mostrou que existem **projetos inéditos e valorizados nacionalmente** na Escola Técnica Estadual Benedito Storani (com máquina de produzir sucos em larga escala) ou no Centro de Automação do Instituto Agrônomico (com novos projetos de controle de insumos).





A reunião mostrou que Jundiaí está trazendo seu cinturão verde à tona em foco.

"Temos de **ver o setor rural hoje como pluriatividade**, em que a agricultura se mistura com moradia de outros profissionais da família, e como **multifuncionalidade**, em que a produção privada de frutas ou turismo devem ser vistos ao lado da **produção pública de benefícios como biodiversidade, nascentes e recarga de aquíferos**", afirmou o pesquisador Afonso Peche Filho.

O conflito entre as atuais leis de zoneamento de Jundiaí, de 2012, e as leis estaduais que tornaram o município uma Área de Proteção Ambiental (APA) ficaram evidentes em mapas apresentados no encontro e que recebem atenção até mesmo do Ministério Público. O **desafio de reequilibrar esse rumo foi admitido pelos participantes**, até de forma emocionada.

A **valorização do papel do setor rural, de sua paisagem e até de sua economia financeira ou ambiental é um consenso** apontado pelos participantes como **elemento central para que o novo Plano possa retomar a característica principal de Jundiaí como um município marcado por um "cinturão verde"** ao norte e ao sul de seu território.

Um dos pontos destacados foi a **necessidade de uma política clara e compreensível para os moradores**, uma vez que um documento técnico deixa todos expostos a especuladores. **O tema será parte do diagnóstico a ser apresentado no 1º Fórum do Plano Diretor Participativo, no sábado (30).** A **Câmara Municipal** também esteve presente, com o vereador Rafael Antonucci.



Agricultores, pesquisadores e educadores participam da reunião.

**José Arnaldo de Oliveira**  
 Fotos: Fotógrafos PJ



[PÁGINA INICIAL](#) [SAIBA O QUE É](#) [PROCESSO PARTICIPATIVO](#) [VÍDEOS](#) [LEGISLAÇÃO](#) [ENTENDA MAIS](#)

[ESTATUTO DA CIDADE](#) [PARECERES DE ENTIDADES](#) [NOTÍCIAS](#) [PROJETO DE LEI](#)

Ouçã o spot de rádio do Plano Diretor

00:00 00:30

#### Arquivos

- [junho 2016](#)
- [maio 2016](#)
- [abril 2016](#)
- [março 2016](#)
- [fevereiro 2016](#)
- [janeiro 2016](#)
- [dezembro 2015](#)
- [novembro 2015](#)
- [outubro 2015](#)
- [setembro 2015](#)
- [agosto 2015](#)
- [julho 2015](#)
- [junho 2015](#)
- [maio 2015](#)
- [abril 2015](#)
- [março 2015](#)
- [fevereiro 2015](#)
- [março 2014](#)
- [fevereiro 2014](#)

#### Notícias por assunto

[1º Fórum do Plano Diretor](#)

[2º Fórum do Plano Diretor](#)

[capacitação Conselho de Defesa do Meio Ambiente \(Comdema\) Conselho do Plano](#)

[Diretor Câmara Municipal](#)

[Enquanto Isso Faculdade de Medicina de](#)

[Jundiaí \(FMJ\) Gabinete do Prefeito](#)

[IBGE Plano Diretor](#)

[Participativo Rádio Cidade](#)

[Rádio Difusora Secretaria de Agricultura](#)

[Abastecimento e Turismo Secretaria de](#)

[Desenvolvimento Econômico Ciência e](#)

[Tecnologia Secretaria de Negócios](#)

## Setor imobiliário pede novas regras para crescimento urbano

Com uma participação ampla de representantes de construtoras e corretores, a reunião setorial do [Plano Diretor Participativo](#) sobre a chamada “produção de cidade” apontou a necessidade de novas regras para o uso do solo em bairros centrais ou periféricos. Isso para evitar os conflitos de vizinhança entre as moradias térreas e os prédios verticais, contribuindo ainda para espaços públicos que colaborem com a segurança coletiva pelo convívio de moradores e o combate ao processo de “guetos” diferenciados entre as diversas classes sociais.

Realizada na tarde de quarta-feira (6), a reunião foi descrita como um momento de contato pela secretária do Planejamento e Meio Ambiente, Daniela da Camara Sutti, reforçando as leituras preparatórias para o diagnóstico que será apresentado no 1º Fórum do Plano Diretor Participativo, no sábado (30).

#### LEIA TAMBÉM

[Reunião aberta apresenta o 'urbanismo caminhável'](#)  
[Encontro rural do Plano Diretor aponta chance de 'virada'](#)  
[Prefeitura realiza encontros setoriais para o Plano Diretor](#)

O custo da terra em Jundiaí, que acaba levando muitos empreendimentos para bairros periféricos, precisa ser visto dentro da fórmula de **novas normas para o crescimento da cidade**. A maioria dos participantes já promove esse debate em entidades como a [Associação de Empresas e Profissionais do Setor Imobiliário \(Proempi\)](#) e trouxe críticas, como o uso de vias coletoras ou locais para as regras atuais, em vez de áreas como quarteirões ou trechos de bairros adequados. Também sugeriram um **olhar diferenciado sobre as condições para bairros mais antigos, com lotes menores, e áreas mais novas**.



O encontro reuniu a comunidade do setor imobiliário da cidade.

O **custo da terra em Jundiaí**, que acaba levando muitos empreendimentos para bairros periféricos, precisa ser visto dentro da fórmula de **novas normas para o crescimento da cidade**. A maioria dos participantes já promove esse debate em entidades como a **Associação de Empresas e Profissionais do Setor Imobiliário (Proempi)** e trouxe críticas, como o uso de vias coletoras ou locais para as regras atuais, em vez de áreas como quarteirões ou trechos de bairros adequados. Também sugeriram um **olhar diferenciado sobre as condições para bairros mais antigos, com lotes menores, e áreas mais novas**.

Também foi apontado o **grande número de projetos protocolados em 2012, antes da vigência de novas normas, como um fator de desigualdade financeira entre imóveis detidos pelos diversos empreendedores do setor**.

“A terra urbana foi construída por muitas gerações. Temos de entender isso como a terra onde estão a **rede de água, os cabos óticos, a rede de eletricidade, as linhas de ônibus e todo o restante da infraestrutura** que a forma. Esses são os sistemas urbanos, que formatam a cidade ao lado dos sistemas ambientais”, afirmou o diretor técnico do Plano, o especialista Anderson Kazuo Nakano.

De acordo com o cenário do encontro, a **compra de imóveis como investimento teve seu auge no “boom” imobiliário entre 2007 e 2010**, mas há algum tempo o mercado é alimentado pela demanda de moradias e o problema é a limitação para viabilizar a faixa das classes C, D e E, que dependem de crédito ou subsídios.



Daniela: “Mais de 6 mil moradores já opinaram” a construção do projeto e construtivo”

Como a demanda geral envolve também a **segurança**, um dos outros pontos de debate acabou sendo a necessidade de **evitar que longos muros aumentem ainda mais o problema e que novas soluções de menos impacto beneficiem a cidade e seus bairros**.

**As análises do setor são importantes porque o Plano Diretor vai ser afinado também com o Plano Municipal de Habitação, voltado principalmente para a inclusão do direito à moradia e a criação de Zonas de Interesse Social (ZEIS) que estimulem a distribuição das diversas faixas de renda no município.**



[PÁGINA INICIAL](#)   [SAIBA O QUE É](#)   [PROCESSO PARTICIPATIVO](#)   [VÍDEOS](#)   [LEGISLAÇÃO](#)   [ENTENDA MAIS](#)  
[ESTATUTO DA CIDADE](#)   [PARECERES DE ENTIDADES](#)   [NOTÍCIAS](#)   [PROJETO DE LEI](#)

Ouç a spot de rádio do Plano Diretor

00:00 00:00

#### Arquivos

- [junho 2016](#)
- [maio 2016](#)
- [abril 2016](#)
- [março 2016](#)
- [fevereiro 2016](#)
- [janeiro 2016](#)
- [dezembro 2015](#)
- [novembro 2015](#)
- [outubro 2015](#)
- [setembro 2015](#)
- [agosto 2015](#)
- [julho 2015](#)
- [junho 2015](#)
- [maio 2015](#)
- [abril 2015](#)
- [março 2015](#)
- [fevereiro 2015](#)
- [março 2014](#)
- [fevereiro 2014](#)

Notícias por assunto

[1º Fórum do Plano Diretor](#)

[2º Fórum do Plano Diretor](#)

[capacitação Conselho de Defesa do Meio Ambiente \(Comdema\) Conselho do Plano](#)

[Diretor Câmara Municipal](#)

[Enquanto Isso Faculdade de Medicina de](#)

[Jundiá \(FMJ\) Gabinete do Prefeito](#)

[IBGE Plano Diretor](#)

[Participativo](#) Rádio Cidade

[Rádio Difusora](#) [Secretaria de Agricultura](#)  
[Abastecimento e Turismo](#) [Secretaria de](#)  
[Desenvolvimento Econômico Ciência e](#)  
[Tecnologia](#) [Secretaria de Negócios](#)

## Plano Diretor abre fase de construção do futuro

Com mais de 700 participantes no 1º Fórum do [Plano Diretor Participativo](#) realizado nesse sábado (30), o processo de definição do território do município de Jundiá para os próximos dez anos entra em sua etapa decisiva com a abertura de envio de propostas até 17 de junho. Nesta etapa, as sugestões de moradores, grupos e entidades locais vão reforçar a proposta a ser elaborada pelo governo a partir das [mais de 8 mil colaborações](#) feitas até o momento e que será avaliada no 2º Fórum do Plano Diretor Participativo, previsto para o fim do mês.

#### [CONFIRA AS FOTOS DO FÓRUM](#)

O formulário estará disponível nos próximos dias no [portal do Plano Diretor](#) e também na sala do Plano Diretor, na ala sul do 5º andar do Paço Municipal.



O 1º Fórum reforçou a forma participativa de construção do Plano Diretor

#### LEIA TAMBÉM

[Loteamentos regularizados fazem doação de áreas verdes](#)

[Educação Socioambiental é destaque na Semana do Meio Ambiente](#)

[“Este Plano Diretor é o mais participativo da história”, afirma Pedro Bigardi](#)

Outro material que está sendo formatado para o portal subsidiar a participação dos moradores de Jundiá é



odiagnóstico (ou interpretação) mostrada durante o fórum pelo consultor Anderson Kazuo Nakano, especialista em cidades, a partir dos dados técnicos levantados por todas as secretarias e órgãos de governo.

“A adesão ao fórum mostrou que essa construção participativa é possível e enriquecedora para todos”, afirmou a secretária de Planejamento e Meio Ambiente, Daniela da Camara Sutti.

#### **Mitos desmontados**

O levantamento mostrado na primeira parte do fórum, no período da manhã, superou alguns mitos populares a respeito da cidade. Entre eles o **mito da fartura de água** (em 2014 houve coleta de água do rio Atibaia durante todos os dias do ano e a represa local acumula reservas para apenas dois meses) ou o **mito da cidade-dormitório** (também em 2014 o número de viagens diárias para trabalho ou estudo de outras cidades para Jundiá alcançou dezenas de milhares contra poucos moradores trabalhando em São Paulo, por exemplo).

Os números também mostram que é **um mito a noção de que a área urbana precisa avançar sobre as zonas rurais ou ecológicas diante do enorme número de terrenos grandes e médios que estão vazios em áreas que contam com infraestrutura de transporte, eletricidade, saneamento e serviços**. E também é outro **mito a noção de que os jundiáenses só se locomovem com automóveis** diante de dados sobre transporte coletivo ou mesmo exclusivamente a pé (20%), sendo baixo o uso de ciclovias pela falta destas.

Os dados serão disponibilizados durante a **Semana do Meio Ambiente no [portal do Plano Diretor](#)**.

#### **Premissas**

Para o prefeito Pedro Bigardi, existem questões centrais que devem ser valorizadas no processo do Plano Diretor Participativo como Jundiá estar localizada em uma grande região que é a mais desenvolvida do país (e por esse motivo pede a busca da distribuição da riqueza e de serviços) mas que também lida com escassez de água (e por isso com a conservação da Serra do Japi e das áreas rurais e de mananciais) e com uma longa história que exige a preservação de seu patrimônio histórico e cultural.

Para isso, o processo trabalha com objetivos que foram tratados de forma experimental no fórum, durante o período da tarde, que são a **preservação e recuperação de ecossistemas naturais e hídricos, o fortalecimento da base econômica local, a proteção de bens de interesse histórico e cultural, a regulação do uso e ocupação do solo e da produção imobiliária, a melhoria de acessibilidade e mobilidade, o aproveitamento de imóveis ociosos em áreas urbanas consolidadas, a provisão habitacional de interesse social, a contenção do crescimento urbano disperso, a melhoria das condições urbanas dos bairros (microcentralidades), a promoção do desenvolvimento rural, a regularização fundiária e a democratização da gestão territorial e de planejamento**.



Daniela explica processo entra na fase de propostas em cima do diagnóstico apresentado no evento

**José Arnaldo de Oliveira**  
**Fotos: Dorival Pinheiro Filho**

Curtir Seja o primeiro de seus amigos a curtir isso.

Twitter

G+ 0

Publicada em 31/05/2015 ■ Leia mais sobre [1º Fórum do Plano Diretor](#)



[PÁGINA INICIAL](#)   [SAIBA O QUE É](#)   [PROCESSO PARTICIPATIVO](#)   [VÍDEOS](#)   [LEGISLAÇÃO](#)   [ENTENDA MAIS](#)  
[ESTATUTO DA CIDADE](#)   [PARECERES DE ENTIDADES](#)   [NOTÍCIAS](#)   [PROJETO DE LEI](#)

Ouçã o spot de rádio do Plano Diretor

00:00 00:00

#### Arquivos

- [junho 2016](#)
- [maio 2016](#)
- [abril 2016](#)
- [março 2016](#)
- [fevereiro 2016](#)
- [janeiro 2016](#)
- [dezembro 2015](#)
- [novembro 2015](#)
- [outubro 2015](#)
- [setembro 2015](#)
- [agosto 2015](#)
- [julho 2015](#)
- [junho 2015](#)
- [maio 2015](#)
- [abril 2015](#)
- [março 2015](#)
- [fevereiro 2015](#)
- [março 2014](#)
- [fevereiro 2014](#)

#### Notícias por assunto

[1º Fórum do Plano Diretor](#)

[2º Fórum do Plano Diretor](#)

[capacitação Conselho de Defesa do Meio Ambiente \(Comdema\) Conselho do Plano](#)

[Diretor Câmara Municipal](#)

[Enquanto Isso Faculdade de Medicina de](#)

[Jundiá \(FMJ\) Gabinete do Prefeito](#)

[IBGE Plano Diretor](#)

[Participativo Rádio Cidade](#)

[Rádio Difusora Secretaria de Agricultura](#)

[Abastecimento e Turismo Secretaria de](#)

[Desenvolvimento Econômico Ciência e](#)

[Tecnologia Secretaria de Negócios](#)

## Novo Plano Diretor de Jundiá segue objetivos estratégicos

Ao longo de consultas à comunidade que tiveram mais de 10 mil participações entre questionários, reuniões em bairros, um 1º Fórum e mais de 500 propostas, o [Plano Diretor de Jundiá](#) teve um esboço inicial apresentado no 2º Fórum para que os representantes (delegados) dos mais diversos segmentos da cidade possam iniciar agora as propostas de ajustes.

Esses 101 delegados, indicados pela comunidade em 60% da sociedade civil e 40% do governo, tiveram encontros de capacitação para a versão final do plano, organizando o crescimento da cidade e olhando para os próximos dez anos de acordo com objetivos estratégicos surgidos naquelas consultas feitas desde 2014.

O esboço inicial com que trabalham pode ser acompanhado por todos os moradores interessados. Abaixo, alguns pontos colocados no plano e que pedem uma visão conjunta, como nos mapas indicados no final.

[Conheça os delegados que participam do processo](#)

#### LEIA TAMBÉM

[Jundiá é 'muito efetiva' para Tribunal de Contas](#)

[Urbanismo Caminhável é tema de palestra na Fatec](#)

[Confira tudo o que já foi feito no Plano Diretor de Jundiá](#)

#### 1. Preservação, Conservação e Recuperação de Ecossistemas Hídricos e Naturais –

O plano controla o crescimento urbano nas zonas rurais e ecológicas ao norte e ao sul da cidade, mantendo a geração de água e outros sistemas ambientais. E também cria uma zona urbana “de contato” com essas áreas, menos densa. E ainda uma categoria especial para áreas de interesse ambiental, mesmo no perímetro urbano.

#### 2. Proteção, e Recuperação de Bens e Imóveis de Interesse Histórico e Cultural

O plano cria também uma categoria especial para áreas de interesse histórico e cultural, oferecendo mecanismos de compensação aos seus proprietários. Além disso, coloca entre suas novas categorias a Zona de Reabilitação Central.

#### 3. Proteção e Promoção do Desenvolvimento Rural e da Produção Agrícola –

Além da demarcação das zonas rurais (em grande parte também turísticas), o novo plano abrange um inédito plano de desenvolvimento rural e previsões como o futuro pagamento de serviços ambientais.

#### 4. Fortalecimento da Base Econômica Local –

O plano define as zonas industriais, estimula o uso de espaços comerciais térreos em novos empreendimentos e inova ao regulamentar as atividades dos diversos bairros e ruas não pelo seu tipo, mas pelo seu porte (de acordo com o novo “Índice de incomodidade”). E, ao lado do plano de desenvolvimento rural, coloca ainda metas como o parque tecnológico ou um futuro polo de economia criativa, entre outras.



Delegados dos mais diversos segmentos participaram das capacitações: rumo a propostas e ajustes

### 5. Melhoria na Mobilidade Urbana e nas condições de acessibilidade

A mobilidade é pensada a longo prazo, concentrando edifícios maiores perto de grandes avenidas que são também corredores urbanos de transporte coletivo ou individual. E tem ainda metas futuras, como a acessibilidade universal, já prevista em detalhes como os recuos de construções para que desníveis possam ser corrigidos no próprio terreno, acabando com os degraus em calçadas. Tem ainda um plano de uma cidade ciclável (acessível para bicicleta) a ser implantado gradativamente e também estudos para o formato de futuros estacionamentos subterrâneos.

### 6. Regulação do Uso e Ocupação do Solo e da Produção Imobiliária

O plano implementa na cidade uma série de mecanismos previstos nacionalmente desde 2001 no Estatuto da Cidade, como as compensações a proprietários de áreas de interesse histórico-cultural ou ambiental (transferência do direito de construir), operações ou consórcios urbanos (parceria do poder público e iniciativa privada em áreas vazias ou mudanças em bairros), estudo de impacto de vizinhança (EIV), outorga onerosa (remuneração por uso maior que tamanho de terreno) e diversos outros. O tipo de zoneamento também estimula a atuação de construtoras menores nos bairros e de maiores nos corredores urbanos, no vetor oeste e nas zonas industriais.

### 7. Contenção da Urbanização dispersa e desordenada

O plano reduz o perímetro urbano com a proteção maior da macrozona rural e da macrozona das serras, concentrando o crescimento na macrozona de reestruturação urbana. Parece simples, mas desde a década de 1980 a cidade estava sendo autorizada a avançar cada vez mais sobre suas áreas ambientalmente mais frágeis.

### 8. Aproveitamento de Imóveis Ociosos localizados em áreas urbanas consolidadas

De acordo com a região urbana da cidade (zona), os espaços vazios acima de 750 ou 1 mil metros quadrados em trechos já com transporte, iluminação, água, esgotos, pavimentação, calçadas e outros investimentos públicos podem ser alvo de propostas da administração municipal para um consórcio conjunto de construção ou marcadas, depois de alguns anos de aviso prévio, com imposto progressivo se houver demanda para a área.

### 9. Melhoria das Condições Urbanas dos bairros, com oferta adequada de equipamentos de educação, saúde, esporte, lazer e cultura

Os bairros da zona urbana recebem mais atenção ao equilíbrio, com seu interior ("miolo") apenas disponível para edificações de até quatro andares nas vias mais largas e com priorização na busca de equipamentos públicos acessíveis e próximos dos moradores. Esse conceito de centralidade também prevê estímulo para a presença de pequenos centros comerciais e de serviços em cada bairro, conforme análise técnica e comunitária.

### 10. Provisão Habitacional de Interesse Social

No lugar de enormes conjuntos na periferia da cidade, o plano prevê o uso de espaços vazios (com critérios) distribuídos pelos bairros já estruturados com infraestrutura urbana para uma nova política de projetos contra o déficit habitacional de famílias com renda de até seis salários mínimos.

### 11. Urbanização e regularização fundiária de assentamentos precários ocupados pela população de baixa renda e de interesse específico

A meta atinge tanto famílias de baixa renda em áreas já previstas em leis municipais e ações em andamento, reunindo a política de urbanização de núcleos de submoradia com a regularização de loteamentos irregulares de baixa renda registrados até 2002, por um lado, e os demais casos, de outro. E o controle do uso inadequado do solo com a clareza da nova legislação.

### 12. Gestão Democrática com fortalecimento da participação popular nas decisões dos rumos da cidade

Dentro de um novo sistema municipal de planejamento urbano, são propostas a criação de um núcleo permanente, de um conselho específico e mecanismos como fórum anual e assembleias territoriais no caso de grandes operações ou mudanças urbanas.

**José Arnaldo de Oliveira**  
**Fotos: Fotógrafos PMJ**



PÁGINA INICIAL SAIBA O QUE É PROCESSO PARTICIPATIVO VÍDEOS LEGISLAÇÃO ENTENDA MAIS  
 ESTATUTO DA CIDADE PARECERES DE ENTIDADES NOTÍCIAS PROJETO DE LEI

Ouçã o spot de rádio do Plano Diretor

00:00 00:00

#### Arquivos

- [junho 2016](#)
- [maio 2016](#)
- [abril 2016](#)
- [março 2016](#)
- [fevereiro 2016](#)
- [janeiro 2016](#)
- [dezembro 2015](#)
- [novembro 2015](#)
- [outubro 2015](#)
- [setembro 2015](#)
- [agosto 2015](#)
- [julho 2015](#)
- [junho 2015](#)
- [maio 2015](#)
- [abril 2015](#)
- [março 2015](#)
- [fevereiro 2015](#)
- [março 2014](#)
- [fevereiro 2014](#)

#### Notícias por assunto

[1º Fórum do Plano Diretor](#)

[2º Fórum do Plano Diretor](#)

[capacitação Conselho de Defesa do Meio Ambiente \(Comdema\) Conselho do Plano](#)

[Diretor Câmara Municipal Enquanto Isso Faculdade de Medicina de Jundiaí \(FMJ\) Gabinete do Prefeito](#)

[IBGE Plano Diretor](#)

[Participativo](#) [Rádio Cidade](#)

[Rádio Difusora](#) [Secretaria de Agricultura Abastecimento e Turismo](#) [Secretaria de Desenvolvimento Econômico Ciência e Tecnologia](#) [Secretaria de Negócios](#)

## Recursos hídricos são tema de discussão com Comdema

O Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente (Comdema) tratou nesta terça-feira (27) do andamento do novo [Plano Diretor Participativo](#), que incorpora novos instrumentos urbanísticos para a cidade e propõe a ampliação da proteção da zona rural e de mananciais hídricos, as zonas de transição para essas áreas ou o território das serras e as zonas especiais de interesse ambiental ou os instrumentos de gestão ambiental.

“Essa discussão está sendo feita com os [61 delegados da sociedade civil e os 40 delegados do poder público](#), vários deles também integrantes do Comdema. A qualidade de vida e o desenvolvimento da cidade dependem da água e a ocupação permitida atualmente pode comprometê-los no futuro”, disse a secretária de Planejamento e Meio Ambiente, Daniela da Camara Sutti.

#### LEIA TAMBÉM

[Delegados do Plano Diretor abrem debate dos ajustes Fase de propostas ao Plano Diretor segue até quinta-feira \(29\)](#)



O Plano Diretor foi um dos temas do encontro do Conselho de Meio Ambiente

A apresentação mostrou que o **processo participativo vem sendo feito de maneira diferente**, com um **texto-base mais compreensível por todos** do que uma minuta de lei com termos acessíveis apenas a alguns grupos técnicos. Também foi citada a **transparência com que todos os dados do processo estão colocados no site do Plano**.

Em formato final, a **proposta para o aumento de proteção da zona rural ampliada** segue a lógica que norteou a **mobilização pela proteção da Serra do Japi, nas décadas de 1970 e 1980**.

A **expansão do perímetro urbano em Jundiá**, que de 1655 a 1980 seguiu em ritmo compacto e contínuo, aconteceu de **forma “espalhada”** a partir de então (**com 40 milhões de metros quadrados alterados de rural para urbano apenas entre 2004 e 2012**), criando **milhares de vazios urbanos** que no novo Plano devem ser estimulados nos casos de maior área a um **uso adequado a cada caso, todos já com infraestrutura de serviços como transportes, eletricidade e equipamentos públicos**.

“O plano coloca uma **série de mecanismos para aproximar novamente o zoneamento de Jundiá com o zoneamento da lei estadual da Área de Proteção Ambiental (APA)**, com propostas voltadas para a **organizar a função social e ambiental da cidade**. Mas o formato final está sendo definido nas etapas com os delegados dos diversos segmentos”, afirmou a secretária.

O Comdema reúne **setores públicos, privados e comunitários** envolvidos com a questão ambiental e tem diversos participantes também entre os delegados do Plano Diretor.

#### **Audiência**

Os conselheiros também aprovaram um **pedido conjunto ao governo estadual de audiência em Jundiá para um empreendimento de grande porte na Fazenda Campo Verde, em Jarinu**, que está sendo alvo de audiência pública de Estudo de Impacto Ambiental naquela cidade na próxima quinta-feira (5).

**José Arnaldo de Oliveira**

**Foto: Fotógrafos PMJ**

Curtir Seja o primeiro de seus amigos a curtir isso.

Tweetar

 0

Publicada em 28/10/2015 ■ Leia mais sobre [Plano Diretor Participativo](#)

Plano Diretor Participativo | Desenvolvido por [CJUN](#)



[PÁGINA INICIAL](#) [SAIBA O QUE É](#) [PROCESSO PARTICIPATIVO](#) [VÍDEOS](#) [LEGISLAÇÃO](#) [ENTENDA MAIS](#)

[ESTATUTO DA CIDADE](#) [PARECERES DE ENTIDADES](#) [NOTÍCIAS](#) [PROJETO DE LEI](#)

Ouçã o spot de rádio do Plano Diretor

00:00 00:00

#### Arquivos

- [junho 2016](#)
- [maio 2016](#)
- [abril 2016](#)
- [março 2016](#)
- [fevereiro 2016](#)
- [janeiro 2016](#)
- [dezembro 2015](#)
- [novembro 2015](#)
- [outubro 2015](#)
- [setembro 2015](#)
- [agosto 2015](#)
- [julho 2015](#)
- [junho 2015](#)
- [maio 2015](#)
- [abril 2015](#)
- [março 2015](#)
- [fevereiro 2015](#)
- [março 2014](#)
- [fevereiro 2014](#)

#### Notícias por assunto

[1º Fórum do Plano Diretor](#)

[2º Fórum do Plano Diretor](#)

[capacitação Conselho de Defesa do Meio Ambiente \(Comdema\) Conselho do Plano](#)

[Diretor Câmara Municipal](#)

[Enquanto ISSO Faculdade de Medicina de Jundiaí \(FMJ\) Gabinete do Prefeito](#)

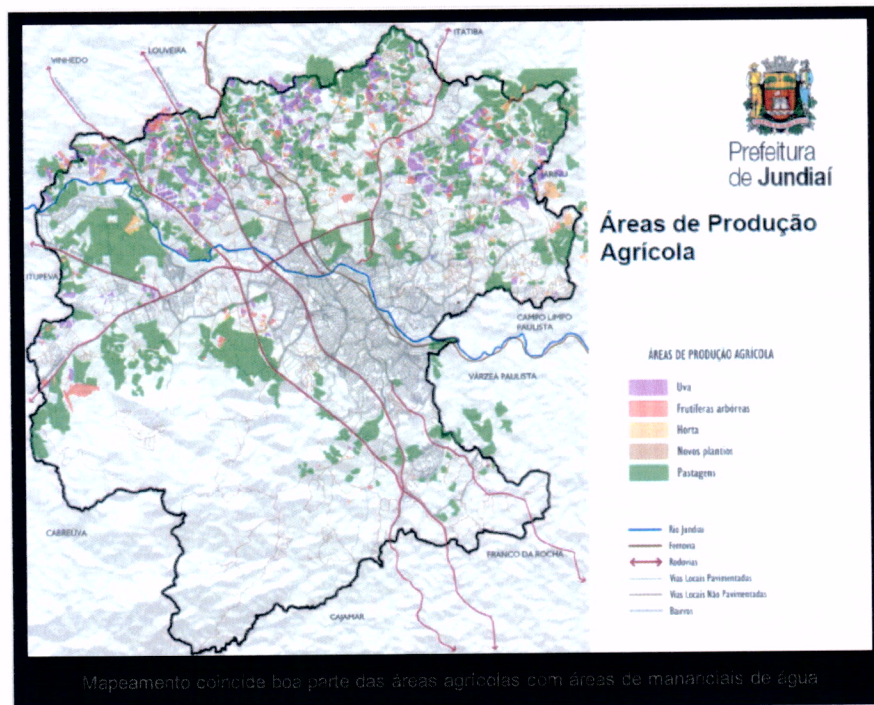
[IBGE Plano Diretor](#)

[Participativo](#) [Rádio Cidade](#)

[Rádio Difusora](#) [Secretaria de Agricultura](#)  
[Abastecimento e Turismo](#) [Secretaria de](#)  
[Desenvolvimento Econômico Ciência e](#)  
[Tecnologia](#) [Secretaria de Negócios](#)

## Futuro da água exige também apoio a propriedades rurais

A noção de uma cidade autossuficiente em água é um dos mitos atingidos por levantamentos do Plano Diretor Participativo. Em 2014, apesar de toda a estrutura avançada e de uma barragem com capacidade de reserva para dois meses, houve captação em todos os dias do ano nas bombas instaladas no rio Atibaia. Esse alerta reforça a importância da atenção com o tema.



Mapeamento coincide boa parte das áreas agrícolas com áreas de mananciais de água

O conceito excessivo sobre as reservas de água, usado por alguns anos na cidade, também desmorona outro mito que é a noção de que a qualidade de vida prescinde do estímulo para o desenvolvimento agrícola e rural como atividade essencial no século 21. Os grandes bairros rurais, não por acaso, coincidem com as bacias hídricas do rio Jundiaí-Mirim (que abastece 98% da população) e do rio Capivari (que forma mananciais para cidades vizinhas).

A ocupação urbana desordenada nessas regiões do município pode comprometer o futuro dos moradores da cidade e de sua economia, pois empresas industriais, comerciais ou de serviços não funcionam sem água. O cenário extremo de 2014 mostrou que a dependência do rio Atibaia, parte do Sistema Cantareira, pode gerar risco de colapso diante de anormalidades climáticas.

O reflorestamento das bacias desses rios, assim como o apoio para proprietários rurais desenvolverem novas formas de conservação das nascentes, é uma necessidade contemporânea no município. Com o entendimento de que existe uma relação intensa entre produção de água e atividades rurais também ficam claros outros serviços ambientais, cênicos ou de turismo desempenhados nessas áreas para a comunidade como um todo.

#### LEIA TAMBÉM

##### Um símbolo de Jundiaí 'ilumina' o Plano Diretor

Esses dados são parte dos subsídios para a elaboração da proposta de governo que será apresentada aos moradores no 2º Fórum do Plano Diretor Participativo.

#### Veja os objetivos estratégicos definidos:

1. *Preservação, Conservação e Recuperação de Ecossistemas Hídricos e Naturais;*
2. *Proteção, Promoção e recuperação de Bens e Imóveis de Interesse Histórico Cultural e iniciativas culturais;*
3. *Proteção e Promoção do Desenvolvimento Rural e da Produção Agrícola;*
4. *Fortalecimento da Base Econômica local;*
5. *Melhoria na Mobilidade Urbana e nas condições de acessibilidade;*
6. *Regulação do Uso e Ocupação do Solo e da Produção Imobiliária;*
7. *Contenção da Urbanização dispersa e desordenada;*
8. *Aproveitamento de Imóveis Ociosos localizados em áreas urbanas consolidadas;*
9. *Melhoria das Condições Urbanas dos bairros, com oferta adequada de equipamentos de educação, saúde, esporte, lazer e cultura;*
10. *Provisão Habitacional de Interesse Social;*
11. *Urbanização e regularização fundiária de assentamentos precários ocupados pela população de baixa renda e de interesse específico;*
12. *Gestão Democrática com fortalecimento da participação popular nas decisões dos rumos da cidade.*

**José Arnaldo de Oliveira**

**Fotos: reprodução**



Curtir 53 pessoas curtiram isso. Seja o primeiro entre seus amigos. Tweetar

G+1 0

Publicada em 08/07/2015 ■ Leia mais sobre [Plano Diretor Participativo](#), [Secretaria de Planejamento e Meio Ambiente](#), [Você Sabia](#)



[PÁGINA INICIAL](#)   [SAIBA O QUE É](#)   [PROCESSO PARTICIPATIVO](#)   [VÍDEOS](#)   [LEGISLAÇÃO](#)   [ENTENDA MAIS](#)  
[ESTATUTO DA CIDADE](#)   [PARECERES DE ENTIDADES](#)   [NOTÍCIAS](#)   [PROJETO DE LEI](#)

Ouçã o spot de rádio do Plano Diretor

00:00 00:00

#### Arquivos

- [junho 2016](#)
- [maio 2016](#)
- [abril 2016](#)
- [março 2016](#)
- [fevereiro 2016](#)
- [janeiro 2016](#)
- [dezembro 2015](#)
- [novembro 2015](#)
- [outubro 2015](#)
- [setembro 2015](#)
- [agosto 2015](#)
- [julho 2015](#)
- [junho 2015](#)
- [maio 2015](#)
- [abril 2015](#)
- [março 2015](#)
- [fevereiro 2015](#)
- [março 2014](#)
- [fevereiro 2014](#)

#### Notícias por assunto

[1º Fórum do Plano Diretor](#)

[2º Fórum do Plano Diretor](#)

[capacitação Conselho de Defesa do Meio Ambiente \(Comdema\) Conselho do Plano](#)

[Diretor Câmara Municipal](#)

[Enquanto Isso Faculdade de Medicina de](#)

[Jundiaí \(FMJ\) Gabinete do Prefeito](#)

[IBGE Plano Diretor](#)

[Participativo Rádio Cidade](#)

[Rádio Difusora Secretaria de Agricultura](#)

[Abastecimento e Turismo Secretaria de](#)

[Desenvolvimento Econômico Ciência e](#)

[Tecnologia Secretaria de Negócios](#)

## Planejamento da cidade é discutido em evento

Os rumos do planejamento de Jundiaí e Região foram temas do evento Diálogos Urbanos I, nesta terça-feira (14), no Ciesp. O prefeito Pedro Bigardi esteve no local e falou sobre o [Plano Diretor Participativo](#) e os novos passos que a cidade tem dado com relação ao planejamento.



O prefeito falou da relevância do encontro e dos caminhos que Jundiaí tem trilhado no planejamento.

Sobre o evento, o chefe do Executivo frisou que é um **grande encontro do setor que constrói a cidade no dia a dia**, já que órgãos como o Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB), Sindicato das Empresas de Compra, Venda, Locação e Administração de Imóveis Residenciais e Comerciais de São Paulo (Secovi), Associação das Empresas e Profissionais do Setor Imobiliário de Jundiaí e Região (Proempi), Agência de Desenvolvimento de Jundiaí e Região (ADEJ) e Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (Ciesp) são os organizadores. “É importante aprofundar o debate do planejamento da cidade”, destacou.

Como um dos palestrantes, Laércio Leonardo Araújo, do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba (PR), o IPPUC, falou sobre o “O Modelo Participativo e Executivo de Curitiba”, o prefeito lembrou que **Jundiaí, desde 2013, tem se organizado e criou um Núcleo de Projetos Urbanos, que possibilita o debate de planos e projetos com mais profundidade**. “É difícil separar, no dia a dia de uma secretaria, as novas propostas. Por isso, essa equipe atua nessa área.”

Ele lembrou que o exemplo de Curitiba foi buscado pela atual administração, quando, em 2014, uma equipe da Secretaria de Planejamento e Meio Ambiente, ao lado da secretária Daniela da Camara, esteve na cidade. “Desde 2013 estamos pensando em como transformar o planejamento da cidade em uma política de Estado”, explicou a secretária.

Segundo ela, o **Plano Diretor vigente prevê um Centro de Estudos Urbanísticos (CEU) proposta essa que o IAB sugere**. “Um embrião do que seria o CEU está funcionando no nosso núcleo. Foi uma solicitação do prefeito Pedro Bigardi. Formamos uma equipe com cerca de vinte profissionais, entre eles, arquitetos e engenheiros e o trabalho já tem dado resultados.”

Para Daniela, o evento ajuda a Prefeitura a discutir a cidade. “Esse é um reflexo da ampla abertura dentro desse processo de participação que vem se colocando na cidade desde 2013.”

A arquiteta e presidente do IAB, Rosana Ferrari, comentou que a proposta do evento foi mostrar a proposta do Instituto para o Plano Diretor. “Touxemos hoje todos os atores envolvidos na questão para uma grande discussão. A ideia da implantação do Centro de Estudos Urbanísticos torna o trabalho do poder público, em projetos urbanísticos e arquitetônicos, mais ágil. Nossa ideia é mostrar ideias sem contrapor ou questionar o que tem sido realizado pela Prefeitura.”

Ela frisou ainda que o Diálogos Urbanos II já está marcado. Será na Feiccad, no próximo dia 23, quando a secretária Daniela da Camara apresenta o Plano Diretor. A terceira edição ainda não tem data marcada, mas o tema será mananciais.

O superintendente da Fundação Municipal de Ação Social (Fumas), Waldemar Foelkel, marcou presença no evento.

#### **Mais palestras**

O evento contou também com a palestra da arquiteta e urbanista Regina Meyer, da USP, sobre Planos e projetos diante das novas escalas de urbanização”; Rovena Negreiros, diretora de planejamento da Emplasa, sobre “Alianças interfederativas no contexto do Estatuto da Metrópole – O que coube ao AU Jundiaí; e João Crestana, do Secovi, com “O planejamento urbano para qualidade de vida no contexto do mercado imobiliário”.

**Luana Dias**

**Foto: Cleber de Almeida**

Curtir: Seja o primeiro de seus amigos a curtir isso.

Tweetar:

 0

Publicada em 14/07/2015 ■ Leia mais sobre [Enquanto Isso](#), [Plano Diretor Participativo](#)



[PÁGINA INICIAL](#) [SAIBA O QUE É](#) [PROCESSO PARTICIPATIVO](#) [VÍDEOS](#) [LEGISLAÇÃO](#) [ENTENDA MAIS](#)

[ESTATUTO DA CIDADE](#) [PARECERES DE ENTIDADES](#) [NOTÍCIAS](#) [PROJETO DE LEI](#)

Ouçã o spot de rádio do Plano Diretor

00:00 00:00

#### Arquivos

- [junho 2016](#)
- [maio 2016](#)
- [abril 2016](#)
- [março 2016](#)
- [fevereiro 2016](#)
- [janeiro 2016](#)
- [dezembro 2015](#)
- [novembro 2015](#)
- [outubro 2015](#)
- [setembro 2015](#)
- [agosto 2015](#)
- [julho 2015](#)
- [junho 2015](#)
- [maio 2015](#)
- [abril 2015](#)
- [março 2015](#)
- [fevereiro 2015](#)
- [março 2014](#)
- [fevereiro 2014](#)

#### Notícias por assunto

[1º Fórum do Plano Diretor](#)  
[2º Fórum do Plano Diretor](#)  
[capacitação Conselho de Defesa do Meio Ambiente \(Comdema\) Conselho do Plano Diretor Câmara Municipal](#)  
[Enquanto Isso Faculdade de Medicina de Jundiaí \(FMJ\) Gabinete do Prefeito](#)  
[IBGE Plano Diretor Participativo](#)

#### Participativo

[Rádio Cidade](#)  
[Rádio Difusora](#) [Secretaria de Agricultura](#)  
[Abastecimento e Turismo](#) [Secretaria de Desenvolvimento Econômico](#) [Ciência e Tecnologia](#) [Secretaria de Negócios](#)

## Plano Diretor mobiliza regiões da cidade e segmentos sociais

Os preparativos para o 2º Fórum do Plano Diretor Participativo, no sábado (3), de 8h às 17h, no campus do Centro Universitário Padre Anchieta, está mobilizando moradores, grupos e instituições da cidade para a apresentação da proposta preliminar para Jundiaí nos próximos dez anos. O esforço da equipe do prefeito Pedro Bigardi promete boas surpresas.

#### [FAÇA SUA INSCRIÇÃO](#)



“Com certeza os cidadãos vão conhecer, depois desses intensos debates que ocorreram desde o ano passado, com quase 10 mil participações, uma proposta preliminar para uma cidade de convívio, de qualidade de vida e de cuidados ambientais”, afirma a secretária de Planejamento e Meio Ambiente, Daniela da Camara Sutti.

Como o processo, além de participativo também é deliberativo, os participantes do evento vão escolher no período da tarde os seus representantes (delegados) por região e por segmento que vão resolver ajustes ou divergências.

Ao todo, de acordo com a definição do Grupo Gestor do Plano, sairão 101 delegados. A Prefeitura de Jundiaí, em seus diversos setores, indica 40 deles. Os demais 61 representam a sociedade civil, sendo 31 de moradores (por regiões da cidade) e outros 30 divididos entre os segmentos de trabalhadores (sindicatos), empresários (entidades), instituições profissionais, acadêmicas e de pesquisa (entidades) e organizações não-governamentais e coletivos (ONGs).

Dessa maneira, serão 17 “eleições” simultâneas na tarde do 2º Fórum, depois da apresentação da proposta preliminar de cidade elaborada pelo governo Pedro Bigardi, no período da manhã.

#### Encontros prévios

Nos dias que antecedem o evento, encontros preparatórios estão sendo feitos de maneira autônoma pelos diversos segmentos que formam as 30 vagas parciais desses setores da comunidade. A importância da presença de integrantes de cada segmento para conhecerem a proposta preliminar e depois escolherem seu representante é destacada dentro do método participativo.

**Os moradores de todos os bairros da cidade, com 31 vagas, participam identificando onde residem nos bairros agrupados por regiões.** São elas, com seus respectivos números, Rio das Pedras, Medeiros, Eloy Chaves e Ermida (1); Parque Industrial, Novo Horizonte, Fazenda Grande, Casa Branca, Distrito Industrial e Tulipas (2); Bom Jardim, Traviú, Água Doce e Poste (3); Fernandes, Currupira, CECAP, Engordadouro, Hortolândia, Parque Centenário e Torres de São José (4); São José da Pedra Santa, Fazenda Conceição, Rio Acima, Champirra, Mato Dentro, Jundiá Mirim, Marco Leite e Pinheirinho (5); Ponte Alta, Campo Verde, Roseira, Ivoituruaia, Toca, Caxambu, Nova Odessa e Vale Azul (6); Nambi, Tamoio, Tarumã, São Camilo, Colônia, Ponte São João e Jardim Pacaembu (7); Chácara Urbana, Jardim Botânico, Horto Florestal, Centro, Vila Municipal e Vila Rio Branco (8); Alvorada, Pracatu, Aeroporto, Moisés, Anhangabaú, Retiro, Samambaia, Gramadão e Malota (9); Vianelo, Jardim do Lago, Agapeama, Vila Arens e Vila Progresso (10); Cristais, Castanho, Tijuco Preto, Santa Gertrudes e Vila Militar (11); Terra Nova/ Santa Clara e Serra do Japi (12); e Bonfiglioli, Maringá, Vila Rami (13).

### Objetivos

Tanto a proposta preliminar de cidade que será apresentada pela manhã quanto os debates que possam ocorrer entre delegados escolhidos à tarde (e que terão apoio de capacitação) devem respeitar os objetivos definidos ao longo do processo preparatório e que teve quase 10 mil participações.

### Relembre quais são:

1. *Preservação, Conservação e Recuperação de Ecossistemas Hídricos e Naturais;*
2. *Proteção, Promoção e recuperação de Bens e Imóveis de Interesse Histórico Cultural e iniciativas culturais;*
3. *Proteção e Promoção do Desenvolvimento Rural e da Produção Agrícola;*
4. *Fortalecimento da Base Econômica local;*
5. *Melhoria na Mobilidade Urbana e nas condições de acessibilidade;*
6. *Regulação do Uso e Ocupação do Solo e da Produção Imobiliária;*
7. *Contenção da Urbanização dispersa e desordenada;*
8. *Aproveitamento de Imóveis Ociosos localizados em áreas urbanas consolidadas;*
9. *Melhoria das Condições Urbanas dos bairros, com oferta adequada de equipamentos de educação, saúde, esporte, lazer e cultura;*
10. *Provisão Habitacional de Interesse Social;*
11. *Urbanização e regularização fundiária de assentamentos precários ocupados pela população de baixa renda e de interesse específico;*
12. *Gestão Democrática com fortalecimento da participação popular nas decisões dos rumos da cidade.*

### Conheça o regimento interno do evento

### **José Arnaldo de Oliveira**

Curtir Seja o primeiro de seus amigos a curtir isso.

Tweetar

G+1 0

Publicada em 25/09/2015 ■ Leia mais sobre [Plano Diretor Participativo, Você Sabia](#)



PÁGINA INICIAL SAIBA O QUE É PROCESSO PARTICIPATIVO VÍDEOS LEGISLAÇÃO ENTENDA MAIS  
 ESTATUTO DA CIDADE PARECERES DE ENTIDADES NOTÍCIAS PROJETO DE LEI

Ouçã o spot de rádio do Plano Diretor

09:00 00:00

## Arquivos

- [junho 2016](#)
- [maio 2016](#)
- [abril 2016](#)
- [março 2016](#)
- [fevereiro 2016](#)
- [janeiro 2016](#)
- [dezembro 2015](#)
- [novembro 2015](#)
- [outubro 2015](#)
- [setembro 2015](#)
- [agosto 2015](#)
- [julho 2015](#)
- [junho 2015](#)
- [maio 2015](#)
- [abril 2015](#)
- [março 2015](#)
- [fevereiro 2015](#)
- [março 2014](#)
- [fevereiro 2014](#)

## Notícias por assunto

[1º Fórum do Plano Diretor](#)

[2º Fórum do Plano Diretor](#)

[capacitação Conselho de Defesa do Meio](#)

[Ambiente \(Comdema\) Conselho do Plano](#)

[Diretor Câmara Municipal](#)

[Enquanto Isso Faculdade de Medicina de](#)

[Jundiaí \(FMJ\) Gabinete do Prefeito](#)

[IBGE Plano Diretor](#)

[Participativo Rádio Cidade](#)

[Rádio Difusora Secretaria de Agricultura](#)

[Abastecimento e Turismo Secretaria de](#)

[Desenvolvimento Econômico Ciência e](#)

[Tecnologia Secretaria de Negócios](#)

## Conheça os delegados que participam do processo

Os delegados que analisam a proposta preliminar do [Plano Diretor Participativo](#), com 101 vagas, seguem a proporção de 40% do poder público e 60% da sociedade civil recomendada pelo [Conselho Nacional de Cidades](#) e foram indicados no 2º Fórum do Plano para proporem ajustes tanto pelo lado do governo como pelos segmentos da sociedade civil.

Confira a lista abaixo.

### ▪ Entidades acadêmicas, profissionais e de pesquisa:

*Cláudio Cunha (Fatec/Unianchieta) – [cunhabio@uol.com.br](mailto:cunhabio@uol.com.br);  
 Suplente: Natan Solin – [natansolin@gmail.com](mailto:natansolin@gmail.com);*

*Liliana de Camargo Traldi Bezerra (Conselho Regional de Engenharia) – [liliana.traldi@yahoo.com](mailto:liliana.traldi@yahoo.com);  
 Suplente: José Maria de Lima – [ezairam@hotmail.com](mailto:ezairam@hotmail.com);*

*Luiz Dias da Silveira Júnior (Ordem dos Advogados do Brasil) – [ldsilveirajr@gmail.com](mailto:ldsilveirajr@gmail.com);  
 Suplente: Liliãne Azarias Schuller – [liliane.az@hotmail.com](mailto:liliane.az@hotmail.com);*

*Mariângela Mazzola Mendes (Instituto dos Arquitetos do Brasil) – [mari\\_mazzola@hotmail.com](mailto:mari_mazzola@hotmail.com);  
 Suplente: Rafael Benassi – [rafael@santangela.com.br](mailto:rafael@santangela.com.br);*

*Norival Antonio de Freitas (Conselho Regional de Corretores de Imóveis) – [morumbyy@terra.com.br](mailto:morumbyy@terra.com.br);  
 Suplente: Carlos Galvão;*

*Roberval Guitarrari (Associação dos Engenheiros de Jundiaí) – [robervalguitarrari@gmail.com](mailto:robervalguitarrari@gmail.com);  
 Suplente: Joyce Chichini;*

*Rosana Ferrari (Instituto dos Arquitetos do Brasil) – [rosanaferrari13@gmail.com](mailto:rosanaferrari13@gmail.com);  
 Suplente: Suzana Traldi;*

*Sílvio Eduardo Drezza (Associação dos Engenheiros de Jundiaí) – [plangeverde@gmail.com](mailto:plangeverde@gmail.com);  
 Suplente: Jesus Antonio Ribeiro;*

### ▪ ONGs e Coletivos:

*Cláudio Franchini (Centro de Orientação Ambiental Terra Integrada) – [coati@coati.org.br](mailto:coati@coati.org.br);*

*Daniel Andreoli Rodrigues Motta (Cultura Jundiahy) – [danmotta@gmail.com](mailto:danmotta@gmail.com);*

*Eduardo Honório (Clube 28 de Setembro) – [eduardo.honorio88@gmail.com](mailto:eduardo.honorio88@gmail.com);*

Conheça os delegados que participam do processo | Plano Diretor Participativo

*Gianlucca Hernandez (Pedala Jundiá) – soldierbr4@gmail.com;*

*Suplente: Reginaldo Manoel da Costa (Coletivo Marcha Jundiá) – marchajundiai2012@gmail.com;*

▪ **Trabalhadores:**

*Antonio Marcos Tebom (Central Única dos Trabalhadores) – marcostebom@uol.com.br;*

*Suplente: João Luiz Leite – joaoluizleite@ig.com.br;*

*Douglas Yamagata (Sindicato dos Bancários) – douglasyamagata@yahoo.com.br;*

*Suplente: Sérgio Hideo Kaneko – hideokaneko@gmail.com;*

*Eduardo Eli de Souza (Sindicato dos Gráficos) – eduardoeliambiente@gmail.com;*

*Fé Juncal (Associação dos Aposentados e Pensionistas) – aapjr@terra.com.br;*

*Suplente: Geraldo Luiz da Costa – aapjr@terra.com.br;*

*José Dalmar Acorinte (Sindicato dos Professores) – sinprojun@sinprojun.org.br;*

*Suplente: Elisabete Belon;*

*Juliano Chagas (Sindicato dos Servidores do Município) – julianotve@hotmail.com;*

*Luiz Antonio Pellegrini Bandini (Sindicato dos Engenheiros do Estado) luiz.bandini4394@creasp.org.br;*

*Suplente: José Augusto de Moraes – jose.moraes@cptm.sp.gov.br;*

*Natanael “Caê” Onofre Matias (Sindicato dos Metalúrgicos) – cae@metalurgicosjundiai.org.br;*

*Suplente: Rosemary Prado – rose@metalurgicosjundiai.org.br;*

▪ **Empresas:**

*Afonso Peche Filho (Associação Agrícola de Jundiá) – afonsopeche@gmail.com;*

*Antonio Roberto Losqui (Sindicato Rural de Jundiá) – henriquelosqui@hotmail.com;*

*Suplente: Neusa Liborio Sutti;*

*Dirceu Francisco Cardoso (Sindicato dos Corretores de Imóveis do Estado) – dirceuloduca@hotmail.com;*

*Domingos Fontebasso (Cooperativa dos Produtores de Vinho) – bardomingo@ig.com.br;*

*Jorge Edson di Rito (Sindiareia) – itabras@terra.com.br;*

*José Henrique Losqui (Entrepasto Central de Abastecimento de Jundiá) – henriquelosqui@hotmail.com;*

*Suplente: Olavo Saviato – olviasaviato@hotmail.com;*

*Márcio Viotti (Centro das Indústrias do Estado de São Paulo) – marcio.viotti@faoliva.com.br;*

*Maurício Rappa dos Santos (Agência de Desenvolvimento de Jundiá) – mauricio@sapori.com.br;*

*Nivaldo José Callegari (Associação das Empresas e Profissionais do Setor Imobiliário) – nivaldo@passarquitetura.com.br;*

*Ricardo Benassi (Associação das Empresas e Profissionais do Setor Imobiliário) – ricardobena@ig.com.br / proempi@proempi.org.br;*

*Suplente: Ariovaldo Turra (Associação das Empresas e Profissionais do Setor Imobiliário) – turra966@hotmail.com;*

▪ **Movimentos Sociais:**

**A lista preliminar dos representantes de movimentos sociais (regiões da cidade) toma-se definitiva com o encaminhamento de comprovantes de residência.**

Veja os representantes indicados no fórum:

▪ **Região 1 (Rio das Pedras, Medeiros, Eloy Chaves e Ermida)**

*Titulares: Marcos Luís Boriero – marcosboriero@gmail.com;*

*Helena Cristina Alves de Oliveira – hc080272@gmail.com;*

*Suplente: João Miguel Alves – jmiguel074@gmail.com;*

▪ **Região 2 (Parque Industrial, Novo Horizonte, Fazenda Grande, Casa Branca, Distrito Industrial e Tulipas)**



Titulares: Valdeci Mantovam, - cimantovam@hotmail.com;  
Daniel Donato Ferreira – ferreiradonato@ig.com.br;  
Josué Soares da Silva – josuebirra@hotmail.com;

Suplente – Vitor José Teles – vitorjoseteles@gmail.com;

▪ **Região 3 (Bom Jardim, Traviú, Água Doce e Poste)**

Titular: Herick Gustavo De Marchi – herickdm@gmail.com;

▪ **Região 4 (Fernandes, Currupira, CECAP, Engordadouro, Hortolândia, Parque Centenário e Torres de São José)**

Titulares: Rodrigo Pavan Benassi – rodrigo@maclucer.com.br;  
Luiz Felipe Miranda Grubba – felipe.grubba@gmail.com;  
Christiano Basile – christianobasile@gmail.com;  
Valter Luiz Galli – valter-galli@bol.com.br;

Suplentes: Francisco Gomes – sem email (9 9789 7189);  
Claudemir Pinheiro – sem email (9 9616 2511);

▪ **Região 5 (São José da Pedra Santa, Fazenda Conceição, Rio Acima, Champirra, Mato Dentro, Jundiá Mirim, Marco Leite e Pinheirinho)**

Titular: Cleverson Inácio Teixeira – renovacao.atendimento@uol.com.br;  
Luciano Libano de Alcântara – libanioalc@ig.com.br;

Suplente: Isaura Paulo – sem email (9 9874 7123);

▪ **Região 6 (Ponte Alta, Campo Verde, Roseira, Ivoituruaia, Toca, Caxambu, Nova Odessa e Vale Azul)**

Titular: Danielle Tega – dani.tega@uol.com.br;

Suplente: Pedro Paulino – pedrogps@live.com;

▪ **Região 7 (Nambi, Tamoio, Tarumã, São Camilo, Colônia, Ponte São João e Jardim Pacaembu)**

Titulares: Sérgio Eduardo G. Aguiar – saguiarpt@gmail.com;  
Daniel Silva – ssilva7212@ig.com.br;  
Gelson José da Silva – gelson@sintercoj.org.br;  
Edite Lopes da Silveira – edite.silveira@gmail.com;  
Clodoaldo Ferreira Dias – sem email (9 4160 3097);

Suplentes: Saul de Souza Arange – ssarange@hotmail.com;

▪ **Região 8 (Chácara Urbana, Jardim Botânico, Horto Florestal, Centro, Vila Municipal e Vila Rio Branco)**

Titulares: Maria de Fátima Cesarini – fatimacesarini@hotmail.com;  
Eneas Torricelly – eneas@profquim.com.br;

Suplente: Paulo Roberto Fornari – lgpforfornari@gmail.com;

▪ **Região 9 (Alvorada, Pracatu, Aeroporto, Moisés, Anhangabaú, Retiro, Samambaia, Gramadão e Malota)**

Titulares: Gustavo Diniz de Faria – gustavo.d.diniz@gmail.com;  
Fabio Fernandes Lopes – fabiofclopes@gmail.com;  
Aparecida Rodrigues das Neves – ap\_neves@yahoo.com.br;

Suplente: *Silvio de Rezende Duarte Filho* – [sduarte@urbb.com.br](mailto:sduarte@urbb.com.br);

▪ **Região 10 (Vianelo, Jardim do Lago, Agapeama, Vila Arens e Vila Progresso)**

Titulares: *Indalécia Moraes* – [inda.paim@gmail.com](mailto:inda.paim@gmail.com);  
*Rafael Massucato de Almeida* – [rma.au@hotmail.com](mailto:rma.au@hotmail.com);  
*Antônio Carlos Cesar Bezerra* – [antoniocarlos65.pcdobjundiai@gmail.com](mailto:antoniocarlos65.pcdobjundiai@gmail.com);  
*Sumara Mesquita* – [sumara@tarantina.com.br](mailto:sumara@tarantina.com.br);

Suplentes: *Claudio Marin* – [userline2000@ig.com.br](mailto:userline2000@ig.com.br);  
*Ezequiel Antonio Pedro* – [ezequiel.antoniopedro@gmail.com](mailto:ezequiel.antoniopedro@gmail.com);

▪ **Região 11 (Cristais, Castanho, Tijuco Preto, Santa Gertrudes e Vila Militar)**

Titular: *Amarildo Costa Custódio* – [amarildo.custodio@hotmail.com](mailto:amarildo.custodio@hotmail.com);

Suplente: *Andrea Ferreira Barbosa* – [andreaferbarbosa2008@hotmail.com](mailto:andreaferbarbosa2008@hotmail.com);

▪ **Região 12 (Terra Nova, Santa Clara e Serra do Japi)**

Titular: *Rogério Cabrera Merlo* – [rogeriocabrera@ig.com.br](mailto:rogeriocabrera@ig.com.br);

Suplente: *José do Café Rodrigues* – [zedocafeterranova@terra.com.br](mailto:zedocafeterranova@terra.com.br);

▪ **Região 13 (Bonfiglioli, Maringá, Vila Rami)**

Titular: *José Claudio da Silva* – [prclaudioquadranga@gmail.com](mailto:prclaudioquadranga@gmail.com);  
*Pedro Nolasco Camargo Guimarães* – [pedrocamargolettras@gmail.com](mailto:pedrocamargolettras@gmail.com);  
*Gisele Galafacci* – [gifacci@gmail.com](mailto:gifacci@gmail.com);

Suplente: *Afonso Maria Zen* – [afonso@costadocacau.com.br](mailto:afonso@costadocacau.com.br).

**José Arnaldo de Oliveira**

 Curtir Seja o primeiro de seus amigos a curtir isso.

 Tweetar

 G+1 0

Publicada em 21/10/2015 ▪ Leia mais sobre [2º Fórum do Plano Diretor](#), [Plano Diretor Participativo](#), [Secretaria de Planejamento e Meio Ambiente](#)



[PÁGINA INICIAL](#) [SAIBA O QUE É](#) [PROCESSO PARTICIPATIVO](#) [VÍDEOS](#) [LEGISLAÇÃO](#) [ENTENDA MAIS](#)

[ESTATUTO DA CIDADE](#) [PARECERES DE ENTIDADES](#) [NOTÍCIAS](#) [PROJETO DE LEI](#)

Ouçã o spot de rádio do Plano Diretor

00:00 00:00

#### Arquivos

- [junho 2016](#)
- [maio 2016](#)
- [abril 2016](#)
- [março 2016](#)
- [fevereiro 2016](#)
- [janeiro 2016](#)
- [dezembro 2015](#)
- [novembro 2015](#)
- [outubro 2015](#)
- [setembro 2015](#)
- [agosto 2015](#)
- [julho 2015](#)
- [junho 2015](#)
- [maio 2015](#)
- [abril 2015](#)
- [março 2015](#)
- [fevereiro 2015](#)
- [março 2014](#)
- [fevereiro 2014](#)

#### Notícias por assunto

[1º Fórum do Plano Diretor](#)

[2º Fórum do Plano Diretor](#)

[capacitação Conselho de Defesa do Meio](#)

[Ambiente \(Comdema\) Conselho do Plano](#)

[Diretor Câmara Municipal](#)

[Enquanto Isso Faculdade de Medicina de](#)

[Jundiaí \(FMJ\) Gabinete do Prefeito](#)

[IBGE Plano Diretor](#)

#### Participativo [Rádio Cidade](#)

[Rádio Difusora Secretaria de Agricultura](#)

[Abastecimento e Turismo Secretaria de](#)

[Desenvolvimento Econômico Ciência e](#)

[Tecnologia Secretaria de Negócios](#)

## Calendário capacitação delegados – PD Jundiaí

### Capacitação de Delegados Segmentos

Trabalhadores, Empresários, ONGs e coletivos, Entidades técnico-profissionais, acadêmicos e de pesquisa

Datas: 13 e 15 e 16 de outubro

Horário e local: das 18h30 às 21h30, na [Escola de Governo e Gestão](#), Rua Princesa Isabel, 257 – Vila Arens.

### Capacitação de Delegados Movimentos Sociais

Datas: 17 de outubro

Horário e local: das 8h30 às 17h30, na [Escola de Governo e Gestão](#), Rua Princesa Isabel, 257 – Vila Arens.

Curtir 8 pessoas curtiram isso. Seja o primeiro entre seus amigos. [Tweetar](#)

[G+](#) 0

Publicada em 05/10/2015

[PÁGINA INICIAL](#)   [SAIBA O QUE É](#)   [PROCESSO PARTICIPATIVO](#)   [VÍDEOS](#)   [LEGISLAÇÃO](#)   [ENTENDA MAIS](#)  
[ESTATUTO DA CIDADE](#)   [PARECERES DE ENTIDADES](#)   [NOTÍCIAS](#)   [PROJETO DE LEI](#)

Ouçã o spot de rádio do Plano Diretor

00:00 00:00

#### Arquivos

- [junho 2016](#)
- [maio 2016](#)
- [abril 2016](#)
- [março 2016](#)
- [fevereiro 2016](#)
- [janeiro 2016](#)
- [dezembro 2015](#)
- [novembro 2015](#)
- [outubro 2015](#)
- [setembro 2015](#)
- [agosto 2015](#)
- [julho 2015](#)
- [junho 2015](#)
- [maio 2015](#)
- [abril 2015](#)
- [março 2015](#)
- [fevereiro 2015](#)
- [março 2014](#)
- [fevereiro 2014](#)

#### Notícias por assunto

[1º Fórum do Plano Diretor](#)

[2º Fórum do Plano Diretor](#)

[capacitação](#) [Conselho de Defesa do Meio Ambiente \(Comdema\)](#) [Conselho do Plano](#)

[Diretor](#) [Câmara Municipal](#)

[Enquanto Isso](#) [Faculdade de Medicina de](#)

[Jundiaí \(FMJ\)](#) [Gabinete do Prefeito](#)

[IBGE](#) [Plano Diretor](#)

[Participativo](#) [Rádio Cidade](#)

[Rádio Difusora](#) [Secretaria de Agricultura](#)

[Abastecimento e Turismo](#) [Secretaria de](#)

[Desenvolvimento Econômico](#) [Ciência e](#)

[Tecnologia](#) [Secretaria de Negócios](#)

## Delegados do Plano Diretor fazem capacitação

Os 31 representantes indicados por regiões da cidade e os 30 representantes indicados por segmentos sociais no 2º Fórum do [Plano Diretor Participativo](#) iniciaram, nesta semana, os encontros de capacitação para a fase de propostas e contrapropostas. Essa vai marcar o trabalho dos 101 delegados (outros 40 são indicados pela Prefeitura de Jundiaí) na busca do consenso final do projeto pelo Executivo antes de ser enviado, em formato de projeto de lei, para análise do Legislativo.

#### LEIA MAIS

[Plano Diretor divulga lista preliminar de delegados civis](#)



Cena da oficina de capacitação: moradores e técnicos "empoderados" para ajustes da proposta

“Os encontros servem para alinhar conhecimentos. O plano jamais teve esse esforço participativo proposto pelo prefeito Pedro Bigardi para buscar a melhor proposta para a cidade nos próximos dez anos. Foram mais de 10 mil participações desde o ano passado e mais de 500 propostas recebidas, permitindo juntamos a leitura técnica com uma leitura mais social, comunitária. E temos de estar cientes dos mecanismos previstos pelo Estatuto da Cidade há quase 15 anos e nunca aplicados aqui”, explicou a secretária de Planejamento e Meio Ambiente, Daniela da Camara Sutti.

São 31 representantes do setor chamado de movimentos sociais escolhidos de acordo com o local de moradia e população (em 13 regiões da cidade) e outros 30 representantes de empresas, sindicatos de trabalhadores, entidades profissionais e acadêmicas e organizações não-governamentais ou coletivas, além de 40 técnicos indicados da administração municipal.

O calendário proposto é de que os encontros de capacitação sigam até 18 de outubro, seguidos por oficinas



de apoio para a construção de propostas por segmento entre 19 e 22 de outubro. Depois de uma análise da Prefeitura, ocorrem reuniões de construção de consensos com propostas e contrapropostas de 26 a 29 de outubro. E uma reunião plenária com todos os participantes no dia 30 de outubro.

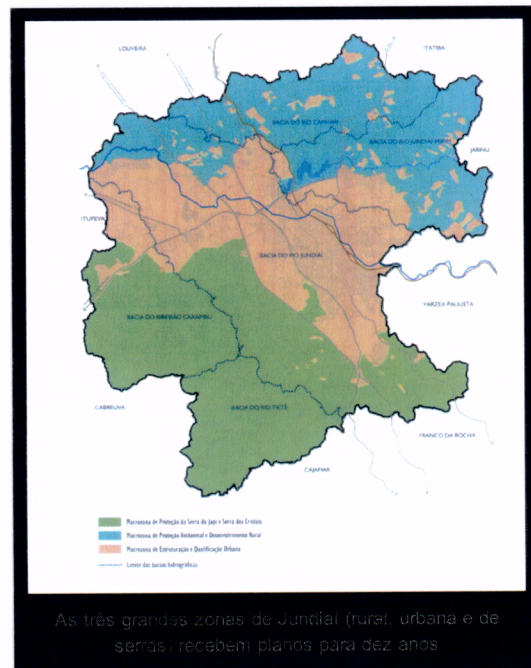
Se a busca de consenso ainda não estiver concluída, de 3 a 6 de novembro ocorrem as rodadas temáticas de diálogo sobre conflitos de opinião que ainda possam existir. A aprovação final (ou a votação de pontos ainda pendentes) será em um Congresso da Cidade, no dia 21 de novembro. Com essa agenda, a entrega do projeto de lei para a Câmara Municipal pode ocorrer no dia 1º de dezembro.

“Cada segmento já está escolhendo um relator, que vai fazer parte da comissão encarregada de acompanhar a passagem das decisões de consenso para o formato de projeto de lei e garantir que seja fiel ao debate desenvolvido. Usamos o formato de texto-base para evitar a exclusão geralmente feita a moradores pela estrutura puramente técnica”, afirma a consultora Paola Paes Manso, especialista em processos multidisciplinares e participativos.

Uma das questões que chamaram a atenção dos participantes dos encontros é a evolução contínua da área urbana de Jundiá entre as décadas de 1940 e 1970 e sua multiplicação de forma menos orgânica a partir da década de 1980, ameaçando áreas ambientalmente frágeis como a zona rural e de mananciais ao norte e a zona rural e ecológica ao sul. **O plano coloca uma nova proposta de zoneamento para a cidade.**

**O texto-base com que trabalham os delegados está disponível para toda a comunidade no site do [Plano Diretor Participativo](#).**

**José Arnaldo de Oliveira**  
**Fotos: fotógrafos – PMJ**



Curtir Seja o primeiro de seus amigos a curtir isso.

Tweetar

G+1 0

Publicada em 13/10/2015 ■ Leia mais sobre [Plano Diretor Participativo](#)

[PÁGINA INICIAL](#)   [SAIBA O QUE É](#)   [PROCESSO PARTICIPATIVO](#)   [VÍDEOS](#)   [LEGISLAÇÃO](#)   [ENTENDA MAIS](#)

[ESTATUTO DA CIDADE](#)   [PARECERES DE ENTIDADES](#)   [NOTÍCIAS](#)   [PROJETO DE LEI](#)

Ouçã o spot de rádio do Plano Diretor

00:00 00:00

#### Arquivos

- [junho 2016](#)
- [maio 2016](#)
- [abril 2016](#)
- [março 2016](#)
- [fevereiro 2016](#)
- [janeiro 2016](#)
- [dezembro 2015](#)
- [novembro 2015](#)
- [outubro 2015](#)
- [setembro 2015](#)
- [agosto 2015](#)
- [julho 2015](#)
- [junho 2015](#)
- [maio 2015](#)
- [abril 2015](#)
- [março 2015](#)
- [fevereiro 2015](#)
- [março 2014](#)
- [fevereiro 2014](#)

#### Notícias por assunto

[1º Fórum do Plano Diretor](#)

[2º Fórum do Plano Diretor](#)

[capacitação Conselho de Defesa do Meio Ambiente \(Comdema\) Conselho do Plano](#)

[Diretor Câmara Municipal](#)

[Enquanto Isso Faculdade de Medicina de](#)

[Jundiaí \(FMJ\) Gabinete do Prefeito](#)

[IBGE \*\*Plano Diretor Participativo\*\*](#) [Rádio Cidade](#)

[Rádio Difusora](#) [Secretaria de Agricultura](#)

[Abastecimento e Turismo](#) [Secretaria de](#)

[Desenvolvimento Econômico Ciência e](#)

[Tecnologia](#) [Secretaria de Negócios](#)

## Plano Diretor Participativo socializa propostas e levantamentos

A Prefeitura de Jundiaí, na fase de consolidação da proposta de governo que vai ser levada ao 2º Fórum do [Plano Diretor Participativo](#), disponibilizou para os moradores um amplo leque de informações de apoio ao trabalho de estudo e debate da situação atual do município.

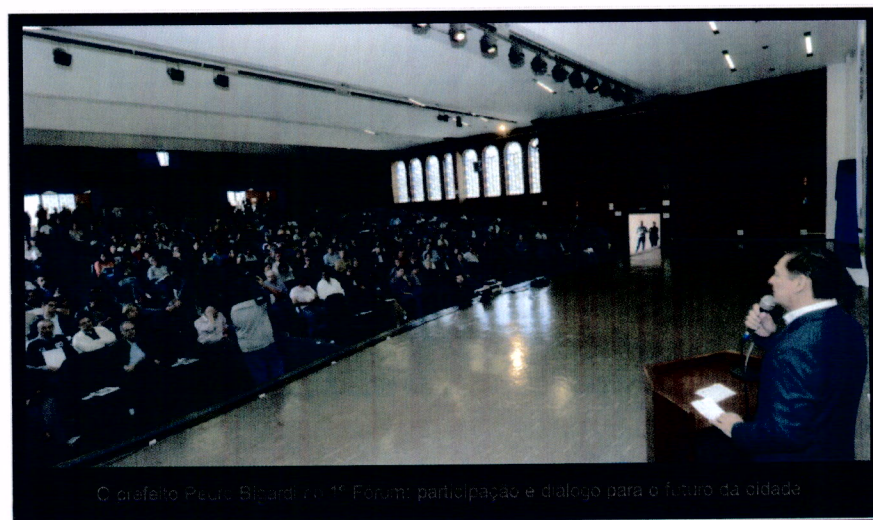
Entre esses materiais está o conjunto de mais de 200 propostas que complementam a leitura comunitária realizada em 2014 e que formam centenas de contribuições ao processo que já alcançou 10 mil participações desde os questionários iniciais, as oficinas territoriais, as reuniões setoriais e o 1º Fórum.

#### LEIA TAMBÉM

[Obra do Escadão recebe intervenção artística](#)

[Centro é palco de diversas atrações neste sábado \(22\)](#)

[Urbanismo Caminhável convida para oficina de marcenaria](#)



© prefeito Pedro Bigardi. 1º Fórum: participação e diálogo para o futuro da cidade

“É claro que parte das propostas remete a políticas setoriais, mas todas estão sendo sistematizadas como reforços colaborativos no trabalho de formatação de dados que estamos fazendo para a proposta do governo Pedro Bigardi. Ela será apresentada à comunidade como primeiro resultado desse processo”, afirma a secretária de Planejamento e Meio Ambiente, Daniela da Camara Sutti.

As propostas podem ser vistas dentro dos objetivos estratégicos definidos para o Plano Diretor Participativo de Jundiaí, que são (para ver as propostas enviadas pela comunidade ao processo preparatório da proposta básica de governo, clique em cada tema):



**1. Preservação, Conservação e Recuperação de Ecossistemas Hídricos e Naturais;**

**2. Proteção, Promoção e recuperação de Bens e Imóveis de Interesse Histórico Cultural e iniciativas culturais;**

**3. Proteção e Promoção do Desenvolvimento Rural e da Produção Agrícola;**

**4. Fortalecimento da Base Econômica local;**

**5. Melhoria na Mobilidade Urbana e nas condições de acessibilidade;**

**6. Regulação do Uso e Ocupação do Solo e da Produção Imobiliária;**

**7. Contenção da Urbanização dispersa e desordenada;**

**8. Aproveitamento de Imóveis Ociosos localizados em áreas urbanas consolidadas;**

**9. Melhoria das Condições Urbanas dos bairros, com oferta adequada de equipamentos de educação, saúde, esporte, lazer e cultura;**

**10. Provisão Habitacional de Interesse Social;**

**11. Urbanização e regularização fundiária de assentamentos precários ocupados pela população de baixa renda e de interesse específico;**

**12. Gestão Democrática com fortalecimento da participação popular nas decisões dos rumos da cidade;**



**Mais subsídios**

Ainda dentro do processo, que já havia disponibilizado a **leitura comunitária produzida pelos questionários** e a **leitura técnica produzida para o 1º Fórum**, também estão colocados para a comunidade **algumas análises em elaboração para a série Você Sabia?**

Todos esses esforços convergem para os preparativos para o 2º Fórum do Plano Diretor Participativo, com data em fase de confirmação na Prefeitura de Jundiá e no Grupo Gestor do Plano, formado por 60% da sociedade civil e 40% do poder público.

“Estamos trabalhando para **construir essa proposta a partir dos objetivos, dos dados e da chamada escuta social. Não tínhamos nenhum plano pronto na gaveta, é um intenso esforço participativo mesmo**”, afirma Daniela.

**José Arnaldo de Oliveira**

**Foto: Arquivo PMJ**

Curtir Seja o primeiro de seus amigos a curtir isso.

Tweetar

G+1 0

Publicada em 21/08/2015 ■ Leia mais sobre [Plano Diretor Participativo, Você Sabia](#)

[PÁGINA INICIAL](#) [SAIBA O QUE É](#) [PROCESSO PARTICIPATIVO](#) [VÍDEOS](#) [LEGISLAÇÃO](#) [ENTENDA MAIS](#)  
[ESTATUTO DA CIDADE](#) [PARECERES DE ENTIDADES](#) [NOTÍCIAS](#) [PROJETO DE LEI](#)

Ouçá o spot de rádio do Plano Diretor

#### Arquivos

- [junho 2016](#)
- [maio 2016](#)
- [abril 2016](#)
- [março 2016](#)
- [fevereiro 2016](#)
- [janeiro 2016](#)
- [dezembro 2015](#)
- [novembro 2015](#)
- [outubro 2015](#)
- [setembro 2015](#)
- [agosto 2015](#)
- [julho 2015](#)
- [junho 2015](#)
- [maio 2015](#)
- [abril 2015](#)
- [março 2015](#)
- [fevereiro 2015](#)
- [março 2014](#)
- [fevereiro 2014](#)

#### Notícias por assunto

[1º Fórum do Plano Diretor](#)

[2º Fórum do Plano Diretor](#)

[capacitação](#) [Conselho de Defesa do Meio Ambiente \(Comdema\)](#) [Conselho do Plano](#)

[Diretor](#) [Câmara Municipal](#)

[Enquanto Isso](#) [Faculdade de Medicina de](#)

[Jundiaí \(FMJ\)](#) [Gabinete do Prefeito](#)

[IBGE](#) [Plano Diretor](#)

[Participativo](#) [Rádio Cidade](#)

[Rádio Difusora](#) [Secretaria de Agricultura](#)

[Abastecimento e Turismo](#) [Secretaria de](#)

[Desenvolvimento Econômico](#) [Ciência e](#)

[Tecnologia](#) [Secretaria de Negócios](#)

## Plano Diretor tem grande participação de delegados

Com a disponibilização pública da 1ª versão da minuta do projeto de lei do [Plano Diretor Participativo](#), a Prefeitura inicia a etapa final dessa elaboração do projeto de futuro da cidade com uma série de propostas inovadoras, alinhadas aos objetivos estratégicos definidos ao longo de quase dois anos e mais de 10 mil participações.

#### LEIA TAMBÉM

[Ponte Torta recebe afeto e elogios de moradores](#)

[Rio Jundiaí vai ser tema de ação intermunicipal em 2016](#)

[Plano Diretor confirma novo cronograma de fechamento](#)



Prefeito Pedro Bigardi e secretária Daniela da Câmara recebem resultado da equipe técnica

Entre os **101 delegados** indicados no 2º Fórum do Plano, no dia 3 de outubro, a **média de participação nos encontros de capacitação e de formulação de propostas ficou com a média de 56,7% nos 11 encontros do grupo de segmentos sociais** (de entidades acadêmicas e de classe, de empresários, de sindicatos de trabalhadores e de organizações não-governamentais) e com a **média de 63,8% nos 9 encontros do grupo de movimentos sociais por regiões** da cidade. Mas em ambos os grupos, que somam **61 delegados**, houve **diversos casos de 100%**.





Processo até primeira versão do PL teve 20 encontros de capacitação e formulação para representantes

## [VEJA A VERSÃO PRELIMINAR DO ANTEPROJETO DE LEI](#)

A **presença de suplentes** no grupo que reuniu segmentos sociais (25,7%) foi menor que no grupo que reuniu movimentos sociais por regiões da cidade (57,1%), sugerindo que no primeiro havia mais pessoas habituadas ao debate técnico de normas para crescimento da cidade do que no segundo, que aproveitou mais a oportunidade de capacitação e participação. Também nesse caso ocorreram variações de acordo com o segmento ou região.

## [VEJA A ANÁLISE DE FREQUÊNCIA DOS DELEGADOS](#)

### **Cronograma**

Os ajustes agora vão ser feitos, diferente de todos os processos anteriores aplicados em texto-base, já na **linguagem de projeto de lei**. Além dos **60% de delegados da sociedade civil**, **outros 40% participam pelo poder público municipal**.

**José Amaldo de Oliveira**

**Fotos: Arquivo PMJ**

Curtir Seja o primeiro de seus amigos a curtir isso.

Tweetar

**G+** 0

Publicada em 17/12/2015 ■ Leia mais sobre [Plano Diretor Participativo](#)

[PÁGINA INICIAL](#)   [SAIBA O QUE É](#)   [PROCESSO PARTICIPATIVO](#)   [VÍDEOS](#)   [LEGISLAÇÃO](#)   [ENTENDA MAIS](#)  
[ESTATUTO DA CIDADE](#)   [PARECERES DE ENTIDADES](#)   [NOTÍCIAS](#)   [PROJETO DE LEI](#)

Ouçã o spot de rádio do Plano Diretor

#### Arquivos

- [junho 2016](#)
- [maio 2016](#)
- [abril 2016](#)
- [março 2016](#)
- [fevereiro 2016](#)
- [janeiro 2016](#)
- [dezembro 2015](#)
- [novembro 2015](#)
- [outubro 2015](#)
- [setembro 2015](#)
- [agosto 2015](#)
- [julho 2015](#)
- [junho 2015](#)
- [maio 2015](#)
- [abril 2015](#)
- [março 2015](#)
- [fevereiro 2015](#)
- [março 2014](#)
- [fevereiro 2014](#)

#### Notícias por assunto

[1º Fórum do Plano Diretor](#)  
[2º Fórum do Plano Diretor](#)  
[capacitação Conselho de Defesa do Meio Ambiente \(Comdema\) Conselho do Plano Diretor Câmara Municipal](#)  
[Enquanto Isso Faculdade de Medicina de Jundiaí \(FMJ\) Gabinete do Prefeito](#)  
[IBGE Plano Diretor Participativo](#) [Rádio Cidade](#)  
[Rádio Difusora](#) [Secretaria de Agricultura](#)  
[Abastecimento e Turismo](#) [Secretaria de Desenvolvimento Econômico Ciência e Tecnologia](#) [Secretaria de Negócios](#)

## Plano Diretor amplia abertura para comunidade

Depois do diagnóstico apresentado no **1º Fórum** (maio) e do prognóstico no **2º Fórum** (setembro), ambos em forma de texto-base, o inovador Plano Diretor Participativo entra em sua fase deliberativa já no formato de anteprojeto de lei para os 101 delegados de diversos segmentos sociais com uma novidade. Os moradores de Jundiaí podem também opinar, em caráter consultivo, sobre os diversos temas que formam essa proposta para o futuro da cidade.

#### LEIA TAMBÉM

[Plano Diretor tem grande participação de delegados](#)  
[Plano Diretor confirma novo cronograma de fechamento](#)



O prefeito Pedro Bigardi destacou o intenso trabalho de técnicos e da sociedade

**“Quero agradecer a todos esses representantes da comunidade e esses servidores que trabalharam muito neste ano para chegarmos a essa proposta. De nossa parte, na Prefeitura, tive reuniões diárias com os técnicos para buscarmos um bom rumo”, afirmou o prefeito Pedro Bigardi, em encontro com delegados na quinta-feira (17).**

A participação foi considerada elevada pela Secretaria de Planejamento e Meio Ambiente. **A média ponderada pela presença de titulares ou seus suplentes nas reuniões de capacitação e formulação de propostas chegou a 68,5% no grupo de segmentos sociais** (entidades de classe, empresários



urbanos e rurais, sindicatos de trabalhadores, organizações não-governamentais) e a 74,9% no grupo de movimentos sociais por regiões da cidade.

A partir desta sexta-feira (18) podem ser vistos e receberem propostas no [portal do Plano](#) não apenas a primeira das três versões previstas do anteprojeto como também todas as propostas já feitas depois do 2º Fórum pelos delegados que chegaram a 81 propostas acolhidas total ou parcialmente, 39 propostas não acolhidas, 24 propostas que não se aplicavam ao plano e 33 propostas em análise, que podem ainda ser reapresentadas agora no formato de projeto de lei.

"Realmente precisamos agradecer esse esforço coletivo dos representantes dos diversos segmentos sociais, que contribuem de forma decisiva no encaminhamento de um **plano inédito em Jundiaí** ao reunir diversas legislações como o parcelamento do solo, o uso e a ocupação do solo, os instrumentos urbanísticos, o sistema de gestão e os projetos prioritários. É o melhor resultado, um arroz e feijão muito bem feito, mas agora podemos incrementar esse prato de nosso projeto de cidade", afirmou a secretária Daniela da Câmara Sutti, do Planejamento e Meio Ambiente.



A secretária Daniela da Câmara convidou a comunidade para conhecer a 1ª versão em projeto de lei.

O portal recebe as propostas deliberativas dos delegados e as propostas consultivas de toda a comunidade (para análise da equipe técnica) até o dia 10 de janeiro. O anteprojeto também está sendo colocado para o Conselho de Meio Ambiente, o Conselho de Patrimônio, o Conselho de Gestão da Serra do Japi, o Conselho de Habitação, o Conselho de Desenvolvimento Rural e o Conselho de Transportes, todos com participantes no processo. **E uma audiência pública está prevista para o dia 18 de janeiro.**

A partir dos dias 21, 22 e 23 de janeiro acontecem, já com uma segunda versão do anteprojeto, as reuniões de construção de consensos sobre conflitos que existam sobre propostas de segmentos sociais, movimentos por regiões e de governo. E novas reuniões podem ocorrer antes da publicação, a partir de 29 de janeiro, da terceira versão que vai orientar a aclamação (ou a decisão por votos) do resultado final no Congresso da Cidade, previsto para 13 de fevereiro antes do envio à Câmara.

**José Arnaldo de Oliveira**  
**Fotos: Dorival Pinheiro Filho**

Curtir Seja o primeiro de seus amigos a curtir isso.

Tweetar

G+1 0

Publicada em 22/12/2015 ■ Leia mais sobre [Plano Diretor Participativo](#)

[PÁGINA INICIAL](#) [SAIBA O QUE É](#) [PROCESSO PARTICIPATIVO](#) [VÍDEOS](#) [LEGISLAÇÃO](#) [ENTENDA MAIS](#)  
[ESTATUTO DA CIDADE](#) [PARECERES DE ENTIDADES](#) [NOTÍCIAS](#) [PROJETO DE LEI](#)

Ouçã o spot de rádio do Plano Diretor

00:00 00:00

#### Arquivos

- [junho 2016](#)
- [maio 2016](#)
- [abril 2016](#)
- [março 2016](#)
- [fevereiro 2016](#)
- [janeiro 2016](#)
- [dezembro 2015](#)
- [novembro 2015](#)
- [outubro 2015](#)
- [setembro 2015](#)
- [agosto 2015](#)
- [julho 2015](#)
- [junho 2015](#)
- [maio 2015](#)
- [abril 2015](#)
- [março 2015](#)
- [fevereiro 2015](#)
- [março 2014](#)
- [fevereiro 2014](#)

#### Notícias por assunto

[1º Fórum do Plano Diretor](#)

[2º Fórum do Plano Diretor](#)

[capacitação Conselho de Defesa do Meio Ambiente \(Comdema\) Conselho do Plano](#)

[Diretor Câmara Municipal](#)

[Enquanto Isso Faculdade de Medicina de](#)

[Jundiá \(FMJ\) Gabinete do Prefeito](#)

[IBGE Plano Diretor](#)

[Participativo](#) Rádio Cidade

[Rádio Difusora](#) [Secretaria de Agricultura](#)  
[Abastecimento e Turismo](#) [Secretaria de](#)  
[Desenvolvimento Econômico](#) [Ciência e](#)  
[Tecnologia](#) [Secretaria de Negócios](#)

## Plano Diretor recebe propostas da população até a quarta-feira (17)

Em fase de elaboração da proposta prévia a ser apresentada para a população no 2º Fórum, o processo do [Plano Diretor Participativo](#) recebe até o dia 17 de junho as novas sugestões de moradores para a lei que visa ordenar o crescimento de Jundiá nos próximos dez anos. Em andamento desde o ano passado, o processo já envolveu diretamente quase 10 mil pessoas.

#### [CONFIRA O FORMULÁRIO DE PARTICIPAÇÃO](#)

“É um formato acessível, permitindo que as pessoas possam contribuir diretamente com suas preocupações e ideias”, afirma a secretária de Planejamento e Meio Ambiente, Daniela da Camara Sutti.

Cada formulário desta fase deve ser usado para apenas uma proposta, mas cada cidadão pode enviar quantas propostas achar necessárias. A recomendação da equipe técnica é de que essas contribuições busquem ser objetivas e voltadas para as normas de uso do território do município.

A definição solicitada por objetivos estratégicos também ajuda no entendimento dessa estrutura mais geral. São dez eixos:

1. Preservação, Conservação e Recuperação de Ecossistemas Hídricos e Naturais;
2. Proteção, Promoção e recuperação de Bens e Imóveis de Interesse Histórico Cultural e iniciativas culturais;
3. Proteção e Promoção do Desenvolvimento Rural e da Produção Agrícola;
4. Fortalecimento da Base Econômica local;
5. Melhoria na Mobilidade Urbana e nas condições de acessibilidade;
6. Regulação do Uso e Ocupação do Solo e da Produção Imobiliária;
7. Contenção da Urbanização dispersa e desordenada;
8. Aproveitamento de Imóveis Ociosos localizados em áreas urbanas consolidadas;
9. Melhoria das Condições Urbanas dos bairros, com oferta adequada de equipamentos de educação, saúde, esporte, lazer e cultura;
10. Provisão Habitacional de Interesse Social;
11. Urbanização e regularização fundiária de assentamentos precários ocupados pela população de baixa renda e de interesse específico;
12. Gestão Democrática com fortalecimento da participação popular nas decisões dos rumos da cidade;

Participe [online](#) ou solicite seu formulário impresso na Sala do Plano, situada na ala sul do 5º andar do Paço Municipal.

**José Arnaldo de Oliveira**

Curtir Seja o primeiro de seus amigos a curtir isso.

Tweetar

G+1 0



[Jurídicos](#) [Secretaria de Planejamento e Meio Ambiente](#) [Serra do Japi](#) [TVE](#) [Vetor Oeste](#) [Você Sabia](#)

Publicada em 10/06/2015 ■ Leia mais sobre [2º Fórum do Plano Diretor](#)

Plano Diretor Participativo | Desenvolvido por [CIJUN](#)

[PÁGINA INICIAL](#) [SAIBA O QUE É](#) [PROCESSO PARTICIPATIVO](#) [VÍDEOS](#) [LEGISLAÇÃO](#) [ENTENDA MAIS](#)  
[ESTATUTO DA CIDADE](#) [PARECERES DE ENTIDADES](#) [NOTÍCIAS](#) [PROJETO DE LEI](#)

Ouçã o spot de rádio do  
Plano Diretor

00:00 00:00

#### Arquivos

- [junho 2016](#)
- [maio 2016](#)
- [abril 2016](#)
- [março 2016](#)
- [fevereiro 2016](#)
- [janeiro 2016](#)
- [dezembro 2015](#)
- [novembro 2015](#)
- [outubro 2015](#)
- [setembro 2015](#)
- [agosto 2015](#)
- [julho 2015](#)
- [junho 2015](#)
- [maio 2015](#)
- [abril 2015](#)
- [março 2015](#)
- [fevereiro 2015](#)
- [março 2014](#)
- [fevereiro 2014](#)

#### Notícias por assunto

[1º Fórum do Plano Diretor](#)  
[2º Fórum do Plano Diretor](#)  
[capacitação Conselho de Defesa do Meio Ambiente \(Comdema\) Conselho do Plano Diretor Câmara Municipal](#)  
[Enquanto Isso Faculdade de Medicina de Jundiaí \(FMJ\) Gabinete do Prefeito](#)  
[IBGE Plano Diretor Participativo](#) Rádio Cidade  
[Rádio Difusora Secretaria de Agricultura](#)  
[Abastecimento e Turismo Secretaria de Desenvolvimento Econômico Ciência e Tecnologia](#)  
[Secretaria de Negócios](#)

## Delegados apresentam 177 propostas ao Plano Diretor

A versão preliminar do anteprojeto de lei do [Plano Diretor Participativo](#), que pode ser analisado em seu portal eletrônico, recebeu 177 propostas na etapa recente de trabalho dos delegados, muitas delas já incorporadas ao texto que vai ter ainda novas etapas de diálogo de solução de conflitos e também uma audiência pública aberta à comunidade no dia 25 de janeiro.

#### LEIA MAIS

[Plano Diretor divulga anteprojeto para audiência na Câmara](#)

Foram acolhidas total ou parcialmente 84 propostas (47%), não acolhidas 35 propostas (20%), definidas como não aplicáveis 20 propostas (11%) e ainda estão em análise outras 33 propostas (19%).

#### [Conheça essas propostas incorporadas, em análise ou descartadas](#)

No caso dos delegados, que atuam na montagem desse plano de cidade para os próximos dez anos (na fase chamada de “como ter a cidade que queremos”), uma maioria de 60% é formada por representantes da sociedade civil, com representantes de empresários (10), movimentos sociais por regiões (31), sindicatos de trabalhadores (8), entidades acadêmicas e profissionais (8) e organizações não-governamentais (4). O restante é formado por técnicos da Prefeitura de Jundiaí.

As novas propostas de ajustes estão sendo colocadas pelos delegados até domingo (10) e moradores também podem expressar suas opiniões para o desenvolvimento sustentável da cidade, evitando o crescimento desordenado e buscando a proteção ambiental e a qualidade de vida dos bairros urbanos e rurais.

Vale lembrar que essas 177 propostas de ajustes ao projeto preliminar, surgido com o 2º Fórum do Plano, reforçam o processo que teve 500 propostas depois do diagnóstico de cidade feito no 1º Fórum do Plano dentro dos objetivos estratégicos apontados ao longo de 10 mil participações da comunidade desde 2014.

Para registrar sua opinião, [acesse](#)

Para baixar o anteprojeto na íntegra, [acesse](#)

**José Arnaldo de Oliveira**  
Fotos: arquivo – PMJ





Técnicos, moradores e especialistas trabalham na construção do projeto

Curtir 9 pessoas curtiram isso. Seja o primeiro entre seus amigos. Tweetar

G+ 0

Publicada em 07/01/2016 ■ Leia mais sobre [Plano Diretor Participativo](#)

Plano Diretor Participativo | Desenvolvido por [CIJUN](#)

[PÁGINA INICIAL](#)   [SAIBA O QUE É](#)   [PROCESSO PARTICIPATIVO](#)   [VÍDEOS](#)   [LEGISLAÇÃO](#)   [ENTENDA MAIS](#)  
[ESTATUTO DA CIDADE](#)   [PARECERES DE ENTIDADES](#)   [NOTÍCIAS](#)   [PROJETO DE LEI](#)

Ouçã o spot de rádio do Plano Diretor

[Ouçã o spot de rádio do Plano Diretor](#)

#### Arquivos

- [junho 2016](#)
- [maio 2016](#)
- [abril 2016](#)
- [março 2016](#)
- [fevereiro 2016](#)
- [janeiro 2016](#)
- [dezembro 2015](#)
- [novembro 2015](#)
- [outubro 2015](#)
- [setembro 2015](#)
- [agosto 2015](#)
- [julho 2015](#)
- [junho 2015](#)
- [maio 2015](#)
- [abril 2015](#)
- [março 2015](#)
- [fevereiro 2015](#)
- [março 2014](#)
- [fevereiro 2014](#)

#### Notícias por assunto

[1º Fórum do Plano Diretor](#)

[2º Fórum do Plano Diretor](#)

[capacitação](#) [Conselho de Defesa do Meio](#)

[Ambiente \(Comdema\)](#) [Conselho do Plano](#)

[Diretor](#) [Câmara Municipal](#)

[Enquanto Isso](#) [Faculdade de Medicina de](#)

[Jundiaí \(FMJ\)](#) [Gabinete do Prefeito](#)

[IBGE](#) [Plano Diretor](#)

[Participativo](#) [Rádio Cidade](#)

[Rádio Difusora](#) [Secretaria de Agricultura](#)

[Abastecimento e Turismo](#) [Secretaria de](#)

[Desenvolvimento Econômico](#) [Ciência e](#)

[Tecnologia](#) [Secretaria de Negócios](#)

## Plano Diretor Participativo amplia prazo de novas sugestões até a quinta-feira (25)

Com quase 10 mil pessoas envolvidas diretamente desde o ano passado e após a grande adesão em seu 1º Fórum, o processo do [Plano Diretor Participativo](#) de Jundiaí ampliou o prazo para moradores, grupos e instituições do município reforçarem propostas de sugestões sobre a lei que visa ordenar o crescimento urbano e rural para os próximos dez anos. O novo prazo segue até a quinta-feira (25), com margem de tolerância máxima até o domingo (28).

Plano Diretor Participativo



O formulário pode ser obtido no 5º andar da ala sul do Paço, na Secretaria de Planejamento e Meio Ambiente, ou diretamente no [formato online](#).

Nessa continuidade do processo, que já **contou com mais de 8 mil questionários em residências, escolas e entidades e também com oficinas territoriais de sensibilização em bairros, os dez objetivos estratégicos formam a estrutura geral para encaixe de propostas. São eles:**

1. *Preservação, Conservação e Recuperação de Ecossistemas Hídricos e Naturais;*
2. *Proteção, Promoção e recuperação de Bens e Imóveis de Interesse Histórico Cultural e iniciativas culturais;*
3. *Proteção e Promoção do Desenvolvimento Rural e da Produção Agrícola;*
4. *Fortalecimento da Base Econômica local;*
5. *Melhoria na Mobilidade Urbana e nas condições de acessibilidade;*
6. *Regulação do Uso e Ocupação do Solo e da Produção Imobiliária;*
7. *Contenção da Urbanização dispersa e desordenada;*
8. *Aproveitamento de Imóveis Ociosos localizados em áreas urbanas consolidadas;*
9. *Melhoria das Condições Urbanas dos bairros, com oferta adequada de equipamentos de educação, saúde, esporte, lazer e cultura;*
10. *Provisão Habitacional de Interesse Social;*
11. *Urbanização e regularização fundiária de assentamentos precários ocupados pela população de baixa renda e de interesse específico;*
12. *Gestão Democrática com fortalecimento da participação popular nas decisões dos rumos da cidade;*



[Jurídicos](#) **Secretaria de Planejamento e Meio Ambiente** [Serra do Japi](#) [TVE](#) [Vetor Oeste](#) [Você Sabia](#)



Plano Diretor Participativo de Jundiaí ampliou o prazo para moradores, grupos e instituições do município

De acordo com a secretária de Planejamento e Meio Ambiente, Daniela da Câmara Sutti, o modelo busca ser acessível a todas as pessoas. “É um formato acessível, como orientado pelo prefeito Pedro Bigardi, permitindo que as pessoas possam contribuir diretamente com suas preocupações e ideias”, afirma.

Atualmente, os trabalhos entraram na fase de elaboração da proposta inicial de governo a partir dos diagnósticos e das leituras social, técnica e jurídica decorrentes das etapas anteriores e que será mostrada posteriormente no 2º Fórum.

**José Arnaldo de Oliveira**

Curtir Seja o primeiro de seus amigos a curtir isso.

Tweetar

G+1 0

Publicada em 12/06/2015

Plano Diretor Participativo | Desenvolvido por [CJUN](#)

PÁGINA INICIAL SAIBA O QUE É PROCESSO PARTICIPATIVO VÍDEOS LEGISLAÇÃO ENTENDA MAIS  
 ESTATUTO DA CIDADE PARECERES DE ENTIDADES NOTÍCIAS PROJETO DE LEI

Ouçã o spot de rádio do Plano Diretor

00:00 00:00

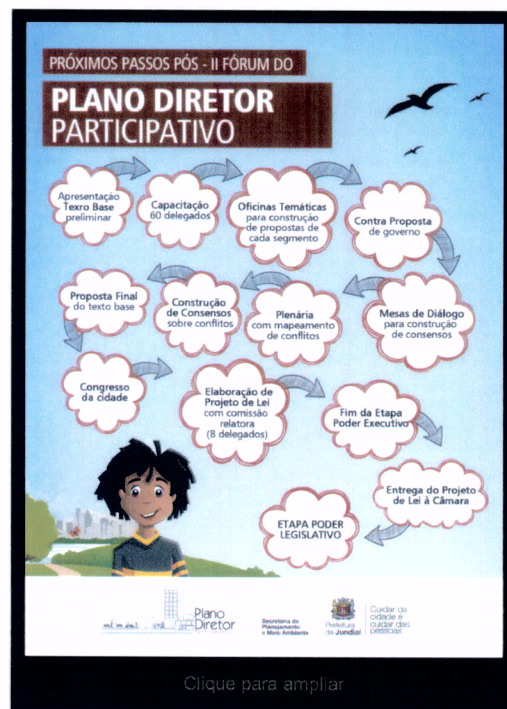
#### Arquivos

- [junho 2016](#)
- [maio 2016](#)
- [abril 2016](#)
- [março 2016](#)
- [fevereiro 2016](#)
- [janeiro 2016](#)
- [dezembro 2015](#)
- [novembro 2015](#)
- [outubro 2015](#)
- [setembro 2015](#)
- [agosto 2015](#)
- [julho 2015](#)
- [junho 2015](#)
- [maio 2015](#)
- [abril 2015](#)
- [março 2015](#)
- [fevereiro 2015](#)
- [março 2014](#)
- [fevereiro 2014](#)

#### Notícias por assunto

[1º Fórum do Plano Diretor](#)  
[2º Fórum do Plano Diretor](#)  
[capacitação](#) [Conselho de Defesa do Meio Ambiente \(Comdema\)](#) [Conselho do Plano Diretor](#) [Câmara Municipal](#)  
[Enquanto Isso](#) [Faculdade de Medicina de Jundiaí \(FMJ\)](#) [Gabinete do Prefeito](#)  
[IBGE](#) [Plano Diretor Participativo](#) [Rádio Cidade](#)  
[Rádio Difusora](#) [Secretaria de Agricultura Abastecimento e Turismo](#) [Secretaria de Desenvolvimento Econômico](#) [Ciência e Tecnologia](#) [Secretaria de Negócios](#)

## Fase de propostas ao Plano Diretor segue até quinta-feira (29)



Clique para ampliar

Os 101 delegados indicados no 2º Fórum para os ajustes da proposta preliminar do [Plano Diretor Participativo](#) encaminham nesta semana as intervenções para a equipe técnica. Para que todos possam participar, inclusive os representantes de movimentos sociais de bairros, acontecem as oficinas de apoio nesta segunda (26), terça (27) e quinta-feira (29).

#### LEIA TAMBÉM

[Novo plano projeta a Jundiaí do futuro](#)

São 31 delegados de movimentos sociais por regiões, 10 delegados do setor empresarial urbano e rural, 8 delegados de sindicatos de trabalhadores, 8 delegados de entidades acadêmicas e profissionais e 4 delegados de organizações não-governamentais e coletivos, além de 40 delegados do poder público. **Um total de 60% de representantes da sociedade civil e 40% de governo, como define o Conselho Nacional das Cidades.**

[Veja a lista de delegados \(representantes\) dos segmentos nos ajustes.](#)

Os ajustes propostos são colocados com um formulário online para cada trecho do texto-base e depois serão sistematizados para a construção de uma contraproposta pelo governo que será novamente apresentada a todos para a continuidade do debate dos ajustes.

#### Entenda a finalização do plano

**José Arnaldo de Oliveira**

Curtir: Seja o primeiro de seus amigos a curtir isso.

Tweets:

[G+](#) 0

Publicada em 26/10/2015 ▪ Leia mais sobre [2º Fórum do Plano Diretor](#), [Plano Diretor Participativo](#)



[PÁGINA INICIAL](#) [SAIBA O QUE É](#) [PROCESSO PARTICIPATIVO](#) [VÍDEOS](#) [LEGISLAÇÃO](#) [ENTENDA MAIS](#)  
[ESTATUTO DA CIDADE](#) [PARECERES DE ENTIDADES](#) [NOTÍCIAS](#) [PROJETO DE LEI](#)

Ouçá o spot de rádio do Plano Diretor

09:20 00:00

## Arquivos

- [junho 2016](#)
- [maio 2016](#)
- [abril 2016](#)
- [março 2016](#)
- [fevereiro 2016](#)
- [janeiro 2016](#)
- [dezembro 2015](#)
- [novembro 2015](#)
- [outubro 2015](#)
- [setembro 2015](#)
- [agosto 2015](#)
- [julho 2015](#)
- [junho 2015](#)
- [maio 2015](#)
- [abril 2015](#)
- [março 2015](#)
- [fevereiro 2015](#)
- [março 2014](#)
- [fevereiro 2014](#)

## Notícias por assunto

[1º Fórum do Plano Diretor](#)  
[2º Fórum do Plano Diretor](#)  
[capacitação](#) [Conselho de Defesa do Meio Ambiente \(Comdema\)](#) [Conselho do Plano Diretor](#) [Câmara Municipal](#)  
[Enquanto Isso](#) [Faculdade de Medicina de Jundiá \(FMJ\)](#) [Gabinete do Prefeito](#)  
[IBGE](#) [Plano Diretor Participativo](#) [Rádio Cidade](#)  
[Rádio Difusora](#) [Secretaria de Agricultura Abastecimento e Turismo](#) [Secretaria de Desenvolvimento Econômico](#) [Ciência e Tecnologia](#) [Secretaria de Negócios](#)

# Entenda a finalização do novo Plano Diretor Participativo

A construção participativa do novo [Plano Diretor de Jundiá](#) entra em sua fase decisiva. Nessa etapa, as mudanças propostas na versão preliminar são ajustadas pelos representantes dos diversos segmentos indicados no 2º Fórum. A proposta em debate retoma a proteção das zonas rurais e ecológicas e reorganiza o crescimento da área urbana com maior cuidado para a qualidade dos bairros, para as atividades econômicas e orientando os grandes edifícios para os corredores urbanos formados pelas principais avenidas.

## Propostas

Depois da capacitação, entre 7 e 18 de outubro, os diversos representantes (delegados) dos segmentos de movimentos sociais por regiões de moradia (31), empresários (10), sindicatos de trabalhadores (8), entidades acadêmicas e profissionais (8) e organizações não-governamentais (4) trabalham com a comunidade na preparação de propostas de ajustes até o dia 29 de outubro.

## LEIA TAMBÉM

[Prefeitura intensifica trabalho técnico para propostas do Plano](#)



Ao mesmo tempo, o grupo de delegados da administração municipal (40) também trabalha na construção de ajustes da proposta de governo em cima da proposta preliminar.

## Oficinas de apoio

No meio do caminho, os delegados contam com oficinas temáticas de apoio na segunda-feira (26), na terça-feira (27) e na quinta-feira (29).

## Contraproposta

Entre os dias 3 e 5 de novembro, o conjunto de propostas elaboradas pelos diversos segmentos e mais a proposta interna discutida pelos técnicos de governo serão reunidos em uma contraproposta, que deve apontar pontos que não atingiram a convergência plena.

## Construção de Consensos

Entre 9 e 13 de novembro ocorrem reuniões sobre pontos pendentes, buscando a construção de consensos de equilíbrio no maior número possível de casos.

Clique para ampliar a arte

#### Plenária

Uma reunião plenária com os delegados de todos os segmentos está prevista para o dia 21 de novembro, sábado, para a apresentação dos resultados alcançados e para a definição de uma nova fase de diálogos sobre pontos que ainda não tiveram atingido a convergência.

#### Mesas de Diálogo

Entre 23 e 25 de novembro serão realizadas as “mesas” de diálogo (chamadas de “negociação de conflitos”) com o objetivo do fechamento completo do texto-base.

#### Proposta

O alvo do processo é o fechamento do texto-base final no dia 26 de novembro.

**Com esse processo, o texto-base vai estar pronto para ser transformado pelos técnicos em formato de projeto de lei com acompanhamento da comissão de relatores formada por representantes de cada segmento. Em caso de alguma divergência ainda persistir, o assunto será resolvido em votação deliberativa pelos 101 delegados no Congresso da Cidade. Com esses passos, encerra-se o processo no Executivo (iniciado em 2014 e com mais de 10 mil participações), seguindo então para o seu processo no Legislativo para finalmente ser transformado em lei.**

*José Arnaldo de Oliveira*

Curtir 80 pessoas curtiram isso. Seja o primeiro entre seus amigos. [Tweetar](#)

[G+1](#) 0

Publicada em 22/10/2015 ■ Leia mais sobre [2º Fórum do Plano Diretor](#), [Plano Diretor Participativo](#), [Secretaria de Planejamento e Meio Ambiente](#)



PÁGINA INICIAL SAIBA O QUE É PROCESSO PARTICIPATIVO VÍDEOS LEGISLAÇÃO ENTENDA MAIS  
 ESTATUTO DA CIDADE PARECERES DE ENTIDADES NOTÍCIAS PROJETO DE LEI

Ouçã o spot de rádio do Plano Diretor

15:36 100.0%

#### Arquivos

- [junho 2016](#)
- [maio 2016](#)
- [abril 2016](#)
- [março 2016](#)
- [fevereiro 2016](#)
- [janeiro 2016](#)
- [dezembro 2015](#)
- [novembro 2015](#)
- [outubro 2015](#)
- [setembro 2015](#)
- [agosto 2015](#)
- [julho 2015](#)
- [junho 2015](#)
- [maio 2015](#)
- [abril 2015](#)
- [março 2015](#)
- [fevereiro 2015](#)
- [março 2014](#)
- [fevereiro 2014](#)

#### Notícias por assunto

[1º Fórum do Plano Diretor](#)

[2º Fórum do Plano Diretor](#)

[capacitação Conselho de Defesa do Meio Ambiente \(Comdema\) Conselho do Plano](#)

[Diretor Câmara Municipal](#)

[Enquanto Isso Faculdade de Medicina de](#)

[Jundiá \(FMJ\) Gabinete do Prefeito](#)

[IBGE Plano Diretor](#)

[Participativo](#) Rádio Cidade

[Rádio Difusora](#) [Secretaria de Agricultura](#)  
[Abastecimento e Turismo](#) [Secretaria de](#)  
[Desenvolvimento Econômico](#) [Ciência e](#)  
[Tecnologia](#) [Secretaria de Negócios](#)

## Plano Diretor divulga anteprojeto para audiência na Câmara

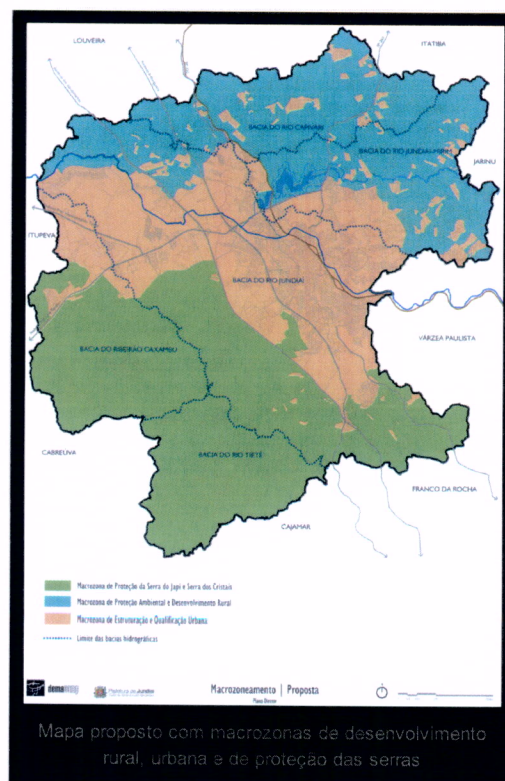
A forma de crescimento de Jundiá, discutida com mais de 10 mil participações no [Plano Diretor Participativo](#) ao longo de quase dois anos, está disponível na internet para conhecimento de todos os moradores da cidade e vai ter uma audiência pública no dia 25 de janeiro, iniciando-se às 19h no plenário da [Câmara Municipal](#).

#### LEIA TAMBÉM

[Plano Diretor amplia abertura para comunidade](#)

[Plano Diretor tem grande participação de delegados](#)

[Encontro discute valorização da cultura ciclovária no Plano Diretor](#)



Mapa proposto com macrozonas de desenvolvimento rural, urbana e de proteção das serras

O anteprojeto, em versão preliminar, está sendo analisado pelos 101 delegados para novas propostas de ajustes até domingo (10). Mas o sistema interativo também está aberto a opiniões dos demais moradores. [Veja o estágio atual do projeto.](#)

A Prefeitura, que organiza a audiência pública pela Secretaria de Planejamento e Meio Ambiente, busca reservar uma apresentação geral e um espaço maior para intervenções e questionamentos do público.

O processo para chegar a esse anteprojeto buscou a visão dos moradores ao lado do tradicional trabalho dos técnicos, formando uma espécie de "leitura comunitária", que envolveu distribuição de questionários, reuniões de entidades e movimentos sociais, oficinas territoriais em bairros, dois grandes fóruns e no intenso trabalho de técnicos e delegados.

O resultado aponta os rumos e prioridades da comunidade em forma de objetivos estratégicos.

#### São eles:

1. Preservação, Conservação e Recuperação de Ecossistemas Hídricos e Naturais

2. Proteção, e Recuperação de Bens e Imóveis de Interesse Histórico e Cultural

3. Proteção e Promoção do Desenvolvimento Rural e da Produção Agrícola
4. Fortalecimento da Base Econômica Local
5. Melhoria na Mobilidade Urbana e Condições de Acessibilidade
6. Regulação do Uso e Ocupação do Solo e da Produção Imobiliária
7. Contenção da Urbanização Dispersa e Desordenada
8. Aproveitamento de Imóveis Ociosos em Áreas Urbanas Consolidadas
9. Melhoria das Condições Urbanas dos bairros, com oferta adequada de Equipamentos de educação, saúde, esporte, lazer e cultura
10. Provisão Habitacional de Interesse Social
11. Urbanização e Regularização Fundiária de assentamentos precários ocupados pela população de baixa renda e de interesse específico
12. Gestão Democrática com fortalecimento da participação popular nas decisões dos rumos da cidade

**José Amaldo de Oliveira**

[Curtir](#) 19 pessoas curtiram isso. Seja o primeiro entre seus amigos. [Tweetar](#)

[G+](#) 0

Publicada em 05/01/2016 ▪ Leia mais sobre [Plano Diretor Participativo](#), [Secretaria de Planejamento e Meio Ambiente](#)

Plano Diretor Participativo | Desenvolvido por [CIJUN](#)



[PÁGINA INICIAL](#)   [SAIBA O QUE É](#)   [PROCESSO PARTICIPATIVO](#)   [VÍDEOS](#)   [LEGISLAÇÃO](#)   [ENTENDA MAIS](#)  
[ESTATUTO DA CIDADE](#)   [PARECERES DE ENTIDADES](#)   [NOTÍCIAS](#)   [PROJETO DE LEI](#)

Ouçã o spot de rádio do Plano Diretor

09/06/2016 10:01

#### Arquivos

- [junho 2016](#)
- [maio 2016](#)
- [abril 2016](#)
- [março 2016](#)
- [fevereiro 2016](#)
- [janeiro 2016](#)
- [dezembro 2015](#)
- [novembro 2015](#)
- [outubro 2015](#)
- [setembro 2015](#)
- [agosto 2015](#)
- [julho 2015](#)
- [junho 2015](#)
- [maio 2015](#)
- [abril 2015](#)
- [março 2015](#)
- [fevereiro 2015](#)
- [março 2014](#)
- [fevereiro 2014](#)

#### Notícias por assunto

[1º Fórum do Plano Diretor](#)  
[2º Fórum do Plano Diretor](#)  
[capacitação Conselho de Defesa do Meio Ambiente \(Comdema\)](#) [Conselho do Plano Diretor](#) [Câmara Municipal](#)  
[Enquanto Isso](#) [Faculdade de Medicina de Jundiaí \(FMJ\)](#) [Gabinete do Prefeito](#)  
 IBGE [Plano Diretor](#)

[Participativo](#) [Rádio Cidade](#)

[Rádio Difusora](#) [Secretaria de Agricultura](#)  
[Abastecimento e Turismo](#) [Secretaria de Desenvolvimento Econômico](#) [Ciência e Tecnologia](#) [Secretaria de Negócios](#)

## Saiba o que são as oficinas de consensos e consultivas

Depois de uma [histórica audiência pública consultiva nessa segunda-feira \(25\)](#), o inédito [Plano Diretor Participativo](#) continuou nesta semana com reuniões chamadas de “oficinas de consensos”, em que os delegados da sociedade civil e os técnicos de governo analisam as propostas ao anteprojeto de lei surgido com os ajustes ao texto-base apresentado no 2º Fórum do Plano Diretor, em setembro. Ao todo, já são cinco meses de construção coletiva dessa proposta de lei.

#### LEIA TAMBÉM

[Audiência do Plano Diretor lota e adia Congresso 'Jundiaí, você e o novo Plano Diretor Participativo'](#)



“corredores urbanos”.

Outro tema divergente é o **aumento da área rural**, com **proibição de loteamentos em regiões que foram classificadas anteriormente como urbanas mesmo tendo predominância de sítios e paisagens rurais**. A medida é defendida principalmente **pela produção de água e pelas funções ambientais** desse setor.

O grupo voluntário se reuniu nas noites dessa **quarta-feira (27) até esta sexta-feira (29) para analisar o texto inteiro de 170 páginas**, parando especificamente nos **trechos em que houve propostas de ajustes para validar cada uma das contrapropostas da equipe técnica ou manter mudanças**, em caso de consenso, **ou classificar como conflito** em caso de divergências.

Esse trabalho conjunto vai “limpando” o texto integral, deixando somente os pontos ainda em conflito de propostas.

O próximo passo, em fevereiro, vão ser as **reuniões de negociação dos conflitos**. Como era esperado, um dos temas divergentes é o **controle da verticalização (construção de edifícios altos) em no máximo quatro andares** para conservar a qualidade de vida dos mesmos e , deixando os **prédios elevados para avenidas denominadas como**

Saiba o que são as oficinas de consensos e consultivas | Plano Diretor Participativo

De um lado estão os **delegados de setores, como empreiteiras, corretores de imóveis e profissionais do ramo imobiliário**. De outro, os **técnicos de governo, agricultores, ativistas sociais, representantes de moradores, ambientalistas e organizações não-governamentais**.

A **maior parte do anteprojeto, entretanto, atingiu consenso** entre os participantes.

Se a fase das negociações de **conflitos** ainda deixar pontos em aberto, as decisões vão ser tomadas em **votação no Congresso da Cidade, marcado para 12 de março com acompanhamento aberto à população de Jundiá**.

O resultado vai ser então encaminhado para a análise dos vereadores da **Câmara Municipal**.

#### Visão da comunidade

O Plano Diretor Participativo teve seu processo iniciado em 2014, com a distribuição de **150 mil questionários** em escolas públicas (municipais e estaduais), nas contas de água e também para discussão interna em instituições locais. O processo continuou em 2015 com **oficinas territoriais de sensibilização em diversas regiões da cidade**, chegando a **10 mil participações** nos diversos momentos dessa chamada "escuta social".

Anteprojeto de lei é apresentado



Essa visão orientou com **doze objetivos estratégicos** o trabalho técnico de preparação de um diagnóstico apresentado em maio de 2015 no **1º Fórum do Plano Diretor**, que reuniu **mais de 700 pessoas e foi seguido por um prazo que recebeu mais de 500 propostas**. O trabalho dos técnicos reuniu uma **quantidade inédita de dados** para formar, em setembro, a proposta inicial do **texto-base no 2º Fórum do Plano Diretor**.

Nesse momento foram apontados também **101 delegados** ([sendo 31 de moradores de regiões da cidade, dez de empresários urbanos e rurais, oito de sindicatos de trabalhadores, oito de entidades acadêmicas e profissionais, quatro de organizações não-governamentais e 40 do poder público](#), em uma proporção de **60% da sociedade civil e 40% de técnicos de governo**).

De setembro a dezembro, foram realizadas as **oficinas de capacitação e de construção de propostas para os ajustes no texto-base que em dezembro ganhou o formato de anteprojeto de lei**. E novamente as propostas de ajustes foram recebidas, agora nesse formato, para a **reta final de aprovação do Plano Diretor Participativo em sua fase de construção no Executivo**.

Ao longo desses dois anos de construção da proposta de desenvolvimento de Jundiá para os próximos dez anos, como lema da **"cidade que queremos"**, **todos os interesses que convivem no município foram considerados no processo conduzido pela Prefeitura** legítimos dentro de um **diálogo transparente e inclusivo**. Os conflitos fazem parte desse cenário.

Nessa segunda-feira (25), ao lado de todo o processo de construção, uma [audiência pública consultiva na Câmara foi promovida para ampliar a visibilidade desse processo que chega a discussões centrais para o futuro da cidade](#).

**José Arnaldo de Oliveira**

**Fotos: Fotógrafos PMJ**

Curtir Seja o primeiro de seus amigos a curtir isso.

Tweetar

G+ 0



[PÁGINA INICIAL](#)   [SAIBA O QUE É](#)   [PROCESSO PARTICIPATIVO](#)   [VÍDEOS](#)   [LEGISLAÇÃO](#)   [ENTENDA MAIS](#)  
[ESTATUTO DA CIDADE](#)   [PARECERES DE ENTIDADES](#)   [NOTÍCIAS](#)   [PROJETO DE LEI](#)

Ouçã o spot de rádio do Plano Diretor

[Ouvir](#)   [Baixar](#)

#### Arquivos

- [junho 2016](#)
- [maio 2016](#)
- [abril 2016](#)
- [março 2016](#)
- [fevereiro 2016](#)
- [janeiro 2016](#)
- [dezembro 2015](#)
- [novembro 2015](#)
- [outubro 2015](#)
- [setembro 2015](#)
- [agosto 2015](#)
- [julho 2015](#)
- [junho 2015](#)
- [maio 2015](#)
- [abril 2015](#)
- [março 2015](#)
- [fevereiro 2015](#)
- [março 2014](#)
- [fevereiro 2014](#)

#### Notícias por assunto

[1º Fórum do Plano Diretor](#)

[2º Fórum do Plano Diretor](#)

[capacitação](#) [Conselho de Defesa do Meio Ambiente \(Comdema\)](#) [Conselho do Plano](#)

[Diretor](#) [Câmara Municipal](#)

[Enquanto Isso](#) [Faculdade de Medicina de](#)

[Jundiaí \(FMJ\)](#) [Gabinete do Prefeito](#)

[IBGE](#) [Plano Diretor](#)

[Participativo](#) [Rádio Cidade](#)

[Rádio Difusora](#) [Secretaria de Agricultura](#)  
[Abastecimento e Turismo](#) [Secretaria de](#)  
[Desenvolvimento Econômico](#) [Ciência e](#)  
[Tecnologia](#) [Secretaria de Negócios](#)

## Delegados do Plano Diretor abrem debate dos ajustes

Com participação absoluta dos 61 representantes da comunidade indicados como delegados no **2º Fórum do Plano Diretor Participativo**, as oficinas de ajustes abertas nessa segunda-feira (26) mostram o forte compromisso na construção de um plano adequado para os desafios do crescimento sustentável de Jundiaí nos próximos dez anos.

Participam 31 delegados dos movimentos sociais por regiões de moradia, dez delegados dos empresários, oito delegados dos sindicatos de trabalhadores, oito delegados das entidades acadêmicas e profissionais e quatro delegados de organizações não-governamentais, além da equipe técnica da Secretaria de Planejamento e Meio Ambiente.

#### MAIS PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO

[Novo Plano Diretor projeta a Jundiaí do futuro](#)

[Plano Diretor Participativo faz 'escuta' na Prefeitura](#)

[Recursos hídricos são tema de discussão com Comdema](#)

[Fase de propostas ao Plano Diretor segue até quinta-feira \(29\)](#)



Discussões em grupo marcam ajustes para fase final de debates do Plano

Jurídicos **Secretaria de Planejamento e Meio Ambiente** Serra do

Japi TVE Votor Oeste **Você Sabia**

A importância desse plano, que determina o **uso adequado do território do município**, já havia sido demonstrada na participação também absoluta dos delegados nas **oficinas de capacitação realizadas para alinhar o conhecimento de todos**, em especial dos moradores não-técnicos, nesse processo final de debate.

Na primeira fase, considerada direta e consultiva, houve **mais de 10 mil participações** entre questionários enviados em contas de água e escolas, oficinas em bairros, o **1º Fórum** e uma fase aberta para propostas com outras 500 participações.

Essa segunda fase passa a ser **representativa e deliberativa** para a proposta do Executivo, antes de ser enviada ao Legislativo. Depois de indicados no 2º Fórum e participarem das capacitações, os **delegados seguem agora a etapa de propostas de ajustes ou mudanças no texto-base**. Os consensos serão incorporados e as divergências surgem depois, seguindo para momentos de diálogo orientado.



**José Amaldo de Oliveira**  
Fotos: **Dorival Pinheiro Filho**

Curtir Seja o primeiro de seus amigos a curtir isso.

Tweetar

G+1 0

Publicada em 28/10/2015 ■ Leia mais sobre [Plano Diretor Participativo](#)

Plano Diretor Participativo | Desenvolvido por [CIJUN](#)



[PÁGINA INICIAL](#) [SAIBA O QUE É](#) [PROCESSO PARTICIPATIVO](#) [VÍDEOS](#) [LEGISLAÇÃO](#) [ENTENDA MAIS](#)

[ESTATUTO DA CIDADE](#) [PARECERES DE ENTIDADES](#) [NOTÍCIAS](#) [PROJETO DE LEI](#)

Ouçã o spot de rádio do Plano Diretor

00:00 35:30

#### Arquivos

- [junho 2016](#)
- [maio 2016](#)
- [abril 2016](#)
- [março 2016](#)
- [fevereiro 2016](#)
- [janeiro 2016](#)
- [dezembro 2015](#)
- [novembro 2015](#)
- [outubro 2015](#)
- [setembro 2015](#)
- [agosto 2015](#)
- [julho 2015](#)
- [junho 2015](#)
- [maio 2015](#)
- [abril 2015](#)
- [março 2015](#)
- [fevereiro 2015](#)
- [março 2014](#)
- [fevereiro 2014](#)

#### Notícias por assunto

[1º Fórum do Plano Diretor](#)

[2º Fórum do Plano Diretor](#)

[capacitação Conselho de Defesa do Meio Ambiente \(Comdema\) Conselho do Plano](#)

[Diretor Câmara Municipal](#)

[Enquanto Isso Faculdade de Medicina de](#)

[Jundiaí \(FMJ\) Gabinete do Prefeito](#)

[IBGE Plano Diretor](#)

[Participativo](#) Rádio Cidade

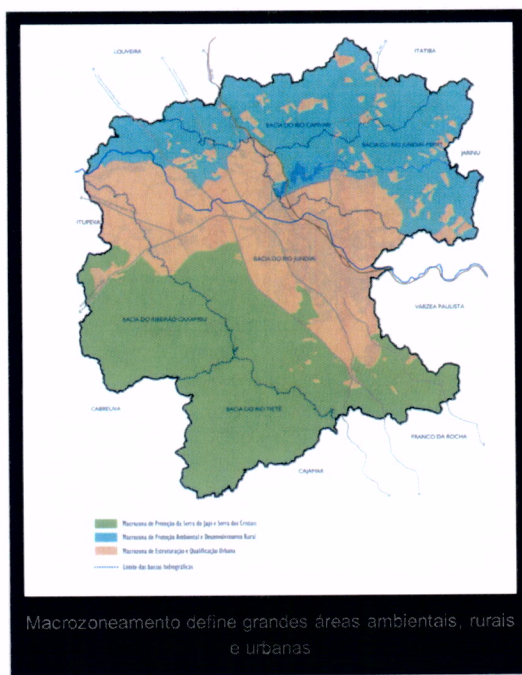
[Rádio Difusora](#) [Secretaria de Agricultura](#)

[Abastecimento e Turismo](#) [Secretaria de](#)

[Desenvolvimento Econômico](#) [Ciência e](#)

[Tecnologia](#) [Secretaria de Negócios](#)

## Plano Diretor avança consenso com ajustes participativos



O ousado rascunho preliminar dos rumos de Jundiaí no novo [Plano Diretor Participativo](#), apresentado à cidade depois de uma fase consultiva de [mais de 10 mil participações e 500 propostas no 2º Fórum em outubro](#), entrou em uma fase deliberativa com a indicação dos representantes dos diversos segmentos sociais. Entenda o que aconteceu desde 1º de outubro.

As chamadas do evento já anunciavam novidades para esse tipo de proposta com os objetivos estratégicos definidos pela comunidade e pelos técnicos na [fase anterior de consultas](#).

Com a presença de centenas de moradores, técnicos e representantes dos diversos setores da cidade, o evento reforçou a [importância de controlar o crescimento desordenado e buscar o equilíbrio entre desenvolvimento e sustentabilidade social e ambiental](#) através do diálogo e do consenso.

Na primeira impressão sobre a proposta preliminar para ajustes, elaborada sobre o diagnóstico que havia sido mostrado no 1º Fórum, em maio, foi destacado o [cuidado com as medidas de proteção aos bairros e ao meio ambiente](#).

O trabalho de diálogo que viria pela frente foi assumido por [101 delegados](#). Somente [40 deles](#) são da Prefeitura de Jundiaí, enquanto os demais 61 lugares foram indicados no fórum com 31 vagas de movimentos sociais por regiões da cidade, dez de empresários, oito de entidades acadêmicas e profissionais, oito de sindicatos de trabalhadores e quatro de organizações não-governamentais e coletivos.

Para evitar que somente técnicos tivesse voz no debate, conduzido em formato de texto-base antes de passar no final para a linguagem formal do projeto de lei, [todos foram convidados para uma capacitação](#).

O processo de trabalho foi [reforçado também junto às principais instituições que formam o Conselho da Cidade](#), grupo de diálogo criado pelo prefeito Pedro Bigardi.

Em novas análises, foi estimulada a [comparação entre o formato da proposta preliminar e os objetivos](#)

Jurídicos **Secretaria de Planejamento e Meio Ambiente** Serra do

Japi TVE Votor Oeste Você Sabia

**estratégicos** definidos ao longo da fase consultiva.

Ao mesmo tempo em que os **delegados mergulhavam na capacitação para os ajustes**, dentro da Prefeitura de Jundiá também era **ampliada a análise técnica da proposta**.

Depois da fase de capacitação sobre o plano, os **delegados passaram a contar com oficinas técnicas de apoio para a elaboração das propostas de ajustes**.

A **dinâmica estratégica de formação de consensos nas propostas e de visualização de conflitos entre elas** (com novas etapas de diálogo para a busca de novos consensos) ficou mais clara para todos.

Com o avanço do trabalho dos 61 delegados da sociedade civil na fase de propostas de ajustes, o **trabalho interno também avançou para os 40 delegados da Prefeitura e demais técnicos de apoio**.

A **importância da questão habitacional**, que conta com propostas de inovação no plano, ganhou uma **reunião temática com o prefeito Pedro Bigardi**.

Por outro lado, a **prioridade da água para o bem estar dos moradores** e até das empresas de Jundiá foi alvo de uma **abordagem no Conselho de Meio Ambiente**.

O **crescimento econômico sustentável** também teve uma **reunião específica dentro da Prefeitura**.

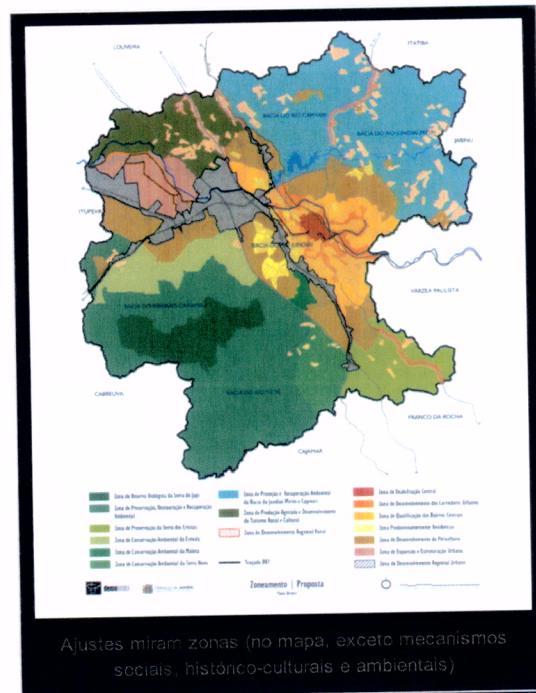
Todas essas atividades **encaminham a discussão final e decisiva** sobre a proposta que vai ser **definida pelo Executivo (Prefeitura) para ser enviada para análise do Legislativo (Câmara Municipal)**.

**José Arnaldo de Oliveira**

Curtir 16 pessoas curtiram isso. Seja o primeiro entre seus amigos. Tweetar

G+1 0

Publicada em 09/11/2015 ■ Leia mais sobre [Plano Diretor Participativo](#)





[PÁGINA INICIAL](#)   [SAIBA O QUE É](#)   [PROCESSO PARTICIPATIVO](#)   [VÍDEOS](#)   [LEGISLAÇÃO](#)   [ENTENDA MAIS](#)  
[ESTATUTO DA CIDADE](#)   [PARECERES DE ENTIDADES](#)   [NOTÍCIAS](#)   [PROJETO DE LEI](#)

Ouçá o spot de rádio do Plano Diretor

[Ouçá o spot de rádio do Plano Diretor](#)

#### Arquivos

- [junho 2016](#)
- [maio 2016](#)
- [abril 2016](#)
- [março 2016](#)
- [fevereiro 2016](#)
- [janeiro 2016](#)
- [dezembro 2015](#)
- [novembro 2015](#)
- [outubro 2015](#)
- [setembro 2015](#)
- [agosto 2015](#)
- [julho 2015](#)
- [junho 2015](#)
- [maio 2015](#)
- [abril 2015](#)
- [março 2015](#)
- [fevereiro 2015](#)
- [março 2014](#)
- [fevereiro 2014](#)

#### Notícias por assunto

[1º Fórum do Plano Diretor](#)

[2º Fórum do Plano Diretor](#)

[capacitação Conselho de Defesa do Meio Ambiente \(Comdema\) Conselho do Plano](#)

[Diretor Câmara Municipal](#)

[Enquanto Isso Faculdade de Medicina de](#)

[Jundiaí \(FMJ\) Gabinete do Prefeito](#)

[IBGE Plano Diretor](#)

[Participativo Rádio Cidade](#)

[Rádio Difusora Secretaria de Agricultura](#)

[Abastecimento e Turismo Secretaria de](#)

[Desenvolvimento Econômico Ciência e](#)

[Tecnologia Secretaria de Negócios](#)

## Reuniões de Negociações de Conflitos

### **1- DIA 22 (segunda) – Paço Municipal – 8º andar auditório**

Mesa 1: Conselho e Sistema de Gestão ( Núcleo) 17h às 19h

Mesa Temática 2: Critérios de Macro e Zoneamento / Corredores 19h às 21h30

### **2- DIA 23 (terça) – Paço Municipal**

Bilateral Economia Criativa – 15h/16h – 5º andar – ala sul

Mesa Temática 3 e 4: Critérios de Verticalização / Outorga / Parcelamento, Uso e Ocupação das 17h às 21h30 – 8º andar- auditório

### **3- DIA 24 (quarta) – Paço Municipal – 8º andar – auditório**

Bilateral: Fragmentos de Biomass 15h às 16h

Bilateral: Mineração 16h às 17h

Mesa Temática 5: Zeis / EIV / Regularização Fundiária – 17h às 19h

\*\* Plenária Geral da Evolução dos Conflitos (inclusive Bilaterais) – 19h às 21h

### **Atenção!**

Não havendo a presença de representantes (quando há proposta destes, ainda com conflito) nas Mesas de Negociação de Conflito, ficou pactuado no sábado, pela plenária, que os mesmos, em razão da ausência, serão decididos pela **Plenária presente**, com a solução ou não do conflito.



Secretaria de Planejamento e Meio Ambiente



Cuidar da cidade é cuidar das pessoas

Curtir Seja o primeiro de seus amigos a curtir isso.

Twitter

G+1 0

Publicada em 27/01/2016 ■ Leia mais sobre [Plano Diretor Participativo](#)

Plano Diretor Participativo | Desenvolvido por [CJUN](#)



[PÁGINA INICIAL](#)   [SAIBA O QUE É](#)   [PROCESSO PARTICIPATIVO](#)   [VÍDEOS](#)   [LEGISLAÇÃO](#)   [ENTENDA MAIS](#)  
[ESTATUTO DA CIDADE](#)   [PARECERES DE ENTIDADES](#)   [NOTÍCIAS](#)   [PROJETO DE LEI](#)

Ouçá o spot de rádio do Plano Diretor

00:00 / 00:00

#### Arquivos

- [junho 2016](#)
- [maio 2016](#)
- [abril 2016](#)
- [março 2016](#)
- [fevereiro 2016](#)
- [janeiro 2016](#)
- [dezembro 2015](#)
- [novembro 2015](#)
- [outubro 2015](#)
- [setembro 2015](#)
- [agosto 2015](#)
- [julho 2015](#)
- [junho 2015](#)
- [maio 2015](#)
- [abril 2015](#)
- [março 2015](#)
- [fevereiro 2015](#)
- [março 2014](#)
- [fevereiro 2014](#)

#### Notícias por assunto

[1º Fórum do Plano Diretor](#)

[2º Fórum do Plano Diretor](#)

[capacitação Conselho de Defesa do Meio Ambiente \(Comdema\) Conselho do Plano](#)

[Diretor Câmara Municipal](#)

[Enquanto Isso Faculdade de Medicina de](#)

[Jundiaí \(FMJ\) Gabinete do Prefeito](#)

[IBGE Plano Diretor](#)

[Participativo](#) [Rádio Cidade](#)

[Rádio Difusora](#) [Secretaria de Agricultura](#)  
[Abastecimento e Turismo](#) [Secretaria de](#)  
[Desenvolvimento Econômico](#) [Ciência e](#)  
[Tecnologia](#) [Secretaria de Negócios](#)

## Entidades reforçam participação na reta final do novo Plano Diretor

Mesmo com uma boa dose de conflitos para serem resolvidos nas “reuniões de diálogo” da próxima semana, as entidades, moradores e técnicos do [Plano Diretor Participativo](#) avançaram muito na etapa das “oficinas de consenso”, de segunda (15) a quinta-feira (18). Tudo isso dentro da nova lei que vai apontar o rumo para os próximos dez anos do uso do território de 400 quilômetros quadrados de Jundiaí, que abriga alguns dos mais importantes polos ambientais, agrícolas, industriais, turísticos e de serviços do Estado de São Paulo e do Brasil.

Foram quase mil propostas, sendo 500 delas reunidas desde abril de 2015, no [1º Fórum do Plano](#), para a elaboração do texto-base apresentado no [2º Fórum](#), em setembro, e outras 457 elaboradas antes e depois de sua transformação em anteprojeto de lei, incluindo os levantamentos inéditos sobre [fragmentos remanescentes de Mata Atlântica e cerrado](#) e sobre [nascentes de água](#) promovidos por grupos técnicos.

#### LEIA TAMBÉM

[Plano Diretor Participativo faz oficinas de negociação de conflitos](#)



Na **reta final**, entidades ligadas às empresas ou profissionais do setor imobiliário fizeram muitas **propostas de ajustes no anteprojeto construído ao longo de dois anos** – assim como entidades de outros setores e também colegiados como o **Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente (Comdema)**.

Muitos desses **ajustes**, ponderados por entidades como Associação dos Engenheiros de Jundiá (AEJ), Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB), Associação das Empresas e Profissionais do Setor Imobiliário (Proempi) e Centro das Indústrias do Estado (Ciesp), foram **aprovados**.

Entre os **conflitos que vão ser tratados nas reuniões de diálogo** estão pontos como a **ampliação da zona rural nas áreas de mananciais ou o controle da verticalização nos bairros**.

Além das **quase mil propostas** analisadas ao longo do processo, o novo Plano acumula, desde o início a chamada “**escuta comunitária**”, em 2014, uma estimativa de **mais de 11 mil participações da comunidade**. Foi o que levou, ao lado do intenso trabalho técnico, aos **doze objetivos estratégicos**.

Participam dos diálogos os **representantes (delegados)** indicados em setembro, no 2º Fórum do Plano, dos segmentos de entidades profissionais (oito), sindicatos (oito), empresários urbanos e rurais (dez), moradores por regiões (31), organizações não governamentais (quatro) e poder público (40), na proporção de **60% de sociedade civil e 40% do setor governamental**.

A **elaboração do plano recoloca o pioneirismo de Jundiá nesse tema** – em 1969, foi uma das primeiras cidades brasileiras a adotarem essa legislação já discutida desde a década de 1950 por prefeitos como Vasco Venchiarutti. Desde então, havia passado apenas por revisões mas ficou defasada pela falta de atualização ao Estatuto da Cidade, norma federal de 2001 que trouxe conceitos como a **função social e ambiental das cidades e os seus instrumentos de cidadania e gestão**.

**Os pontos que restarem sem consenso vão ser definidos por votação dos delegados no Congresso da Cidade, previsto para o dia 12 de março em evento aberto à comunidade**.

#### Como funciona

As **oficinas de consenso**, que resolveram a maior parte das propostas divergentes, envolvem os participantes na **leitura do texto do anteprojeto de 170 páginas, por partes**, observando cada ponto onde ocorreu a **proposta** e também a **contraproposta** feita pela equipe técnica da Prefeitura (coordenada pela Secretaria de Planejamento e Meio Ambiente). Dessa maneira, o **conjunto de participantes escolhe entre aprovar a contraproposta, a proposta original ou manter o “conflito”** (muitas vezes apenas uma dúvida, em outras uma divergência) para a etapa das mesas de diálogo.

**José Arnaldo de Oliveira**

**Foto: Dorival Pinheiro Filho**

Curtir Seja o primeiro de seus amigos a curtir isso.

Twitter

G+ 0

Publicada em 22/02/2016 ■ Leia mais sobre [Conselho de Defesa do Meio Ambiente \(Comdema\)](#), [Plano Diretor Participativo](#), [Secretaria de Planejamento e Meio Ambiente](#)



[PÁGINA INICIAL](#) [SAIBA O QUE É](#) [PROCESSO PARTICIPATIVO](#) [VÍDEOS](#) [LEGISLAÇÃO](#) [ENTENDA MAIS](#)  
[ESTATUTO DA CIDADE](#) [PARECERES DE ENTIDADES](#) [NOTÍCIAS](#) [PROJETO DE LEI](#)

Ouçã o spot de rádio do Plano Diretor

00:00 00:00

#### Arquivos

- [junho 2016](#)
- [maio 2016](#)
- [abril 2016](#)
- [março 2016](#)
- [fevereiro 2016](#)
- [janeiro 2016](#)
- [dezembro 2015](#)
- [novembro 2015](#)
- [outubro 2015](#)
- [setembro 2015](#)
- [agosto 2015](#)
- [julho 2015](#)
- [junho 2015](#)
- [maio 2015](#)
- [abril 2015](#)
- [março 2015](#)
- [fevereiro 2015](#)
- [março 2014](#)
- [fevereiro 2014](#)

#### Notícias por assunto

[1º Fórum do Plano Diretor](#)

[2º Fórum do Plano Diretor](#)

[capacitação Conselho de Defesa do Meio Ambiente \(Comdema\) Conselho do Plano](#)

[Diretor Câmara Municipal](#)

[Enquanto Isso Faculdade de Medicina de](#)

[Jundiaí \(FMJ\) Gabinete do Prefeito](#)

[IBGE Plano Diretor](#)

[Participativo Rádio Cidade](#)

[Rádio Difusora Secretaria de Agricultura](#)

[Abastecimento e Turismo Secretaria de](#)

[Desenvolvimento Econômico Ciência e](#)

[Tecnologia Secretaria de Negócios](#)

## Arquitetos participam de reunião técnica sobre Plano Diretor

A equipe da Secretaria de Planejamento e Meio Ambiente recebeu, na última sexta-feira (19), representantes do [Instituto de Arquitetos do Brasil \(IAB\) Jundiaí](#), para uma reunião técnica sobre o [Plano Diretor Participativo](#), que está sendo finalizado.

De acordo com o diretor de Planejamento, Décio Pradella, o encontro teve como objetivo minimizar dúvidas técnicas dos representantes da entidade que participam da construção do Plano. “É essencial a troca de ideia e os esclarecimentos sobre o Plano Diretor direto com as entidades que participam desta construção”, pontua Pradella.



Representantes do IAB e da Prefeitura discutem Plano Diretor

No encontro foram discutidos assuntos como a criação de uma unidade de planejamento, projeto de cicloviária na cidade; apresentação de índices e sugestões técnicas dos delegados; além da discussão sobre as leis que abrangem o projeto.

“Estamos dispostos a contribuir com a qualificação das propostas do Plano Diretor. Queremos que tenham um amparo maior dos arquitetos”, afirmou a arquiteta e representante do IAB, Rosana Ferrari.

“Além de o IAB contar com quatro delegados representantes dentro do processo, buscamos esclarecer dúvidas. Desta forma, a contribuição dos arquitetos da cidade se dá nas diversas frentes que o Plano regulamenta”, frisa a secretária de Planejamento e Meio Ambiente, Daniela da Camara Sutti.

### Agenda

Dentro do **cronograma** do Plano Diretor, o **mês de fevereiro** está sendo marcado por **ajustes do texto e oficinas de negociação dos conflitos**. Ainda dentro do cronograma, o **texto final do Plano** vai ser publicado no **portal** ainda este mês e, caso ainda haja conflitos, eles vão ser resolvidos em votação no Congresso da Cidade, marcado para o dia 12 de março. Neste encontro, os 102 delegados, representantes dos mais diversos segmentos, são os que vão ter direito ao voto, mas toda a sociedade pode acompanhar.

**Assessoria de Imprensa**

**Foto: Paulo Grégio**

Curtir Seja o primeiro de seus amigos a curtir isso.

Tweetar

| G+1 0

Publicada em 23/02/2016 ■ Leia mais sobre [Plano Diretor Participativo](#)



[PÁGINA INICIAL](#)
[SAIBA O QUE É](#)
[PROCESSO PARTICIPATIVO](#)
[VÍDEOS](#)
[LEGISLAÇÃO](#)
[ENTENDA MAIS](#)  
[ESTATUTO DA CIDADE](#)
[PARECERES DE ENTIDADES](#)
[NOTÍCIAS](#)
[PROJETO DE LEI](#)

Ouç a o spot de rádio do Plano Diretor

00:00 / 00:00

#### Arquivos

- [junho 2016](#)
- [maio 2016](#)
- [abril 2016](#)
- [março 2016](#)
- [fevereiro 2016](#)
- [janeiro 2016](#)
- [dezembro 2015](#)
- [novembro 2015](#)
- [outubro 2015](#)
- [setembro 2015](#)
- [agosto 2015](#)
- [julho 2015](#)
- [junho 2015](#)
- [maio 2015](#)
- [abril 2015](#)
- [março 2015](#)
- [fevereiro 2015](#)
- [março 2014](#)
- [fevereiro 2014](#)

#### Notícias por assunto

[1º Fórum do Plano Diretor](#)

[2º Fórum do Plano Diretor](#)

[capacitação Conselho de Defesa do Meio Ambiente \(Comdema\) Conselho do Plano](#)

[Diretor Câmara Municipal](#)

[Enquanto Isso Faculdade de Medicina de](#)

[Jundiaí \(FMJ\) Gabinete do Prefeito](#)

[IBGE Plano Diretor](#)

[Participativo](#) Rádio Cidade

[Rádio Difusora](#) [Secretaria de Agricultura](#)

[Abastecimento e Turismo](#) [Secretaria de](#)

[Desenvolvimento Econômico Ciência e](#)

[Tecnologia](#) [Secretaria de Negócios](#)

## Plano Diretor: mesas temáticas buscam consenso

Pontuado pelo diálogo, o [Plano Diretor Participativo](#), conduzido pela Secretaria Municipal de Planejamento e Meio Ambiente, avança na busca de consenso para as propostas divergentes. Nesta semana, os delegados participaram de uma nova rodada de reuniões bilaterais e mesas temáticas, com o intuito de esgotar os 'conflitos'.

#### LEIA TAMBÉM

[Arquitetos participam de reunião técnica sobre Plano Diretor](#)

[Prefeito participa de leitura técnica do Plano Diretor Participativo](#)

[Entidades reforçam participação na reta final do novo Plano Diretor](#)



Nesta semana, delegados participaram de reuniões bilaterais e mesas temáticas

Os temas tratados foram Conselho Municipal de Política Territorial (CMPT) e Sistema Municipal de Planejamento e Gestão; critérios de macro e zoneamento e corredores urbano; Economia Criativa; de verticalização, outorga e parcelamentos; fragmentos de biomas; mineração; e Zonas Especiais de Interesse Social (Zeis), Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV) e regularização fundiária.

A secretária de Planejamento e Meio Ambiente, Daniela da Câmara Sutti, explica que a intenção das reuniões é negociar os conflitos pontuais que não encontraram consenso nas oficinas. "São conflitos difíceis, por isso serão discutidos em mesas específicas com as entidades. O objetivo é chegar a uma proposta única, pois

quem ganha com isso é a cidade”, frisa.

Para todas as propostas divergentes, o governo apresentou uma contraproposta em que os delegados representantes das entidades decidem manter ou retirar o conflito.



Encontros foram realizados com o intuito de esgotar os 'conflitos'

Na segunda-feira (22), foram abordados os temas o Conselho Municipal de Política Territorial (CMPT) e Sistema Municipal de Planejamento e Gestão na mesa 1; e critérios de macro e zoneamento e corredores urbanos na mesa 2.

Na terça-feira (23), uma reunião que contou com a presença do secretário de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia, Marcelo Cereser, tratou do tema Economia Criativa. Na sequência, as mesas temáticas 3 e 4 debateram os temas critérios de verticalização, outorga e parcelamentos.

Os encontros continuaram na quarta-feira (24), com os temas fragmentos de biomas; mineração; e Zonas Especiais de Interesse Social (Zeis), Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV) e regularização fundiária, seguidos por uma plenária geral.

**Os pontos que restarem sem consenso vão ser definidos por votação dos delegados no Congresso da Cidade, previsto para 20 de março em evento aberto à comunidade.**

***Viviane Rodrigues***

***Fotos: Dorival Pinheiro Filho e Paulo Grégio***

Curtir Seja o primeiro de seus amigos a curtir isso.

Twitter

G+ 0

Publicada em 26/02/2016 ■ Leia mais sobre [Plano Diretor Participativo](#)



[PÁGINA INICIAL](#) [SAIBA O QUE É](#) [PROCESSO PARTICIPATIVO](#) [VÍDEOS](#) [LEGISLAÇÃO](#) [ENTENDA MAIS](#)  
[ESTATUTO DA CIDADE](#) [PARECERES DE ENTIDADES](#) [NOTÍCIAS](#) [PROJETO DE LEI](#)

Ouçã o spot de rádio do  
Plano Diretor

01:00 01:00

#### Arquivos

- [junho 2016](#)
- [maio 2016](#)
- [abril 2016](#)
- [março 2016](#)
- [fevereiro 2016](#)
- [janeiro 2016](#)
- [dezembro 2015](#)
- [novembro 2015](#)
- [outubro 2015](#)
- [setembro 2015](#)
- [agosto 2015](#)
- [julho 2015](#)
- [junho 2015](#)
- [maio 2015](#)
- [abril 2015](#)
- [março 2015](#)
- [fevereiro 2015](#)
- [março 2014](#)
- [fevereiro 2014](#)

#### Notícias por assunto

[1º Fórum do Plano Diretor](#)

[2º Fórum do Plano Diretor](#)

[capacitação Conselho de Defesa do Meio](#)

[Ambiente \(Comdema\) Conselho do Plano](#)

[Diretor Câmara Municipal](#)

[Enquanto Isso Faculdade de Medicina de](#)

[Jundiaí \(FMU\) Gabinete do Prefeito](#)

[IBGE Plano Diretor](#)

[Participativo Rádio Cidade](#)

[Rádio Difusora Secretaria de Agricultura](#)

[Abastecimento e Turismo Secretaria de](#)

[Desenvolvimento Econômico Ciência e](#)

[Tecnologia Secretaria de Negócios](#)

## Reuniões de diálogo reduzem conflitos no Plano Diretor

Com um índice altíssimo de consensos sobre as 457 propostas de mudanças ou ajustes no anteprojeto de lei do [Plano Diretor Participativo](#), elaborado em dezembro de 2015 a partir do texto-base original, as reuniões de diálogo realizadas ao longo desta semana tiveram um resultado surpreendente. Os poucos pontos que não tiveram consenso serão votados no Congresso da Cidade, agendado para 20 de março (domingo).

Na avaliação da secretária de Planejamento e Meio Ambiente, Daniela da Camara Sutti, **boa parte desses avanços se deve ao trabalho dos técnicos da Prefeitura de Jundiaí**, que desenvolveram contrapropostas que contemplaram, totalmente ou parcialmente, ou excluíram a lista de sugestões dos representantes (delegados) de acordo com os [doze objetivos estratégicos](#) desenvolvidos com mais de 10 mil participações entre 2014 e 2015.

Essa última etapa da elaboração do Plano, iniciada na segunda-feira (22), foram os encontros de diálogos em mesas temáticas e discussões bilaterais, tratando de pontos como conselho e sistema de gestão, critérios de macro e zoneamento/corredores, economia criativa, critérios de verticalização, outorga, parcelamento e uso e ocupação, fragmentos de biomas, mineração, EIV e regularização fundiária.

#### LEIA TAMBÉM

[Prefeitura se empenha para corte de mato no município](#)

[Audiência do Plano Diretor lota e adia Congresso da Cidade](#)

[“Este Plano Diretor é o mais participativo da história”, diz Bigardi](#)



Reuniões temáticas e encontros bilaterais: avanço

### Ajustes

A parte da sociedade civil entre as 457 propostas de ajustes finais do anteprojeto de lei, no 2º Fórum do Plano Diretor, dividiu-se em duas “ondas” surgidas com os dois períodos de abertura para essas propostas.

No primeiro, entre 17 de dezembro e 10 de janeiro, estiveram mais atuantes os moradores (que representaram regiões da cidade), sindicatos, movimentos sociais e agricultores. No segundo período, de 29 de janeiro a 10 de fevereiro, marcaram mais presença as entidades de interesse do setor imobiliário (construtoras, corretores) ou de classe (advogados, engenheiros, arquitetos, industriais).

Mesmo com algumas discussões mais tensas entre pontos de vista de participantes técnicos, ativistas sociais ou empreendedores durante as reuniões, a troca de argumentos entre os participantes (e o apoio da coordenação) garantiu o reconhecimento mútuo de todos que estavam dedicando tempo e energia na busca de um resultado mais sustentável para o desenvolvimento de Jundiá nos próximos dez anos.

“Estamos todos bastante cansados, mas o diálogo realmente tornou possível chegarmos mais perto do que pode ser a cidade que queremos de acordo com a manifestação dos moradores. A equipe técnica e os delegados estão sendo surpreendentes”, afirmou a secretária Daniela da Câmara.

### Participação qualificada

O processo participativo foi iniciado no primeiro semestre de 2014, com a distribuição de milhares de questionários aos moradores (em contas de água e com as escolas públicas municipais e estaduais) e também a instituições. Esse trabalho, ao lado de oficinas territoriais de sensibilização em diversas regiões da cidade no primeiro trimestre de 2015, formou a chamada “escuta comunitária” para embasar os objetivos do plano no diagnóstico mostrado no 1º Fórum do Plano, no final de abril, atingindo o patamar de 10 mil participações.

Recebendo 500 propostas ao todo, o processo desencadeou por quatro meses o trabalho técnico de elaboração do texto-base apresentado no 2º Fórum do Plano, em outubro, a partir dos objetivos estratégicos. Um ciclo de capacitação foi então realizado para nivelar a participação na elaboração de propostas aos delegados escolhidos no evento (10 de empresários urbanos e rurais, 31 de moradores por regiões da cidade, 8 de entidades profissionais e acadêmicas, 8 de sindicatos de trabalhadores e 4 de organizações não-governamentais e coletivos, além de 40 técnicos do setor público).

A maior parte desse grupo de 101 representantes trabalhou intensamente nos meses de janeiro e fevereiro em encontros que invadiram noites e fins de semana na busca pelo desenvolvimento sustentável de Jundiá. O esforço incluiu ainda levantamentos ambientais que contaram com dados do Jardim Botânico e da DAE e de contribuições do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente.

### Jundiá para dez anos

O fato é que, reconhecida como uma das melhores cidades brasileiras, Jundiá retoma seu papel pioneiro no urbanismo. Desde 1969, o Plano Diretor recebeu apenas revisões periódicas que acabaram expandindo demasiadamente a zona urbana. A nova legislação busca ser autoaplicável e reúne pela primeira vez o próprio plano, o zoneamento e os instrumentos urbanísticos na mesma peça, incorporando finalmente os conceitos do Estatuto da Cidade, de 2001. Dessa maneira, quem for construir, trabalhar, viver ou empreender no município vai ter orientações mais claras sobre como fazer.

“Tínhamos pontos em conflito, mas os esclarecimentos e argumentos levaram a uma aprovação da diretoria da instituição para os consensos”, afirmou Luiz Dias Silveira Júnior, representante da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil).



Esse processo ao longo de dois anos chegou a ser definido pelo prefeito Pedro Bigardi, pela sua amplitude com mais de 10 mil participações, como “o mais participativo da história”. O especialista em planejamento urbano Anderson Kazuo Nakano, que acompanhou o processo em 2015, destacou que “da mesma maneira que a cidade teve a vantagem de sua mobilização na década de 1970 para proteger a Serra do Japi também estava agora com a oportunidade de conservar sua zona rural e de mananciais de água”. Mais importante, porém, é o reconhecimento pelos mais diversos setores de que o plano visa orientar o desenvolvimento territorial e é um esforço coletivo da própria cidade.

O Congresso da Cidade, no dia 20 de março, vai ter votação dos representantes (delegados), mas vai ser aberto à comunidade. Depois dessa intensa etapa de construção social organizada pela Prefeitura, o projeto de lei será enviado para a Câmara Municipal, onde a comunidade poderá se manifestar em audiência pública sobre sua aprovação.



**José Arnaldo de Oliveira**  
Fotos: Fotógrafos PMJ

Curtir Seja o primeiro de seus amigos a curtir isso.

Twitter

G+ 0

Publicada em 27/02/2016 ■ Leia mais sobre [Plano Diretor Participativo](#)

IDENTIFICAÇÃO	PROPOSTA 1
<p><b>**** AEJ/CREASP</b></p> <p>Silvio Drezza / Roberval Guitarrari / Liliana Traldi 09/02/2016 às 18:02</p>	<p>Proposta 1: inserir AT (Análise Técnica) para todos os usos rurais onde esta atividade é permitida. Justificativa: Atividades Rurais, principalmente a Agricultura, são concorrentes diretos pela água disponível para uso humano. Essas atividades devem ser incentivadas, contudo, dentro de critérios técnicos. O Quadro 5 é um balizador para emissão de Certidão de Uso do Solo (documento imprescindível para licenciamento de atividades junto à CETESB). A emissão desse documento para as atividades de uso rural tal como constam do mapa é a perda de oportunidade de agregar tecnologia às atividades rurais de nosso município, com o risco de diminuir a quantidade de água disponível, além de comprometer sua qualidade.</p> <p>Proposta 2: Alterar a denominação de “Extração de Areia” para “Extração de Areia, Cascalho e Argila”.</p> <p>Proposta 3: os locais com atividades minerárias regularmente licenciadas junto ao DNPM e CETESB, se não forem contempladas com zoneamento específico, devem ser permitidas mediante Análise Técnica. Como suas poligonais junto ao DNPM são normalmente extensas, os proprietários licenciam junto a CETESB pequenas parcelas e vão recuperando-as à medida que são exauridas. Nesse momento, buscam junto à CETESB o licenciamento de outro módulo dentro da poligonal do DNPM. Nesse momento necessitam da Certidão de Uso do Solo. Se estiverem em local não permitido, não se aplica o “Uso Tolerado”, pois tem-se o entendimento de que é ampliação. Lembramos que esse tipo de mineração possui baixo valor econômico agregado, onde o frete possui impacto direto no preço final disponível para a população. Inviabilizá-la dentro de nosso território terá implicação direta no material básico da construção civil.</p>
<b>CONTRAPROPOSTA DE GOVERNO</b>	
<p>Proposta 1: Contemplado. APROVADA 17.2</p> <p>Proposta 2: Não contemplada 17.2. <b>CONSENSUADA EM 24.02</b></p> <p>Proposta 3: <b>CONSENSUADA EM 24.02</b></p> <p><b>Contra proposta da PMJ:</b></p> <p>Proposta 2: Não contemplada. É vetada a extração de argila na região da Bacia do Rio Jundiá-mirim, pois compromete a permeabilidade do solo. A função social da bacia é a produção de água. Quanto a brita e argila (para os direitos de lavras já emitidos) haverá o uso tolerado.</p> <p><b>CONFLITO RETIRADO</b></p>	



IDENTIFICAÇÃO	PROPOSTA
<p><b>IAB</b> Instituto dos Arquitetos do Brasil – Aglomerado Urbano de Jundiaí</p>	<p>a) O conceito de controle da densidade tem ajudado o município a estabelecer uma quantidade de habitantes equivalente à capacidade de absorção da infraestrutura, além de promover uma diversidade de uso positiva para a cidade. Entendemos que este critério deveria ser reforçado.</p> <p>b) Reforçamos que a adoção de frente mínima de 5m para lotes é prejudicial ao uso público da rua pelo fato de toda a frente do lote ser ocupada com garagem. Sugerimos que nas áreas localizadas em “Áreas de expansão e estruturação urbana” e “Zona de desenvolvimento periurbano 2”, adote-se o lote mínimo de 150m<sup>2</sup>, com frente mínima de 7,50m, possibilitando acesso à compra pela população de melhor renda.</p> <p>c) Adensamento e paisagem urbana. Os índices apresentados são conflitantes. Em grande parte da cidade elevou-se o índice de aproveitamento, porém reduziu-se drasticamente o gabarito, o que gera uma incoerência. Como exemplo podemos analisar a proposta apresentada para as “Zonas de Qualificação dos Bairros Centrais”, onde a taxa de aproveitamento básico, com outorga, passa a ser “3x” (com outorga), porém a altura máxima das edificações passa a ser 12m, dependendo da largura da via.</p> <p>d) Outro ponto polêmico é a imposição de uma grande restrição à verticalização em boa parte do tecido urbano. Se não houver uma clareza sobre as consequências de tal restrição, corre-se o risco de estagnação do crescimento sadio da cidade e da diminuição dos investimentos nesse momento de crise econômica. Verificamos que regiões em pleno desenvolvimento como os bairros Engordadouro e Medeiros tiveram seus gabaritos limitados a 4 pavimentos. Julgamos que seria mais interessante planejar o crescimento vertical destes bairros, promovendo ganhos ambientais, diversidade de uso, áreas adequadas para implantação de equipamentos de lazer e cultura, sistemas de transportes interligados e habitação, já que nestas regiões ainda há terrenos disponíveis para viabilizar um planejamento adequado.</p>
<p><b>CONTRAPROPOSTA DE GOVERNO – CONFLITO 28.01 – CONFLITO RETIRADO COM APRESENTAÇÃO DE NOVOS CORREDORES E EXPLICAÇÃO DE CONCEITO</b></p>	
<p>Item a, já contemplado no Artigo 340. Item b, não contemplado, sugestão dada tratando zonas diferentes com o mesmo parâmetro, como se possuíssem a mesma característica; lote mínimo com 150 m<sup>2</sup> não oferece qualidade urbanística, sobrecarrega infraestrutura existente e não regula o preço da terra. Item c, os índices indicados no comentário estão desatualizados, a questão será verificada com mais simulações. Item d, não contemplado, fere os interesses ambientais e de proteção apontados tanto por técnicos quanto manifestados pela sociedade civil.</p>	

## 4.USO E OCUPAÇÃO DO SOLO E CORREDORES

IDENTIFICAÇÃO	PROPOSTA 1 – CONFLITO RETIRADO – CONSENSO CONSTRUÍDO COM A PROPOSTA DE CORREDORES APRESENTADA PELO GOVERNO 22/02 - CONFLITO RETIRADO – CONSENSO CONSTRUÍDO COM A PROPOSTA DE CORREDORES APRESENTADA PELO GOVERNO 22/02

<p>PROEMPI Ricardo Benassi</p>	<p>Artigos 24 a 27</p> <p>As áreas demarcadas como Zonas de Desenvolvimento do Periurbano 1 e 2 incluem grandes extensões de terrenos ainda não urbanizados mas incluem também bairros de diversos padrões, extensos e consolidados como o Eloy Chaves, a Malota e seus condomínios vizinhos, o Jardim Samambaia e Jardim Novo Mundo, Vila Maringá, Vila Comercial e loteamentos vizinhos, o Parque Centenário, o Jardim Tarumã, Jardim das Bandeiras e Parque São Luiz, o Caxambu, o Jardim Marambaia e o Jardim Santa Gertrudes, entre outros.</p> <p>A partir dessa realidade de situações absolutamente díspares – grandes extensões de terrenos não urbanizados e grandes extensões de urbanização densa e consolidada com padrões muito diferenciados de densidade e tamanho de lotes – entendemos como inviável que os mesmos parâmetros de parcelamento, uso e ocupação deem conta de atender simultaneamente os objetivos de “contenção da expansão urbana” e a “melhoria das condições ambientais e urbanísticas dos bairros existentes”. Não é cabível que para obter melhor qualificação de bairros existentes, os mesmos parâmetros sejam utilizados para a região da Malota/Samambaia e o Jardim Tarumã, ambos classificados como ZDPI. A aplicação do parâmetro de densidade proposto, por exemplo, faz com que qualquer uso residencial a ser implantado em ZDP 1 tenha que atender a uma quota de 1000 m<sup>2</sup> por unidade, o que inviabiliza o uso residencial em lotes do Jardim Tarumã</p> <p>Proposta:</p> <p>Dividir as Zonas de Desenvolvimento do Periurbano, da seguinte forma: a Zona de Desenvolvimento do Periurbano 1 sendo subdividida em Zonas de Qualificação dos Bairros do Periurbano e em Zonas de Contenção da Urbanização do Periurbano 1. O mesmo conceito aplicado à Zona de Desenvolvimento do Periurbano 2 resulta em Zonas de Qualificação dos Bairros do Periurbano 2 e Zonas de Contenção da Urbanização do Periurbano 2.</p> <p>Dividir as Zonas de Desenvolvimento do Periurbano em:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>– Zonas de Contenção da Urbanização do Periurbano 1, abrangendo áreas não urbanizadas dentro de bacias de mananciais e nas quais serão aplicados parâmetros de parcelamento, uso e ocupação definidos com enfoque preservacionista dos recursos hídricos, e Zonas de Contenção da Urbanização do Periurbano 2, abrangendo áreas não urbanizadas fora das bacias de mananciais para os quais serão definidos parâmetros de parcelamento, uso e ocupação mais permissivos;</li> <li>– Zonas de Qualificação dos Bairros do Periurbano 1, abrangendo bairros estabelecidos em padrões conservacionistas e compatíveis com a conservação de mananciais (baixas densidades, lotes mínimos maiores, etc.), padrões estes que seriam mantidos através de parâmetros adequados a definir, e Zonas de Qualificação de Bairros do Periurbano 2, abrangendo bairros estabelecidos em padrões mais densos, para os quais serão definidos parâmetros de parcelamento e uso que mantenham as características dos bairros mas impeçam seu adensamento. Inserir nos perímetros das Zonas de Qualificação dos Bairros do Periurbano 1 e 2 terrenos necessários à implantação dos equipamentos públicos e infra-estruturas necessárias à melhoria urbanística dos bairros existentes para que neles sejam aplicados os instrumentos urbanísticos que viabilizem sua aquisição pelo poder público, notadamente o Direito de Preempção.</li> </ul>
<p><b>CONTRAPROPOSTA DE GOVERNO – CONFLITO 15.02 CONFLITO RETIRADO COM APRESENTAÇÃO DE NOVOS CORREDORES E EXPLICAÇÃO DE CONCEITO</b></p>	
<p>Contemplado parcialmente. O zoneamento não será alterado, porém será prevista a possibilidade de utilização dos parâmetros (taxa de ocupação, taxa de permeabilidade, recuos e QT/UH) da Zona de Qualificação dos Bairros na Zona de Desenvolvimento Periurbano 1 para os casos de lotes já implantados</p>	



## 1. MACROZONEAMENTO

IDENTIFICAÇÃO	PROPOSTA
<p><b>CRECI</b> Norival A. Freitas e Carlos Galvão</p>	<p>Manter no Bairro Caxambu e Ivoturucaia, como PERIURBANO, a Zona Urbana que no Mapa 04 e 05 se apresentam como zona Rural. A área alterada e indicada nos referidos mapas começa na Av. Com Antonio Borim, no cruzamento com a Av. Humberto Cereser, segue até a Rua Nami Azem, situada no Jardim Rosaura, daí, segue pela Nami Azem até a divisa com Várzea Pta; daí, segue divisando com Várzea Pta, Campo Limpo e Jarinu, até o Rio Jundiá-Mirim; daí, segue pelo Rio Jundiá-Mirim, até a Av. Maria Negrini Negro, segue por esta AV. até a Av. Humberto Cereser; daí segue por esta Av. até a Av. Com AntonioBorim. A tese que a transformação é para proteger as nascentes e cursos d'águas, isso pode ocorrer também em áreas urbanas. Este trecho descrito perdeu totalmente a vocação rural e está totalmente urbanizado com um índice populacional baixo, não trazendo risco para o abastecimento de água da cidade.</p>
<p><b>CONTRAPROPOSTA DE GOVERNO – CONFLITO 15.02 CONFLITO MANTIDO COM CRECI/PROEMPI 22/02</b></p>	
<p>Não contemplado. O trecho Sul da Bacia, consolidado há anos, ex: Bairro Caxambú se mantém como Macrozona Urbana – Zoneamento Periurbano1. Portanto, neste caso, não houve alteração no Macrozoneamento.  Já o trecho citado da região do Ivoturucaia, com ocupação rarefeita, deve permanecer como Macrozona Rural, Zona de Proteção e Recuperação Ambiental da Bacia do Rio Jundiá Mirim, em razão de ser o principal manancial de abastecimento do Município.</p>	

## 2. MACROZONEAMENTO

IDENTIFICAÇÃO	PROPOSTA
<p><b>Região 3</b> Herick Gustavo de Marchi</p>	<p>Inclusão na Macrozona Urbana Área que inicia-se no começo da Avenida da Uva em sua margem direita, até o cruzamento com a Rodovia dos Bandeirantes, incluindo a região da Avenida Dom Domingos de Silo Lomenso, até as margens da Rodovia Anhanguera. Nessa área estão incluídas as áreas urbanas do Bairro do Poste e Água Doce, as indústrias e os loteamentos irregulares</p>
<p><b>CONTRAPROPOSTA DE GOVERNO – CONFLITO 28.01 CONFLITO MANTIDO COM REGIÃO 3, IAB, PROEMPI 22/02</b></p>	
<p>Não contemplada.</p>	

## 3. USO E OCUPAÇÃO DO SOLO

[PÁGINA INICIAL](#) [SAIBA O QUE É](#) [PROCESSO PARTICIPATIVO](#) [VÍDEOS](#) [LEGISLAÇÃO](#) [ENTENDA MAIS](#)  
[ESTATUTO DA CIDADE](#) [PARECERES DE ENTIDADES](#) [NOTÍCIAS](#) [PROJETO DE LEI](#)

Ouçã o spot de rádio do Plano Diretor

00:00 00:00

#### Arquivos

- [junho 2016](#)
- [maio 2016](#)
- [abril 2016](#)
- [março 2016](#)
- [fevereiro 2016](#)
- [janeiro 2016](#)
- [dezembro 2015](#)
- [novembro 2015](#)
- [outubro 2015](#)
- [setembro 2015](#)
- [agosto 2015](#)
- [julho 2015](#)
- [junho 2015](#)
- [maio 2015](#)
- [abril 2015](#)
- [março 2015](#)
- [fevereiro 2015](#)
- [março 2014](#)
- [fevereiro 2014](#)

Notícias por assunto

[1º Fórum do Plano Diretor](#)

[2º Fórum do Plano Diretor](#)

[capacitação Conselho de Defesa do Meio](#)

[Ambiente \(Comdema\) Conselho do Plano](#)

[Diretor Câmara Municipal](#)

[Enquanto Isso Faculdade de Medicina de](#)

[Jundiaí \(FMJ\) Gabinete do Prefeito](#)

[IBGE Plano Diretor](#)

[Participativo](#) Rádio Cidade

[Rádio Difusora Secretaria de Agricultura](#)

[Abastecimento e Turismo Secretaria de](#)

[Desenvolvimento Econômico Ciência e](#)

[Tecnologia Secretaria de Negócios](#)

## Urbanista vê Plano Diretor como alternativa para cidade cada vez melhor

Para o arquiteto e urbanista Araken Martinho, um dos pioneiros da elaboração do primeiro Plano Diretor de Jundiaí (de 1969, posteriormente revisado até os dias atuais), o processo do novo [Plano Diretor Participativo](#), que gerou o projeto de lei que vai ser analisado pela [Câmara Municipal](#), ocorreu em uma época em que a cidade viu transformadas todas as suas funções.

#### LEIA TAMBÉM

[Plano Diretor Participativo compartilha versão final de projeto de lei](#)

[Especialista defende mobilização do novo Plano Diretor Participativo](#)

[Prefeito apresenta prestação de contas para monitores da Serra do Japi](#)



O urbanista afirma que foco territorial e participativo renova noção de cidade

“O motivo não é o que aconteceu aqui, mas porque a globalização chegou aqui. Desde o início do século 20 a **cidade ficou acostumada a se pensar como o local onde as coisas aconteciam**. Eram funções diferentes e ligadas, como ser o **lugar onde eu moro**, que continua, ou o **lugar onde eu trabalho**, que, em muitos casos, deixou de ser. O **comércio segue, as indústrias deixaram de ser o que eram**. É outra conformação. Nisso tudo, a **política territorial torna-se uma última linha de organização própria**”, afirma.

Ele aponta que **as indústrias, antes locais, passaram a fazer parte de um processo internacional**. Em vez de uma máquina, passam a fazer apenas uma certa peça, por exemplo. Ele lembra que os **planos anteriores eram feitos pensando no lugar do trabalho** (como o Distrito Industrial), **no lugar de comércio** (por muito tempo era o Centro) e assim o **lugar de morar, de passear, de se divertir**. **Com o novo contexto, a tarefa ficou mais difícil**.

Por esse motivo, ele destaca que o **Plano Diretor Participativo teve avanços como perceber que a questão do trabalho hoje se resolve fora dos limites da cidade** (como em Nova York

ou Cingapura) e focou objetivamente em **como proteger o território da cidade**. “É o que temos de real”, afirma.



Seguindo nesse raciocínio, ele destaca que a pergunta seguinte é **pensar o que tem nesse território que é fundamental para a sobrevivência das pessoas**. Pensar na terra, pensar na floresta, pensar na poluição ambiental, pensar na qualidade de vida dos moradores.

“Essas coisas ganharam importância. Veja, a **gente ficou famoso durante muito tempo pela Dae, por saber tratar da questão da água**. Mas não se esqueça que nesse tempo todo a água já vinha importada, de outro rio para cá. A gente tomou cuidado de fazer uma represa para isso e nosso rio Jundiá-Mirim é um pequeno ribeirãozinho. Isso quer dizer que estamos a perigo apesar de ter tratado bem da água. Portanto, é preciso descobrir de novo como essa água brota, e aí a gente percebe que **precisa tratar da terra, porque, se não tratar, a água vai embora**. Como foi feita a reserva do rio que sequer usamos, o Capivari, mas que abastece as cidades a partir de Louveira até Campinas. O rio Jundiá também, o **projeto de despoluição vai iniciar o processo de qualidade que ele deveria ter. A qualidade com que a Serra do Japi está sendo cuidada é de gente séria. Então, esse plano tem esses méritos de cuidar pensando em toda a comunidade mesmo**”, diz.

Ele lembra que **são inevitáveis alguns conflitos**, porque as **regras para se cuidar de um território são diferentes das regras do mercado de capitais**. No caso do ramo da **construção civil, sempre vai ser buscado o que há de melhor para o retorno. O interesse público e o interesse particular fazem suas buscas, mas cabe à Prefeitura apontar onde pode ou não**. “A qualidade do município inteiro é uma galinha dos ovos de ouro para todos, precisa estar acima de tudo”, comenta.

Sobre as **mais de 11 mil**

**participações**

ocorridas ao longo dos dois anos e quatro meses de construção do Plano Diretor, Araken afirma que foi **algo**

**extremamente**

**positivo**. “Foram

peças dos bairros

**apontando**

**prioridades e**

**depois, em**

**escala menor,**

**discutindo**. E se percebeu que **aquilo visto como periferia da cidade é onde mais a cidadania se organiza. Onde mais as pessoas conhecem as pessoas e mais cuidam de seu espaço. No centro populoso, com mais prédios, as pessoas podem até morar mas perdem a intensidade de vizinhança**”, afirma.

“Precisamos regar a raiz dos locais onde a vizinhança realmente ainda se dá, onde as pessoas criam civilização. Porque **é muito fácil você pular do ser civilizado para o ser consumidor**. Eu valho pelo que eu compro mas não pelo que eu sou, pelo que sei, pelo que sou capaz de ajudar. **O mero consumidor deixa de ser o cidadão que constrói um projeto civilizador**”, destaca Araken.

O mundo não é apenas uma máquina, acrescenta o urbanista, e mesmo quem consegue adquirir dinheiro precisa também viver, conversar, conviver. Ele lembra que, **mesmo para o setor imobiliário, não deve interessar o fim da qualidade de vida de Jundiá e, portanto, a todos interessa um plano adequado e equilibrado nas regras gerais**. “Você vê coisas horríveis na periferia ou até no Centro de São Paulo e nota que os construtores não gostam daquilo. Garanto que todos gostam mais de Paris, onde os parques estão cuidados, os monumentos preservados até hoje, tudo direitinho. **Se esse plano conseguir criar a cidadania entre os moradores de Jundiá, ele já fez muito. Se conseguir criar a noção de que somos todos homens e mulheres sobre a terra e somos responsáveis por ela, melhor ainda**”, conclui.

**José Arnaldo de Oliveira**

**Foto: Arquivo PMJ**

Plano Diretor Participativo



Curtir Seja o primeiro de seus amigos a curtir isso.

Twitter

G+1 0

[PÁGINA INICIAL](#)   [SAIBA O QUE É](#)   [PROCESSO PARTICIPATIVO](#)   [VÍDEOS](#)   [LEGISLAÇÃO](#)   [ENTENDA MAIS](#)  
[ESTATUTO DA CIDADE](#)   [PARECERES DE ENTIDADES](#)   [NOTÍCIAS](#)   [PROJETO DE LEI](#)

Ouçã o spot de rádio do Plano Diretor

01:00 01:00

#### Arquivos

- [junho 2016](#)
- [maio 2016](#)
- [abril 2016](#)
- [março 2016](#)
- [fevereiro 2016](#)
- [janeiro 2016](#)
- [dezembro 2015](#)
- [novembro 2015](#)
- [outubro 2015](#)
- [setembro 2015](#)
- [agosto 2015](#)
- [julho 2015](#)
- [junho 2015](#)
- [maio 2015](#)
- [abril 2015](#)
- [março 2015](#)
- [fevereiro 2015](#)
- [março 2014](#)
- [fevereiro 2014](#)

#### Notícias por assunto

[1º Fórum do Plano Diretor](#)

[2º Fórum do Plano Diretor](#)

[capacitação Conselho de Defesa do Meio](#)

[Ambiente \(Comdema\) Conselho do Plano](#)

[Diretor Câmara Municipal](#)

[Enquanto Isso Faculdade de Medicina de](#)

[Jundiá \(FMJ\) Gabinete do Prefeito](#)

[IBGE Plano Diretor](#)

[Participativo Rádio Cidade](#)

[Rádio Difusora Secretaria de Agricultura](#)

[Abastecimento e Turismo Secretaria de](#)

[Desenvolvimento Econômico Ciência e](#)

[Tecnologia Secretaria de Negócios](#)

## Especialista defende mobilização do novo Plano Diretor

Atualmente, muitas cidades são vistas apenas como uma mercadoria e os seus setores mais estruturados utilizam todas estruturas do chamado “capitalismo selvagem” apenas para ganharem dinheiro com o parcelamento do solo em uma urbanização desorganizada. Mas a população de Jundiá tem a oportunidade de avançar em sua qualidade de vida ao renovar o planejamento territorial com o [Plano Diretor Participativo](#).

A opinião é de **Afonso Peche Filho**, um dos maiores especialistas brasileiros em conservação ambiental e de solos. O pesquisador afirma que a maioria das cidades virou uma arena especializada em discussões que lidam com a luta de classes em uma espécie de “disputa de hipócritas contra injustiçados”.

“O desafio dessa atual cidade-mercadoria exige que entendamos que os diversos atores buscam seu filão. O solo de seu território é o produto mais cobiçado, tanto pelos setores da elite organizada quanto pelos trabalhadores, e o processo de diálogo é o ponto central”, analisa.

Para ele, a condição de vida urbana precisa ser mais valorizada nessa disputa por espaços. “A luta dos trabalhadores, por exemplo, não pode se resumir a empregos, melhores salários e moradias. Precisa incluir também o direito de se ter uma cidade decente. Deve ser por uma condição de vida urbana mais humana, igualitária e menos segregante”, acrescenta.



Para o pesquisador, os moradores devem buscar o equilíbrio das cidades

Ele considera também que uma das grandes funções exercidas pelo Plano Diretor Participativo foi a redução do chamado “analfabetismo urbanístico”. Dessa maneira, o urbanismo elitizante, pensado exclusivamente dentro de escritórios de arquitetura ou engenharia, precisa ser combatido por um novo modo de diálogo com quem vive a cidade, como ocorreu com moradores, empresários, profissionais, agricultores, ambientalistas e técnicos.

“A tentativa de exclusão efetiva dos trabalhadores e moradores deste processo é sempre real e, se for concretizada, condena a cidade a ter um planejamento urbano que prioriza somente setores econômicos em detrimento do social”, destaca.



Uma das coisas importantes a serem consideradas, lembra Afonso, é a **diferença entre crescimento e desenvolvimento**.

O **crescimento** está relacionado com **medidas quantitativas** como a intensidade de aumento ou decréscimo (**expansão da área urbana, aumento da economia, dos negócios, da renda, do capital** e assim por diante).

O **desenvolvimento**, por sua vez, está ligado a **medidas qualitativas** como a intensidade de **transformações das condições urbanas (qualidade de vida, do bem-estar, da segurança, da felicidade** e assim por diante).

O Plano Diretor, que teve **mais de 11 mil participações no processo conduzido por mais de dois anos pela Prefeitura e que aguarda agora a tramitação do projeto de lei na Câmara Municipal**, tem por objetivo **promover o desenvolvimento da cidade**. “Assim sendo, **não despreza o crescimento mas foca no aprimoramento** da cidade com um futuro coletivo melhor que o presente individualista e segmentado que estamos vivendo”, acrescenta.

Nessa análise, ele conclui que no estágio atual da sociedade jundiaense, é preciso “**mais do que nunca ter humildade, unir forças e organizar-se para lutar pela construção de uma cidade menos infeliz, menos desigual e com menor capacidade de promover o caos ambiental**”.

Além de pesquisador científico ao Instituto Agrônomo, Afonso Peche Filho tem mestrado pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e é um palestrante ativo em todo o país.

**José Arnaldo de Oliveira**

**Foto: Cléber de Almeida**

Curtir Seja o primeiro de seus amigos a curtir isso.

Twitter

G+ 0

Publicada em 04/05/2016 ■ Leia mais sobre [Câmara Municipal](#), [Plano Diretor Participativo](#), [Secretaria de Planejamento e Meio Ambiente](#)

[PÁGINA INICIAL](#)   [SAIBA O QUE É](#)   [PROCESSO PARTICIPATIVO](#)   [VÍDEOS](#)   [LEGISLAÇÃO](#)   [ENTENDA MAIS](#)  
[ESTATUTO DA CIDADE](#)   [PARECERES DE ENTIDADES](#)   [NOTÍCIAS](#)   [PROJETO DE LEI](#)

Ouçã o spot de rádio do Plano Diretor

[OUVIR](#)   [BAIXAR](#)

#### Arquivos

- [junho 2016](#)
- [maio 2016](#)
- [abril 2016](#)
- [março 2016](#)
- [fevereiro 2016](#)
- [janeiro 2016](#)
- [dezembro 2015](#)
- [novembro 2015](#)
- [outubro 2015](#)
- [setembro 2015](#)
- [agosto 2015](#)
- [julho 2015](#)
- [junho 2015](#)
- [maio 2015](#)
- [abril 2015](#)
- [março 2015](#)
- [fevereiro 2015](#)
- [março 2014](#)
- [fevereiro 2014](#)

#### Notícias por assunto

[1º Fórum do Plano Diretor](#)

[2º Fórum do Plano Diretor](#)

[capacitação Conselho de Defesa do Meio Ambiente \(Comdema\)](#) [Conselho do Plano](#)

[Diretor Câmara Municipal](#)

[Enquanto Isso Faculdade de Medicina de](#)

[Jundiaí \(FMJ\)](#) [Gabinete do Prefeito](#)

[BGE Plano Diretor](#)

[Participativo](#) [Rádio Cidade](#)

[Rádio Difusora](#) [Secretaria de Agricultura](#)

[Abastecimento e Turismo](#) [Secretaria de](#)

[Desenvolvimento Econômico](#) [Ciência e](#)

[Tecnologia](#) [Secretaria de Negócios](#)

## Prefeito participa do Congresso da Cidade

O prefeito Pedro Bigardi participou, na manhã deste domingo (20), da solenidade de abertura do Congresso da Cidade do [Plano Diretor Participativo](#). O evento, no auditório da [Faculdade de Medicina de Jundiaí](#), teve como principal finalidade dissolver os 16 “conflitos” que ainda restavam para que o projeto de lei pudesse ser fechado antes de ser enviado para a análise da [Câmara de Vereadores](#).

#### LEIA TAMBÉM

[Plano Diretor ilustra análises regionais em mapa](#)



Prefeito Pedro Bigardi discursa durante solenidade que abriu o Congresso da Cidade

O processo de elaboração do Plano Diretor, com validade de 10 anos, começou há dois anos e quatro meses com grande envolvimento e representantes do poder público, empresários, sindicatos de trabalhadores, entidades profissionais, moradores de todas as regiões da cidade e organizações não-governamentais.

Em todas as fases, foram somadas cerca de 11 mil participações, com 500 propostas na primeira etapa e outras 363 na segunda, já dentro da construção do projeto final. Deste montante, surgiram 198



“conflitos”, que deram início a série de reuniões de consenso. O Congresso da Cidade deste domingo teve início com apenas 16.

Diante dos 102 delegados, lideranças políticas e da sociedade, **Pedro Bigardi destacou o interesse e o envolvimento de todos os segmentos na elaboração do Plano Diretor, algo que jamais foi visto em Jundiá.**

“O que se construiu nesse processo foi algo diferente, muito mais profundo do que se fazer um plano que tenha uma lógica urbanística. Ele resgatou o respeito ao cidadão. Foi uma **proposta democrática em que todos os segmentos da sociedade puderam discutir e opinar sobre a cidade que querem ter.** Isso me deixa orgulhoso”, diz Bigardi.



Secretária Daniela da Camara Sutti expõe sobre a importância de um Plano equilibrado

A Secretária de Planejamento e Meio Ambiente Daniela da Camara Sutti também elogiou a maneira democrática que os trabalhos prosseguiram durante todo este período de elaboração. “Este Plano Diretor prioriza o **crescimento organizado de Jundiá**, com atenção especial para as áreas de mananciais, agrícolas, a **Serra do Japi**”, comenta.

A solenidade de abertura feita antes do início das discussões permitiu que **representantes dos mais diferentes setores argumentassem sobre a elaboração do Plano Diretor.**

Estiveram na solenidade os secretários José Renato Polli (**Educação**); José Roberto Aprillanti Júnior (Obras); Marcelo Cereser (Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia); Marcos Brunholi (Agricultura, Abastecimento e Turismo); Tércio Marinho (**Cultura**); Mary Fornari Marinho (Gestão de Pessoas); Wilson Folgozi (Transportes); Edson Aparecido da Rocha (Negócios Jurídicos); e mais: Marcelo Lo Monaco (diretor-presidente da Escola de Governo e Gestão); Flávio Gramolelli (superintendente da Fundação Serra do Japi); Waldemar Foelkel (superintendente da Fumas); Vanderlei Victorino (assessor especial do Gabinete do Prefeito para assuntos de coordenadorias), além dos vereadores José Adair de Sousa e Marilena Perdiz Negro. A Banda São João Batista também marcou presença no evento.

**Ivan Lopes**

**Fotos: Dorival Pinheiro Filho**

Curtir Seja o primeiro de seus amigos a curtir isso.

Twitter

G+ 0

Publicada em 20/03/2016 ■ Leia mais sobre [Faculdade de Medicina de Jundiá \(FMJ\)](#), [Gabinete do Prefeito](#), [Plano Diretor Participativo](#), [Secretaria de Planejamento e Meio Ambiente](#), [Serra do Japi](#)

[PÁGINA INICIAL](#)   [SAIBA O QUE É](#)   [PROCESSO PARTICIPATIVO](#)   [VÍDEOS](#)   [LEGISLAÇÃO](#)   [ENTENDA MAIS](#)  
[ESTATUTO DA CIDADE](#)   [PARECERES DE ENTIDADES](#)   [NOTÍCIAS](#)   [PROJETO DE LEI](#)

Ouçã o spot de rádio do Plano Diretor

00:00 / 00:00

#### Arquivos

- [junho 2016](#)
- [maio 2016](#)
- [abril 2016](#)
- [março 2016](#)
- [fevereiro 2016](#)
- [janeiro 2016](#)
- [dezembro 2015](#)
- [novembro 2015](#)
- [outubro 2015](#)
- [setembro 2015](#)
- [agosto 2015](#)
- [julho 2015](#)
- [junho 2015](#)
- [maio 2015](#)
- [abril 2015](#)
- [março 2015](#)
- [fevereiro 2015](#)
- [março 2014](#)
- [fevereiro 2014](#)

#### Notícias por assunto

[1º Fórum do Plano Diretor](#)  
[2º Fórum do Plano Diretor](#)

[capacitação Conselho de Defesa do Meio Ambiente \(Comdema\) Conselho do Plano Diretor Câmara Municipal](#)  
[Enquanto Isso Faculdade de Medicina de Jundiá \(FMJ\) Gabinete do Prefeito](#)

[IBGE Plano Diretor Participativo](#) [Rádio Cidade](#)

[Rádio Difusora](#) [Secretaria de Agricultura](#)  
[Abastecimento e Turismo](#) [Secretaria de Desenvolvimento Econômico](#) [Ciência e Tecnologia](#) [Secretaria de Negócios](#)

## Plano Diretor é concluído no Congresso da Cidade

Depois de dois anos e quatro meses de trabalho, a versão final do [Plano Diretor Participativo](#) foi terminada com os diálogos e debates do Congresso da Cidade. O evento foi iniciado no domingo (20) no auditório da Faculdade de Medicina e precisou de continuação na segunda (21) e terça-feira (22) no auditório do Paço Municipal.

#### LEIA MAIS

[Prefeito participa do Congresso da Cidade](#)



Uma das deliberações da plenária final em andamento

Foram mais de 11 mil participações, mais de 160 reuniões e oficinas públicas, mais de 154 reportagens e 863 propostas de ajustes ou mudanças desde o 1º Fórum do Plano em abril do ano passado, incluindo o 2º Fórum do Plano em setembro e o trabalho dos 102 delegados indicados por setores como poder público, moradores de bairros, empresários urbanos, agricultores, entidades acadêmicas e profissionais, sindicatos e organizações não-governamentais.

O resultado é um trabalho coletivo inédito para a política territorial do município nos próximos dez anos, com um reforço da proteção ambiental, da proteção dos bairros, do crescimento econômico misto (industrial, comercial, agrícola ou turístico), do acesso de moradores à habitação e da gestão



participativa sobre a qualidade de vida.

#### Experiência de diálogo

Um dos principais pontos desse processo foi o debate entre setores variados da cidade, que passou de alguns confrontos iniciais para um diálogo aprofundado sobre os valores comuns a todos, como a oferta futura de água e a organização do crescimento urbano.

Das 198 propostas da segunda fase que não alcançaram consenso inicial (com mais de uma posição cada, caracterizando o que foi chamado de conflitos), o debate nas reuniões que avançaram por noites e fins de semana levou a 75 aprovações em plenária, 28 contrapropostas de governo aprovadas, 23 resolvidas em rodadas de “negociação” entre os participantes e 33 propostas retiradas. Os 16 pontos restantes foram resolvidos também com diálogo antes de contrapropostas de consenso ou votações finais.

A sistematização final das decisões do Congresso da Cidade no projeto de lei será acompanhada por uma comissão relatora escolhida pelos delegados, formada entre os titulares dos segmentos sociais por Nivaldo Callegari (empresários), Gustavo Diniz (região 9), Daniel Motta (organizações não-governamentais), Marcos Boriero (região 1), Luiz Dias Silveira Júnior (OAB) e Antonio Carlos Bezerra (região 10), com suplentes respectivos e apoio da Secretaria de Negócios Jurídicos. A missão do grupo é cuidar para que as decisões tomadas coletivamente sejam mantidas na versão final que segue à Câmara de Jundiá.



Consensos e definições marcadas passo a passo: dois anos de trabalho

**Jose Arnaldo de Oliveira**

Fotos: fotógrafos – PMJ

Curtir 3 pessoas curtiram isso. Seja o primeiro entre seus amigos. [To estar](#)

**G+** 0

Publicada em 23/03/2016 ■ Leia mais sobre [Plano Diretor Participativo](#)

[PÁGINA INICIAL](#)   [SAIBA O QUE É](#)   [PROCESSO PARTICIPATIVO](#)   [VÍDEOS](#)   [LEGISLAÇÃO](#)   [ENTENDA MAIS](#)  
[ESTATUTO DA CIDADE](#)   [PARECERES DE ENTIDADES](#)   [NOTÍCIAS](#)   [PROJETO DE LEI](#)

Ouçã o spot de rádio do Plano Diretor

00:00 / 00:00

#### Arquivos

- [junho 2016](#)
- [maio 2016](#)
- [abril 2016](#)
- [março 2016](#)
- [fevereiro 2016](#)
- [janeiro 2016](#)
- [dezembro 2015](#)
- [novembro 2015](#)
- [outubro 2015](#)
- [setembro 2015](#)
- [agosto 2015](#)
- [julho 2015](#)
- [junho 2015](#)
- [maio 2015](#)
- [abril 2015](#)
- [março 2015](#)
- [fevereiro 2015](#)
- [março 2014](#)
- [fevereiro 2014](#)

#### Notícias por assunto

[1º Fórum do Plano Diretor](#)

[2º Fórum do Plano Diretor](#)

[capacitação Conselho de Defesa do Meio Ambiente \(Comdema\) Conselho do Plano](#)

[Diretor Câmara Municipal](#)

[Enquanto Isso Faculdade de Medicina de](#)

[Jundiaí \(FMJ\) Gabinete do Prefeito](#)

[IBGE Plano Diretor](#)

[Participativo](#) [Rádio Cidade](#)

[Rádio Difusora](#) [Secretaria de Agricultura](#)  
[Abastecimento e Turismo](#) [Secretaria de](#)  
[Desenvolvimento Econômico](#) [Ciência e](#)  
[Tecnologia](#) [Secretaria de Negócios](#)

## Comissão promove revisão formal do projeto de lei do Plano Diretor

A comissão relatora do projeto de lei do [Plano Diretor Participativo](#) faz, de segunda-feira (4) a sexta-feira (8), a revisão final do projeto de lei, construído em mais de dois anos e 11 mil participações, para os rumos do desenvolvimento territorial de Jundiaí nos próximos dez anos. O trabalho envolve um grupo escolhido pelos delegados do plano, técnicos de governo e procuradores da Secretaria de Negócios Jurídicos.

“Não vamos ter mais qualquer alteração de conteúdo, porque [tudo já foi definido até o Congresso da Cidade](#). O que temos agora é a [formatação final de redação, de ajustes de referências a outras leis e a revisão dos últimos encaminhamentos de pendências](#) feitos naquele evento”, explica a secretária de Planejamento e Meio Ambiente. Daniela da Camara Sutti.



O grupo enfrenta o trabalho final dos “detalhes de acabamento”

A parte da comissão relatora escolhida pelos delegados é formada entre representantes de segmentos sociais por Nivaldo Callegari e Ariovaldo Turra (empresários), Daniel Motta (organizações não-governamentais), Luiz Dias Silveira Júnior (OAB) e Sílvio Drezza (entidades acadêmicas e profissionais) e dos movimentos sociais por moradores de regiões por Gustavo Diniz (região 9), Cleverson Inácio Teixeira (região 5), Antonio Carlos Bezerra (região 10) e Marcos Boriero (região 1), mais suplentes.

A missão do grupo, que trabalha com técnicos e procuradores, é **cuidar para que as decisões sejam**





A comissão foi escolhida durante a etapa de conclusão do processo participativo

em parceria com os técnicos e procuradores para a entrega de um produto final sem falhas legais para análise dos parlamentares do município.

**José Arnaldo de Oliveira**  
**Fotos: Dorival Pinheiro Filho**

Curtir 7 pessoas curtiram isso. Seja o primeiro entre seus amigos. Te estar

G+1 0

Publicada em 05/04/2016 ■ Leia mais sobre [Câmara Municipal](#), [Conselho de Defesa do Meio Ambiente \(Comdema\)](#), [Conselho do Plano Diretor](#), [Secretaria de Negócios Jurídicos](#), [Secretaria de Planejamento e Meio Ambiente](#)

PÁGINA INICIAL SAIBA O QUE É PROCESSO PARTICIPATIVO VÍDEOS LEGISLAÇÃO ENTENDA MAIS  
 ESTATUTO DA CIDADE PARECERES DE ENTIDADES NOTÍCIAS PROJETO DE LEI

Ouçã o spot de rádio do  
 Plano Diretor

00:00 00:00

#### Arquivos

- [junho 2016](#)
- [maio 2016](#)
- [abril 2016](#)
- [março 2016](#)
- [fevereiro 2016](#)
- [janeiro 2016](#)
- [dezembro 2015](#)
- [novembro 2015](#)
- [outubro 2015](#)
- [setembro 2015](#)
- [agosto 2015](#)
- [julho 2015](#)
- [junho 2015](#)
- [maio 2015](#)
- [abril 2015](#)
- [março 2015](#)
- [fevereiro 2015](#)
- [março 2014](#)
- [fevereiro 2014](#)

Notícias por assunto

[1º Fórum do Plano Diretor](#)  
[2º Fórum do Plano Diretor](#)  
[capacitação Conselho de Defesa do Meio Ambiente \(Comdema\) Conselho do Plano Diretor Câmara Municipal](#)  
[Enquanto Isso Faculdade de Medicina de Jundiá \(FMJ\) Gabinete do Prefeito](#)  
 IBGE [Plano Diretor](#)

[Participativo](#) Rádio Cidade

[Rádio Difusora](#) [Secretaria de Agricultura](#)  
[Abastecimento e Turismo](#) [Secretaria de Desenvolvimento Econômico](#) [Ciência e Tecnologia](#) [Secretaria de Negócios](#)

## Plano Diretor é detalhado em congresso a comissões da Câmara

A Prefeitura de Jundiá apresentou detalhes sobre a finalização do [Plano Diretor Participativo](#) para duas comissões da Câmara Municipal de Jundiá, preparando a entrega oficial do projeto de lei prevista para o dia 26 de abril.

“O convite feito pelos parlamentares veio na continuidade do acompanhamento que sempre teve nesses mais de dois meses do trabalho coletivo com o plano. O foco esteve na finalização ocorrida no Congresso da Cidade”, afirmou a secretária de Planejamento e Meio Ambiente, Daniela da Camara Sutti.

#### LEIA MAIS

[Mapas do Plano Diretor orientam urbano e rural em Jundiá](#)  
[Confira o documento 'Jundiá, você e o novo Plano Diretor Participativo'](#)



Comissões de vereadores acompanham o processo

A reunião conjunta com a Comissão de Infraestrutura e Mobilidade Urbana (Cimu) e a Comissão de Políticas Urbanas e Meio Ambiente (Copuma) aconteceu na tarde de terça-feira (5).

Estiveram presentes titulares ou assessores dos mandatos eletivos dos vereadores (integrantes das comissões) Paulo Malerba, Rafael Antonucci, Márcio “Cabeleireiro” Pentecostes de Souza, Marilena Perdiz Negro, Valdeci Villar Matheus, José Adair de Souza, José Carlos Ferreira Dias, Eliezer Barbosa da Silva e



cidade para o cálculo de compensações urbanísticas e ambientais em ZERFIE (zonas especiais de regularização fundiária de interesse especial) em regiões como a Serra do Japi. O governo mostrou que a medida seria inconstitucional e a proposta não foi incorporada em votação de 76×10 votos, mais abstenções.

#### **Vias estruturais**

Os extremos iniciais de 20 andares em corredores urbanos e 4 andares em vias de circulação, por sugestão da Associação de Profissionais e Empresas do Setor Imobiliário (Proempi), receberam estudo adicional no novo sistema de classificação viária, mais por função do que por tráfego, com nuances de 15, 10 e 8 andares em vias estruturais. A adequação consta em mapa e foi aprovada por consenso de todos os delegados.

#### **Quota por unidade**

Também da Proempi, uma proposta de correção da quota de terreno por unidade (relacionada ao cálculo de número de apartamentos em construções verticais nos lugares permitidos pelo zoneamento geral para a verticalização) foi ampliada para 20. E aprovada por consenso de todos os delegados.

#### **Terreno industrial**

O [Centro das Indústrias do Estado \(Ciesp\)](#) defendeu a ampliação do tamanho máximo do imóvel industrial de 50 mil metros quadrados para sem limite. A contraproposta da Prefeitura foi ampliar o tamanho mas tendo entre 100.000 e 250.000 metros quadrados a exigência de destinar 2,5% da área para serviços como hotel, banco ou comércio para estimular novas centralidades mesmo na Zona Industrial e Zona de Desenvolvimento Regional Urbano. A correção foi aprovada por 77×10 votos, fora abstenções.

#### **Chácaras de recreio**

Parcelamentos antigos da zona rural, aprovados por antiga lei como "chácaras de recreio", serão registrados como indivisíveis abaixo de 5 mil metros quadrados. A proposta foi levantada pela Proempi e aprovada por consenso.

#### **Habitação social**

A Prefeitura aprovou por consenso no congresso propostas para a priorização de habitação de interesse social em áreas de ZEIS 2 com infraestrutura consolidada e de prioridade para moradores cadastrados de até 2,5 km do entorno.

#### **ZEIS 2**

A implantação de zonas de interesse social (ZEIS 2) pelo governo nos bairros do Água Doce/Poste, Santa Gertrudes e Ivoturucaia foram questionadas por Sindareia, movimentos sociais, empresários rurais e Comdema. No caso de três áreas no Água Doce/Poste, a aprovação ocorreu por consenso apenas depois de aprovada a realização de um plano urbanístico nessa região (antes indicada como rural, agora Periurbano 1) deliberado e acompanhado pelo futuro Conselho Municipal de Política Territorial.

#### **ZEIS 2**

No caso das três áreas no Santa Gertrudes, duas foram votadas com aprovação aceita por 57×13 votos, mais abstenções (também com consenso anulando posição conflituosa no Comdema). Mas uma outra área da proposta da Prefeitura, na região da Bacia do Rio Jundiá-Mirim, perto de Ivoturucaia, foi rejeitada por 52×19 votos mais abstenções mantendo a zona rural.

#### **Área industrial**

Voltando à região do Poste/Água Doce, uma área definida no anteprojeto como rural entrou no conflito pelo delegado da Região 3 apresentar processos já aprovados como industriais em parte área próxima da rodovia Anhanguera. A análise dos delegados do congresso, tomando em conta a presença de uma grande área verde averbada para conservação, foi acatar a proposta desse ajuste por consenso.

#### **Iniciativa privada**

O Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB) propôs que 50% da área de habitação de interesse social em ZEIS 2 pudesse ser usada para a categoria HMP, acima de seis salários mínimos. A contraproposta de governo foi de usar 30% da área para esse fim em áreas acima de 10 mil metros quadrados, sem segregação, para viabilizar áreas mais centrais. E foi aprovada por unanimidade.

#### **Bacia do Rio Jundiá-Mirim**

O Conselho Regional de Corretores de Imóveis propôs a retomada como de uma grande área rural de mananciais que fica entre o Caxambu e o Ivoturucaia, alterada recentemente para urbana. Com levantamentos da DAE sobre número de nascentes e percentual de cobertura vegetal mostrando a necessidade de conservação de água para o futuro da cidade, mais o fato de estar no mapa prioritário da APA (Área de Proteção Ambiental), a proposta foi rejeitada por unanimidade.

#### **Bom Jardim**

O delegado suplente da Região 3 argumentou que a zona rural no Bom Jardim deveria passar a ser urbana para permitir uso industrial. A proposta do plano de proteção da zona rural foi defendida pelo governo e aprovada por 63×11 votos, mais abstenções.

#### **Prazo**

Nas disposições transitórias, uma proposta do Conselho dos Corretores de Imóveis de um prazo de 90 dias para a entrada em vigor da nova lei foi desaprovada, ficando a validade a partir de sua publicação aprovada por 63×5 votos. Outros pontos de atualização também foram analisados no congresso, sem maiores conflitos.

## 2) Manifestação Técnica:

### Protocolo nº 075327, de 23/05/2016

#### Moradores Geraldo Azzoni :

Primeiramente, cabe esclarecimento, que o autor deste pedido, o Sr Ariovaldo Turra, foi Delegado eleito do Processo Participativo do Plano Diretor em andamento, como representante do Segmento Empresarial – Proempi - e acompanhou todos os estudos de grande parte das 170 reuniões, inclusive a fase final da relatoria do projeto de lei. No período aberto oficialmente para a colocação de propostas, o Delegado não fez a proposição, como realizado por todos os segmentos em período igual, de forma pública e transparente – se o fizesse, esta decisão seria discutida de forma participativa entre todos os delegados.

Apenas no dia 22/01/2016 protocolou documento na SMPMA pedindo a revisão da proposta técnica para a área, mesmo sabendo da metodologia do processo participativo e tendo ciência de que nesse processo o pacto da cidade é **coletivo** e não exclusivamente da Secretaria de Planejamento.

Como o protocolo se deu à margem do processo participativo (prazo e local aberto no site para a inserção da proposta), esta Secretaria nada poderia fazer, porque ela, assim como o Sr. Ariovaldo Turra, tornaram-se um dos “atores” de um processo coletivo.

Cabe esclarecer que as definições do processo participativo foram construídas conjuntamente com um Grupo Gestor, constituído por 40% Poder Público e 60% Sociedade Civil, e todas as decisões foram tomadas e votadas em plenária por este Grupo.

Reclama o interessado que até o momento não recebeu resposta oficial desta SMPMA, porém o mesmo acompanha todas as decisões do processo como participante ativo.

Desta forma, e respeitando o processo de intensa participação, assim que houver a aprovação final do Plano Diretor Participativo pela Câmara Municipal, o delegado e munícipe Sr Ariovaldo Turra receberá oficialmente sua resposta a respeito da decisão tomada sobre a área em que está interessado.

### Protocolo nº075334, de 24/05/2016

#### Associação dos Engenheiros de Jundiaí

A Associação dos Engenheiros de Jundiaí, representados pela Engenheira de Alimentos Liliana de C. Traldi Bezerra, Engenheiro Agrônomo Sílvio Eduardo Drezza e Arquiteto Roberval Guitarrari, participaram ativamente do processo de construção do Plano Diretor Participativo, inclusive colocaram dezenas de propostas e contribuíram para a formulação deste projeto de Lei.





O documento entregue na Câmara Municipal traz um histórico que resume as contribuições feitas pela entidade no Projeto de Lei, inclusive ressalta a sua preocupação com os recursos hídricos e o crescimento populacional.

Quanto à sugestão de um Plano Diretor Viário, o mesmo está contemplado no Projeto de Lei através do Plano de Mobilidade no artigo 460 em seu Parágrafo único.

Muitas de suas contribuições foram contempladas como a criação do Sistema de Planejamento e Gestão do Desenvolvimento Territorial e o Núcleo de Planejamento e Desenvolvimento de Projetos, proposta que teve consenso dos delegados em substituição da criação de uma autarquia municipal.

Todos os estudos, mapas, quadros, índices e o corpo técnico da Secretaria estiveram disponíveis para esclarecimento da entidade. Inclusive apresentamos em reuniões de trabalhos os pormenores de todos os estudos, onde sempre recebíamos congratulações pelo trabalho exibido.

Os pareceres entregues preocuparam-se com o crescimento desordenado, a expansão urbana sem critérios, o estabelecimento de parâmetros para o desenvolvimento econômico além de outras questões tratadas de forma global – todas elas abordadas no Projeto do Plano Diretor. Entretanto, o parecer não expõe propostas objetivas para essas preocupações para além daquelas já apresentadas pela entidade e pelos delegados no processo participativo com que muito colaboraram.

Neste íterim, discordamos da solicitação da entidade solicitando os estudos técnicos e prazo para melhor entendimento do projeto de Lei, pois a mesma participou e contribui para a construção deste plano.

### **Protocolo nº075348, de 25/05/2016**

#### **SINDAREIA**

O SINDAREIA esteve representado pelo Sr Jorge Edison di Rito como delegado eleito e esteve presente em boa parte das reuniões, inclusive contou com reunião específica do tema. Contribuiu com as seguintes propostas discutidas e consensuada com os delegados:

#### **PROPOSTAS RECEBIDAS NO PROCESSO:**

- I. Tendo em vista, a necessidade de amenizar a crise hídrica que se instala na região de Jundiaí, e visando reduzir os efeitos sobre as futuras gerações, preservando e recuperando os mananciais e seu entorno, vimos apresentar as sugestões de propostas que devem ser incluídas no Novo Plano Diretor do município:

- 1) Estudo e revalidação da Lei Complementar N° 415, de 29/12/2004, que foi revogada, a qual regulamenta o Plano Diretor apresentado naquele ano, com atenção ao Capítulo III, que trata da política urbanística e ambiental, Artigos 41,42,45 e em especial o artigo 46, inciso III;

- 2) propor a implantação de um Zoneamento Minerário, de acordo com os direitos já

instituídos pelo Departamento Nacional de Produção Mineral, e seguindo as sugestões dos estudos a serem apresentados no Ordenamento Territorial Geomineiro – OTGM, que vem sendo desenvolvido pela Subsecretaria de Mineração do Estado de São Paulo através do apoio técnico do IPT;

3) Ressetorizar as áreas de várzea do Rio Jundiaí que se encontram com o zoneamento de uso urbano (ZR3) transformando as mesmas em ZC – Zona de Conservação, a fim de manter a permeabilidade e infiltração de água no lençol freático, seguindo à risca o Artigos 26 e 27 do Decreto APA, de 03/07/1998, o qual protege os remanescentes de matas nativas e as várzeas não impermeabilizadas no vetor Oeste do Município;

4) implantar e preservar reservatórios de contenção e infiltração de águas pluviais (piscinões) que ajudem a equalizar as vazões /ou contribuam para recarga do lençol freático. Para maiores informações sobre os assuntos citados, protocolaremos na sala do plano diretor um documento formal detalhando as propostas.

- II. Proposta: Inclusão de área na Zona de Desenvolvimento Regional Urbano: No vetor Oeste, ao longo da Avenida Prefeito Luís Latorre que dá acesso ao bairro Novo Horizonte, verificamos atividades industriais consolidadas. O zoneamento proposto no plano (Zona de Expansão e Estruturação Urbana) ao longo da referida avenida prejudicará as atividades consolidadas. Solicitamos que a Zona Industrial (ZDRU) seja contemplada da Avenida Pref. Luis Latorre até a nova ponte de interligação do bairro Jardim Tulipas ao Novo Horizonte, seguindo a confluência do córrego água doce com o Rio Jundiaí até a Avenida Rosicler Tôrres Batista, abrangendo assim as atividades industriais existentes. OBS; No zoneamento vigente esta região é enquadrada como Zona Industrial.
- CONTRAPROPOSTA DE GOVERNO:**  
Contemplado parcialmente. Os usos industriais já implantados são considerados tolerados, porém sem alteração do zoneamento proposto.
- CONFLITO EM 15/02**  
**CONSENSUADA EM BILATERAL DA RODADA DE NEGOCIAÇÃO**  
**PROPOSTA INSERIDA EM: ARTIGO/SUBSEÇÃO/SEÇÃO/CAPÍTULO**  
Mapa de Zoneamento
- III. Proposta 1: De acordo com o Art. 353 que trata dos usos Industriais, a atividade extrativista mineral (areia) é classificada como industrial, contudo na tabela de uso proposta, verificamos que na ZIDRU esta atividade não é permitida. Solicitamos, portanto, que a atividade seja contemplada na Zona Industrial de Desenvolvimento Regional Urbano.
- Lembramos também a existência de extração de areia de cava no município, atividade não contemplada pela atual tabela, a qual também solicitamos inclusão.



Proposta 2: Gostaríamos também de salientar a existência de outras atividades extrativistas consolidadas no município como extração de argila e brita. Estas serão incluídas posteriormente na tabela? Em qual categoria? Industrial? Uso específico?

**CONTRAPROPOSTA DE GOVERNO:**

Proposta 1: Contemplada o uso proposto na ZIDRU. APROVADA 17.2

Proposta 2: Em análise. Contemplada quadro 5A item 11.1 e 11.3

PROPOSTA INSERIDA EM: ARTIGO/SUBSEÇÃO/SEÇÃO/CAPÍTULO

Mapa de Zoneamento

Quadro 5A

Portanto, o segmento foi contemplado parcialmente com as alterações solicitadas de Zoneamento, em sua área do vetor oeste e embora não contemplado com a proposta de Zona Específica para a Mineração, foram criados itens específicos para o segmento (tabela 5A item 11.1 e 11.3) – e neste momento propõem à Câmara municipal novas propostas que não foram discutidas dentro do processo participativo.

Tecnicamente, o caso específico é extremamente delicado, com relação à mineração de argila, –que se dá no nosso principal manancial, existe uma situação contínua de degradação ambiental, inclusive com supressão de vegetação nativa, desde o início das atividades extrativistas –e com muito pouco resultado com relação à recuperação ambiental.

**Protocolo nº075358, de 30/05/2016**  
**CONSELHO MUNICIPAL DO PLANO DIRETOR**

Analisamos o parecer do Conselho do Plano Diretor, classificamos e o agrupamos nos seguintes critérios:

- I. **Redação**
- II. **Sugestão nova**
- III. **Sugestão já encaminhada anteriormente durante o processo participativo**
- IV. **Casos específicos**

As sugestões do CMPD foram marcadas no texto original do Projeto de Lei, disposto em quadro, em letras verdes, sublinhadas ou tachadas.

1. **Redação: Para a revisão da redação do Projeto de Lei, foi formada uma comissão denominada de Comissão Relatora, onde todos os segmentos foram representados e puderam acompanhar a leitura de todos os artigos junto da**



equipe de Procuradores Municipais, inclusive propondo mudança de redação, sem alteração de conteúdo no sentido de simplificação, objetividade e clareza da legislação.

#### **Art. 40 – COMPLEMENTAÇÃO PARA ESCLARECIMENTO – REDAÇÃO**

Art. 40. As Zonas Especiais são porções do território com diferentes características ou com destinação específica que requerem normas próprias de uso e ocupação do solo, e que estas prevaleçam sobre o zoneamento do Mapa 6.

Análise: Não vemos necessidade na complementação. Quando especificado no texto original que estas Zonas requerem normas próprias de uso e ocupação do solo, está implícito que todas as normas específicas prevalecem sobre as normas gerais, inclusive no zoneamento do Mapa 6. O texto original é mais abrangente. **Caso seja optado pela complementação**, deve ser incluída a grafia “inclusive” anteriormente à palavra “sobre”, para manter o conteúdo amplo do artigo e não restringir apenas ao zoneamento.

#### **Art. 85 – COMPLEMENTAÇÃO PARA ESCLARECIMENTO – REDAÇÃO**

Art. 85. A inclusão ou exclusão de áreas na categoria de ZEPAM deverão ser acompanhadas de parecer emitido pelo órgão ambiental municipal competente, apresentadas em Audiência Pública, ouvidos o Conselho Municipal de Política Territorial (CMPT) e o COMDEMA de acordo com o parágrafo 1º do artigo 4º.

Análise: Não há prejuízo em se complementar o texto do artigo para criar uma remissão a um artigo específico como o sugerido, pois o § 1º do art. 4 trata exatamente das alterações do Plano Diretor, e alterar zoneamento é uma destas alterações contempladas. Já está implícito que esta alteração deveria seguir todo o ritual de qualquer outra alteração, porém a complementação pode deixar mais claro o objetivo do artigo.

#### **Art. 177 – CORREÇÃO - SUPRESSÃO DO PARÁGRAFO ÚNICO – REDAÇÃO**

Art. 177. O monitoramento e fiscalização da execução dos contratos de pagamentos por prestação de serviços ambientais serão exercidos pela SMPMA e pela SMAAT, e os resultados deverão ser apresentados anualmente ao COMDEMA e ao CMDR.

~~Parágrafo único. O Programa mencionado neste artigo será elaborado, no prazo de 360 (trezentos e sessenta) dias, contados da publicação desta Lei.~~

Análise: Está correta a observação, tendo em vista que este parágrafo se refere ao art. 182, deslocado na etapa de conclusão do texto pela Comissão Relatora.





### Art. 182 - CORREÇÃO – COMPLEMENTAÇÃO – REDAÇÃO

Art. 182. Será criado o Programa de Promoção da Agricultura Urbana e Periurbana visando estimular a manutenção do uso rural com apoio e concessão de incentivos. O programa mencionado neste artigo será elaborado no prazo de 360 (trezentos e sessenta) dias, contados da data de publicação desta Lei.

Parágrafo único. Serão identificados os imóveis:

...

Análise: Está correta a observação, tendo em vista que este parágrafo havia sido deslocado para o art. 177, na etapa de conclusão do texto pela Comissão Relatora. Sugerimos, como formato jurídico da Lei, incluir esta observação como §2º, transformando por consequência o Parágrafo único em § 1º.

### Art. 183 - SUPRESSÃO DO PARÁGRAFO ÚNICO – REDAÇÃO

Art. 183. Nos imóveis públicos e privados não utilizados poderão ser desenvolvidas atividades agrícolas dentro do Perímetro Urbano com a implantação de projetos de produção de agricultura urbana e periurbana.

§ 1º. Nos imóveis mencionados no “caput” serão estimuladas parcerias para a implantação e manutenção de hortas comunitárias.

§ 2º. O Programa mencionado neste artigo será elaborado no prazo de 360 (trezentos e sessenta) dias, contados da publicação desta Lei. Sugestão: “retirar parágrafo único

Análise: O artigo 183 possui parágrafos 1º e 2º. Não possui parágrafo único. Em se tratando do parágrafo 1º, tendo em vista que as parcerias já serão estimuladas através do Programa referido nesta subseção IX, e que faz parte de seus objetivos, **não concordamos com a supressão sugerida.**

### Art. 197 - SUBSTITUIÇÃO DE TERMO “serão” por “poderão ser” – REDAÇÃO

Art. 197. Serão Poderão ser criadas e instaladas Unidades de Abastecimento Descentralizadas de bairros para incentivo da economia solidária voltada ao abastecimento da população local e à promoção da segurança alimentar e nutricional.

Análise: Não vemos necessidade na substituição do termo, tendo em vista que esta ação é de iniciativa pública, porém não há prejuízo em se substituir o texto do artigo como sugerido.



## Art. 209 – COMPLEMENTAÇÃO - REDAÇÃO

Art. 209. Somente será permitida a supressão de manchas de mata nativa secundárias de Cerrado e de Mata Atlântica em estágio médio, para atividades e usos de utilidade pública e de interesse social e, em estágio avançado, apenas em caso de utilidade pública na forma da Lei Federal nº 11.428, de 2006, mediante prévia análise do Município, ouvido o Conselho Municipal de Meio Ambiente (COMDEMA), e posterior licenciamento do órgão ambiental estadual competente.

...

§ 3º. Para fins deste artigo, considera-se:

I – de utilidade pública:

...

b) as obras essenciais de infraestrutura destinadas aos serviços públicos de saúde, de comunicação, de transporte, de saneamento e de energia e mobilidade;

Análise: A definição de "utilidade pública" mencionada no texto está de acordo com o art. 2º da RESOLUÇÃO CONAMA Nº 369, DE 28 DE MARÇO DE 2006, incluída pela SMNJ na etapa da Comissão Relatora para compor a legislação. Tendo em vista que a ideia de "mobilidade" já está contemplada no termo "transporte" da definição oficial, **não concordamos com a complementação sugerida**, de forma a não criar precedentes para entendimentos diferentes dos oficiais sobre utilidade pública.

## Art. 231 - SUBSTITUIÇÃO DE TERMO - REDAÇÃO

Art. 231. Os loteamentos serão entregues com infraestrutura urbana implantada, constituída pelos equipamentos de escoamento de águas pluviais, iluminação pública, esgotamento sanitário, abastecimento de água potável, energia elétrica pública e domiciliar, fiação enterrada e sistema viário, incluindo a pavimentação do leito carroçável, ciclovias, vias de pedestre e calçadas, devidamente sinalizados.

Parágrafo único. As calçadas devem ser implantadas concomitantemente às vias de circulação, observando ainda as seguintes condições:

II – ter no mínimo ~~3,50m (três metros e cinquenta centímetros)~~ 3,00m (três metros) de largura, podendo ser maior de acordo com a zona.

## QUADRO 7



QUADRO 7   COMPONENTES DO SISTEMA VIÁRIO	NOVAS VIAS SEGUNDO SUAS FUNÇÕES URBANÍSTICAS							
	CICLOVIA	VIA DE PEDESTRE	RAFEÇO SELETIVO	ACESSO AO LOTE	CIRCULAÇÃO DE BAIRRO	VIA DE INDUÇÃO	VIA DE CONCENTRAÇÃO	VIA ESTRUTURAL
total (leito carroçável+passado público+ ciclovia)	3,00m	4,00m	6,00m	14,00m	18,00m	22,00m	23,00m/32,00m(d)	23,00m/40,00m(c)
carroçável	x	x	6,00m	8,00m	12,00m	11,00m	11,00m/18,00m(c)	10,50m/21,00m(d)
Calçadas*	x	4,00m	6,00m	3,00m	3,00m	3,50m	4,00m	4,50m/5,00m(f)
Ciclovia/Ciclofaixa	3,00m	x	x	x	x	4,00m(a)	4,00m(a)	3,00m(b)
Canterão central	x	x	x	x	x	x	7,00m(b)	9,00m(d)
Declividade longitudinal máxima	10%	10%	10%	15%(e)	15%(e)	10%	10%	10%
Declividade longitudinal mínima	0,5%	0,5%	0,5%	0,5%	0,5%	0,5%	0,5%	0,5%
Declividade transversal máxima	3%	3%	3%	3%	3%	3%	3%	3%
Declividade transversal mínima	0,5%	0,5%	0,5%	0,5%	0,5%	0,5%	0,5%	0,5%
Raios mínimos obrigatórios(F)	Deverem seguir tabela específica							

Análise: Está correta a observação. O quadro 7 está conflitante com o texto do artigo, que deve prevalecer (3,50m).

### Art. 246 - DIVERSAS SUGESTÕES - REDAÇÃO

Art. 246. O prazo para conclusão da etapa de início de obra do loteamento é de 1 (um) ano, contado a partir da data de emissão do seu respectivo Alvará de Execução.

§ 1º Configura a conclusão da etapa de início de obra do loteamento o cumprimento de, no mínimo, 20% (vinte por cento) das obras previstas no cronograma de obras aprovado *exceto em caso fortuito*.

§ 2º A etapa de início de obra do loteamento não poderá ser adiada caso não cumprida no prazo especificado no “caput”, não podendo neste caso haver a renovação de alvará de execução. *(em conflito com § 4º)*

§ 3º O Alvará de Execução de loteamento prescreverá em 2 (dois) anos, a contar da data do deferimento do pedido, podendo ser revalidado sempre que o atraso na execução das obras for justificado pelo interessado, aprovado e aceito pelo Município, desde que atendido o disposto no § 2º deste artigo.

§ 4º Concluída a etapa de início de obra de loteamento, conforme o § 1º deste artigo, o Alvará de Execução de loteamento não mais prescreverá, devendo ser comprovado por vistoria da SMO e concessionárias, quando for o caso, instruída com declaração emitida pelo profissional responsável pela execução e solicitação de vistoria no imóvel, protocoladas na vigência do respectivo Alvará na SMO. *(em conflito com § 2º)*

Análise: Toda a subseção VI, que trata da validade dos projetos de loteamentos, início de obra de implantação e revalidação de alvará de execução foi **APROVADA** pelo **conflito 18** no **Congresso da Cidade** ([http://planodiretor.jundiai.sp.gov.br/wp-content/uploads/2016/04/Encaminhamentos-dos-Conflitos\\_SITE.pdf](http://planodiretor.jundiai.sp.gov.br/wp-content/uploads/2016/04/Encaminhamentos-dos-Conflitos_SITE.pdf)) exatamente como está publicado.

Resumidamente, a regra aprovada é:

- o cronograma de execução tem o prazo de 2 anos.

- a validade do alvará de execução segue o prazo do cronograma, de 2 anos.
- para ser possível revalidar o alvará de execução após 2 anos de obra, o empreendedor deve ter cumprido pelo menos 20% do seu próprio cronograma aprovado (chamado neste texto de etapa de início de obra) no 1º ano, devendo então o empreendedor comprovar este cumprimento e prazo por solicitação de vistoria pela PMJ.
- após o cumprimento destes 20% do seu próprio cronograma, o empreendedor poderá sempre renovar o alvará de execução por mais 2 anos, desde que também demonstre o andamento da obra.

O objetivo principal desta regra é para não fomentarmos um “banco de projetos” aprovados, sem sua efetiva concretização. Baseou-se na regra da validade do alvará de execução de edificações, que exige que a fundação da edificação esteja executada completamente para o alvará não mais prescrever.

**Para a resolução do conflito** apontado na redação do artigo, apontamos os seguintes **ajustes na redação**, sem prejudicar o conteúdo APROVADO (grafia em vermelho):

Art. 246. O prazo para conclusão da etapa de início de obra do loteamento é de 1 (um) ano, contado a partir da data de emissão do seu respectivo Alvará de Execução.

§ 1º Configura a conclusão da etapa de início de obra do loteamento o cumprimento de, no mínimo, 20% (vinte por cento) das obras previstas no cronograma de obras aprovado.

§ 2º A etapa de início de obra do loteamento não poderá ser adiada caso não cumprida no prazo especificado no “caput”, não podendo neste caso haver a **renovação revalidação** de alvará de execução.

§ 3º O Alvará de Execução de loteamento prescreverá em 2 (dois) anos, a contar da data do deferimento do pedido, podendo ser revalidado sempre que o atraso na execução das obras for justificado pelo interessado, aprovado e aceito pelo Município, desde que atendido o disposto ~~§ 2º~~ § 4º deste artigo.

§ 4º Concluída a etapa de início de obra de loteamento, conforme o § 1º deste artigo, o Alvará de Execução de loteamento ~~não mais prescreverá~~ **poderá ser revalidado**, devendo ser comprovado por vistoria da SMO e concessionárias, quando for o caso, instruída com declaração emitida pelo profissional responsável pela execução e solicitação de vistoria no imóvel, protocoladas na vigência do respectivo Alvará na SMO.





**Não concordamos com a inclusão no parágrafo 1º do termo "exceto em caso fortuito",** tendo em vista que abre um leque de possibilidades muito grande para que casos não se enquadrem na regra. Em situações excepcionais, cabe à análise jurídica e recurso para isso, como de direito.

#### **Art. 374 - REDAÇÃO**

Art. 374. Considera-se regularização fundiária de interesse social aquela destinada a assentamentos irregulares ocupados, predominantemente por população de baixa renda, para fins de moradia, nos casos:

I – em que a área esteja ocupada, de forma mansa e pacífica, há pelo menos, 5 (cinco) anos, mediante ~~atualização de~~ Mapa 7 desta Lei;

Análise: A sugestão apontada pode ser acolhida pela Câmara Municipal sem prejuízo. A atualização do Mapa 7 deve ocorrer em processo participativo, de acordo com a demanda, através das revisões ordinárias ou extraordinárias do Plano Diretor.

#### **Art. 517 – COMPLEMENTAÇÃO - REDAÇÃO**

Art. 517. A aplicação dos recursos arrecadados pelo FMDT, excluídas a destinação legal do § 3º do 516 desta Lei, deverá respeitar anualmente os seguintes limites, ouvido o CMPT:

Análise: A sugestão apontada pode ser acolhida pela Câmara Municipal sem prejuízo.

#### **Art. 262 – INCLUSÃO DO PARÁGRAFO 5º - REDAÇÃO**

Art. 262. Fica criado o Grupo Técnico de Mobilidade com a finalidade de assegurar a compatibilização entre as diretrizes viárias e os projetos dos diversos órgãos municipais, formado por técnicos das SMPMA, SMO e Secretaria Municipal de Transportes – SMT, que tem como atribuições e responsabilidades:

...

§ 5º Enquanto não houver o Plano de Mobilidade Urbana e o Plano Viário, o GTM deverá emitir diretrizes para não engessar o desenvolvimento da cidade.

Análise: O Plano Viário e o Plano de Mobilidade já estão em desenvolvimento, prestes a ser finalizado. Esta inclusão pode esclarecer o procedimento transitório que obviamente deveria acontecer enquanto os planos não estiverem concluídos. **Não vemos necessidade desta inclusão,** pois trata-se de procedimento interno e transitório.



### Art. 270 – INCLUSÃO - REDAÇÃO

Art. 270. Fica assegurado ao lote e gleba na Macrozona Urbana parcialmente atingidos por diretrizes viárias o direito de aplicação do coeficiente de aproveitamento de sua área original sobre a área remanescente.

Análise: Não há prejuízo em se estender o benefício para a gleba como o sugerido, pois o objetivo é o mesmo, ocorrendo em momentos distintos do processo de licenciamento de um empreendimento (caso necessite parcelar a gleba para atender

### Art. 308 – REDAÇÃO

Art. 308. Na análise de usos, não previstos no Quadro 05A, o Grupo Técnico de Uso e Ocupação do Solo poderá solicitar os seguintes documentos:

Análise: **Não concordamos com a complementação sugerida**, mesmo porque não existe uso não previsto no Quadro 05A. Os usos a que se refere o art. 308 estão previstos no NR.16 e Ind.10 e os usos tolerados.

Assim sendo, a alteração correta da redação deste artigo para torná-lo mais claro é:

308. Na análise de usos para o seu devido enquadramento,, o Grupo Técnico de Uso e Ocupação do Solo poderá solicitar os seguintes documentos:

### Art. 328 - REDAÇÃO

Art. 328. Para emissão do alvará de execução da Habitação Multifamiliar Horizontal deverá ser apresentado o ~~projeto aprovado dos sistemas de distribuição~~ Certidão de Viabilidade de abastecimento de água e de coleta e disposição de águas servidas e esgotos.

Análise: **Não concordamos com a alteração conforme sugerida**, pois a referida Certidão tratará apenas da viabilidade de abastecimento e não da individualização da água, onde poderia ser verificado no projeto aprovado do sistema de distribuição desta.

### Art. 337 – REDAÇÃO

Art. 337. Para emissão do alvará de execução da Habitação Multifamiliar Vertical deverá ser apresentado o ~~projeto aprovado dos sistemas de distribuição~~ Certidão de Viabilidade de abastecimento de água e de coleta e disposição de águas servidas e esgotos.





Análise: **Não concordamos com a alteração conforme sugerida**, pois a referida Certidão tratará apenas da viabilidade de abastecimento e não da individualização da água, onde poderia ser verificado no projeto aprovado do sistema de distribuição desta.

### **Art. 351 – REDAÇÃO**

Art. 351. Para emissão do alvará de execução do Conjunto Não Residencial Horizontal e do Conjunto Industrial Horizontal deverá ser apresentado o ~~projeto aprovado dos sistemas de distribuição~~ Certidão de Viabilidade de abastecimento de água e de coleta e disposição de águas servidas e esgotos.

Análise: **Não concordamos com a alteração conforme sugerida**, pois a referida Certidão tratará apenas da viabilidade de abastecimento e não da individualização da água, onde poderia ser verificado no projeto aprovado do sistema de distribuição desta.

## **2. Sugestões novas**

### **Art. 175 § 4º - COMPLEMENTAÇÃO PARA AMPLIAR O BENEFÍCIO À ZEPAM – SUGESTÃO NOVA**

Art. 175. O pagamento por prestação de serviços ambientais será realizado mediante prévia valoração destes serviços baseado em critérios que deverão ser regulamentados mediante lei específica, no prazo de 1 (um) ano, contado a partir da entrada em vigor deste Lei.

...

§ 4º. Os critérios para a seleção de imóveis rurais e em Zonas Especiais de Proteção Ambiental em áreas urbanas, sujeitos ao pagamento por prestação de serviços ambientais serão definidos pelo órgão ambiental municipal, ouvidos o COMDEMA e o CMDR.

**Análise: Há mudança de conteúdo do Projeto de Lei e em relação àquilo que foi deliberado entre os Delegados do processo participativo, porém esta complementação não traz prejuízo para o objetivo do instrumento e nem desvirtuamento deste**, tendo em vista que a ZEPAM possui o caráter preservacionista como principal objetivo, podendo então por similaridade, quando imóvel particular, ter o benefício do instrumento.

### **Art. 288 – SUGESTÃO NOVA**

Art. 288. Serão admitidos parâmetros diferenciados de gabarito e recuos para as seguintes vias:

I – na Zona de Qualificação dos Bairros serão admitidos gabaritos de altura máxima diferenciados, conforme especificados a seguir:

a) 28 (vinte e oito) metros nas vias de concentração e nas seguintes estruturais e indução: Av. Osmundo dos Santos Pelegrini, Av. Antonio Pincinato no trecho compreendido entre Av. Amélia Latorre e Av. Arquimedes, Rua do Retiro e Rua Barão de Teffé;

Análise: **Não concordamos com a complementação sugerida** pelos aspectos técnicos abaixo elencados, tendo em vista, principalmente, que a complementação sugerida já está contemplada no local correto do texto da Lei:

Foram pensados parâmetros diferenciados para as vias Estruturais e de Concentração (6pavtos ou 8pavtos) na Zona de Qualificação de Bairros, conforme artigo mencionado.

As vias de indução considerada como ("Demais Vias"), seguem parâmetros conforme Quadro 2B e de acordo com o zoneamento definidos para o lote. Desta forma, para a Zona de Qualificação de Bairros permite edificações de no máximo 14,00m de altura, que dependendo da altura dos pavimentos poderão chegar a 4 ou 5 pavimentos. Já os lotes inseridos na Zona de Desenvolvimento dos Corredores Urbanos, mas que tem seu acesso por essas vias, as edificações podem ter a metade da altura permitida pela Zona, podendo chegar a 5, 8, 10 pavimentos, conforme artigo 286 e artigo 287. Portanto já estão contempladas em outros artigos.

A Rua do Retiro já é uma via de Concentração e está na ZQB estando assim contemplada no texto do art. 288/ item a) 28 (vinte e oito) metros nas vias de concentração e nas seguintes estruturais:.....

A Rua Barão de Teffé se trata de "Via de Indução" nas bordas da ZDCU (Av. Jundiaí) onde será contemplada pelo artigo 287 parag.1º nos lotes.

ao lote máximo, por exemplo, anteriormente à sua construção).

#### **Art. 290 – SUPRESSÃO DO ARTIGO INTEIRO - SUGESTÃO NOVA**

Art. 290. A área mínima da unidade habitacional deverá ser de 40m<sup>2</sup> (quarenta metros quadrados).



Análise: A área de 40m<sup>2</sup> por unidade habitacional é um parâmetro prévio utilizado para a definição da Cota mínima de terreno / unidade habitacional em relação ao coeficiente de aproveitamento possível no terreno. **Não concordamos com a exclusão do artigo.**

#### Art. 362 – SUGESTÃO NOVA

Art. 362. A utilização dos imóveis deverá incluir a destinação de vagas para o estacionamento de veículos, de acordo com o tipo de uso e com a área total de aproveitamento, obedecendo às normas técnicas aplicáveis e o Quadro 5B do Anexo II desta Lei, definidas em projeto.

Corrigir o Quadro 5B, no cabeçalho, onde lê-se bicicleta e motocicletas, retirar bicicleta, pois o espaço estará atendido no bicicletário.

...

§ 4º As edificações destinadas aos usos não residenciais deverão possuir vagas destinadas a motocicletas, na proporção de 1 (uma) para cada ~~5 (cinco)~~ 10 (dez) vagas obrigatórias de automóveis conforme Quadro 5B do Anexo II desta Lei, com dimensões mínimas de 1,00m (um metro) X 2,40m (dois metros e quarenta centímetros);

§ 5º As edificações destinadas aos usos não residenciais deverão possuir bicicletários ou paraciclos para atender a proporção de 1 (uma) ~~vaga bicicleta~~ para cada ~~5 (cinco)~~ 10 (dez) vagas obrigatórias de automóveis conforme Quadro 5B do Anexo II desta Lei;

§ 6º As edificações destinadas aos usos residenciais multifamiliares deverão possuir bicicletários ou paraciclos para atender a proporção de 1 (uma) ~~vaga bicicleta~~ para cada unidade habitacional;

**Análise: Há mudança de conteúdo do Projeto de Lei e em relação àquilo que foi deliberado entre os Delegados do processo participativo. Não concordamos com as sugestões apontadas nos parágrafos 4º e 5º e 6º.**

Quanto ao Quadro 5B, deve ser mantido uma vez que se trata de espaço para instalação de paraciclos.

#### Art. 372 – SUGESTÃO NOVA

Art. 372. Para efeito desta Lei, consideram-se:

...

II – área urbana consolidada para fins de regularização fundiária: parcela da área urbana com densidade demográfica superior a 50 (cinquenta) habitantes por hectare e malha viária implantada ~~e que tenha, no mínimo, 2 (dois)~~ dos seguintes equipamentos de infraestrutura urbana implantados:

**Análise: Há mudança de conteúdo do Projeto de Lei, a sugestão apontada é mais restritiva, mas o texto deve ser ajustado para (...)** implantada ~~e que tenha contenha~~ os seguintes equipamentos de infraestrutura urbana implantados:

#### **Art. 531 - SUGESTÃO NOVA**

Art. 531. Os projetos de obras e edificações protocolados até a data de publicação desta Lei serão apreciados de acordo com a legislação em vigor a época do protocolo, exceto nos casos de manifestação formal do interessado, optando pela análise integral nos termos desta Lei no prazo de 90 (noventa) dias de sua entrada em vigor.

...

§ 2º Os pedidos de revalidação de aprovação do projeto e de alvará de execução serão apreciados com base nesta Lei, desde que não sejam enquadrados nos itens do parágrafo 1º.

**Análise: Há mudança importantíssima de conteúdo do Projeto de Lei, houve consenso específico durante o processo participativo durante o Congresso da Cidade sobre o assunto e não concordamos com a complementação sugerida no § 2º.** Esta complementação fomenta o banco de projetos aprovados que temos hoje na cidade com a possibilidade de renovações sucessivas de sua aprovação e seu alvará de execução. O projeto, quando aprovado, tem validade de 2 anos e quando emitido o alvará de execução, mais 2 anos. O empreendimento deve se consolidar na cidade de acordo com a validade de sua aprovação/alvará. Caso perca esse prazo, o documento (projeto ou alvará) deve ser apreciado pela lei vigente, para que haja a transformação urbanística necessária e almejada por qualquer legislação.

A título de exemplo, a legislação atual permite a revalidação de projeto aprovado por diversas legislações anteriores e atualmente temos casos de empreendimentos aprovados de acordo com os parâmetros da década de 80, totalmente desconectados da realidade atual do município. A modificação apresentada permite a continuidade dessa prática.

#### **Art. 533 - SUGESTÃO NOVA**

Art. 533. Os processos de parcelamento do solo regularmente protocolados e ou aprovados com certidão de diretrizes emitida anteriormente à vigência desta Lei serão



analisados de acordo com a legislação em vigor à época da emissão de diretrizes, desde que observado o seu prazo de validade.

...

§ 2º Os pedidos de revalidação de aprovação do projeto, das certidões de diretrizes e pré-análises e de alvará de execução serão apreciados com base nesta Lei.

**Análise: Há mudança importantíssima de conteúdo do Projeto de Lei, houve consenso específico durante o processo participativo durante o Congresso da Cidade sobre o assunto e não concordamos com a complementação sugerida.** Os projetos aprovados devem se submeter à validade de sua aprovação, sendo que sua revalidação deverá obedecer ao § 2º deste artigo. Assim como no caso do artigo acima, esta complementação, além de criar uma regra oposta ao disposto no § 2º, fomenta o banco de projetos aprovados que temos hoje na cidade, com a possibilidade de renovações sucessivas de sua aprovação e seu alvará de execução.

### 3. Sugestões já encaminhadas anteriormente durante o processo participativo

#### **Art. 249 - SUPRESSÃO DE TERMO - SUGESTÃO JÁ ENCAMINHADA ANTERIORMENTE DURANTE O PROCESSO PARTICIPATIVO**

Art. 249. Divisão de Área Rural é a subdivisão de gleba em glebas no Perímetro Rural, respeitando o módulo rural com área mínima de 20.000m<sup>2</sup> (vinte mil metros quadrados), ~~com frente para via pública oficial~~ e sem a necessidade de doação de área pública, não caracterizando parcelamento do solo para fins urbanos.

Análise: Nunca houve previsão legal da divisão de áreas sem frente para via pública oficial em legislação municipal. A SMNJ já se manifestou contrária a esta situação em processos anteriores, portanto, foi mantido o entendimento atual da PMJ.

**Há mudança de conteúdo do Projeto de Lei e não concordamos com a supressão do termo,** tendo em vista que muda um importante conteúdo do parcelamento do solo em área rural, abrindo uma possibilidade perigosa e que nunca existiu na legislação municipal.

### 4. Casos específicos

#### **Art. 212 - SUPRESSÃO - SUGESTÃO NOVA / ASSUNTO AMPLAMENTE DISCUTIDO DURANTE O PROCESSO PARTICIPATIVO**

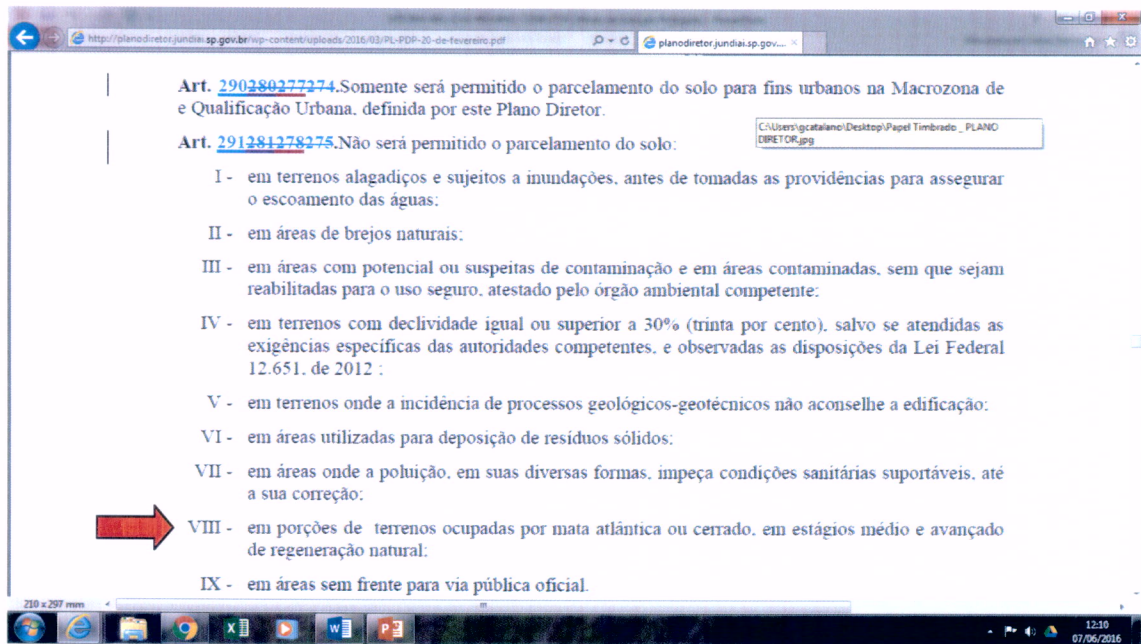
Art. 212. É vedado o parcelamento do solo:

...

*VIII – em porções de terrenos ocupadas por mata atlântica ou cerrado, em estágios médio e avançado de regeneração natural;*

Análise: Esta exclusão não foi questionado anteriormente, apesar da ampla discussão ocorrida acerca dos parcelamentos e das áreas com vegetações.

1. Já constavam as disposições referentes ao assunto nos artigos 290 e 291 no PL 3 – de **20/02/2016** (ver documento no site: <http://planodiretor.jundiai.sp.gov.br/wp-content/uploads/2016/03/PL-PDP-20-de-fevereiro.pdf>)



**Análise: Há mudança de conteúdo do Projeto de Lei e não concordamos com a supressão sugerida**, tendo em vista que ele resguarda os maciços de vegetação, possibilitando que permaneçam contínuos e que não sejam fragmentados.

**Art. 229 - SUBSTITUIÇÃO DE TERMO “poderá” por “deverá” - SUGESTÃO NOVA / ASSUNTO AMPLAMENTE DISCUTIDO DURANTE O PROCESSO PARTICIPATIVO**

Art. 229. As ALUPs deverão atender às seguintes disposições:

...

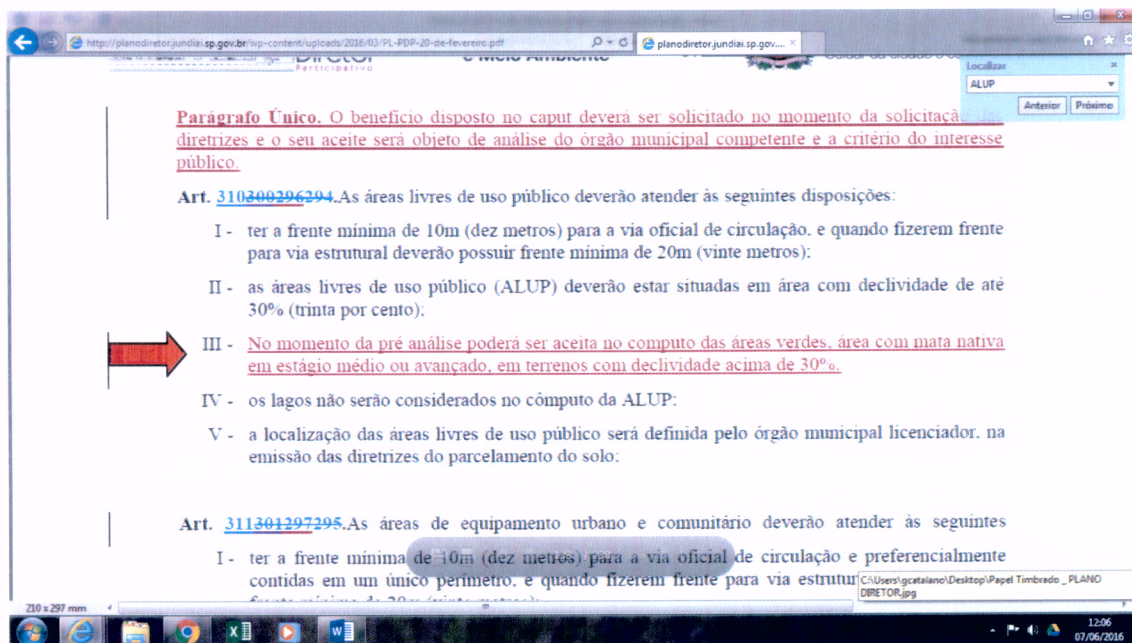
III – ~~poderá~~ deverá ser aceita no cômputo das áreas verdes integrantes das ALUPs, área com mata nativa, em estágio médio ou avançado, em terrenos com declividade acima de 30%, no momento da pré-análise;

Análise: Este artigo foi discutido durante o processo participativo conforme demonstrado abaixo:

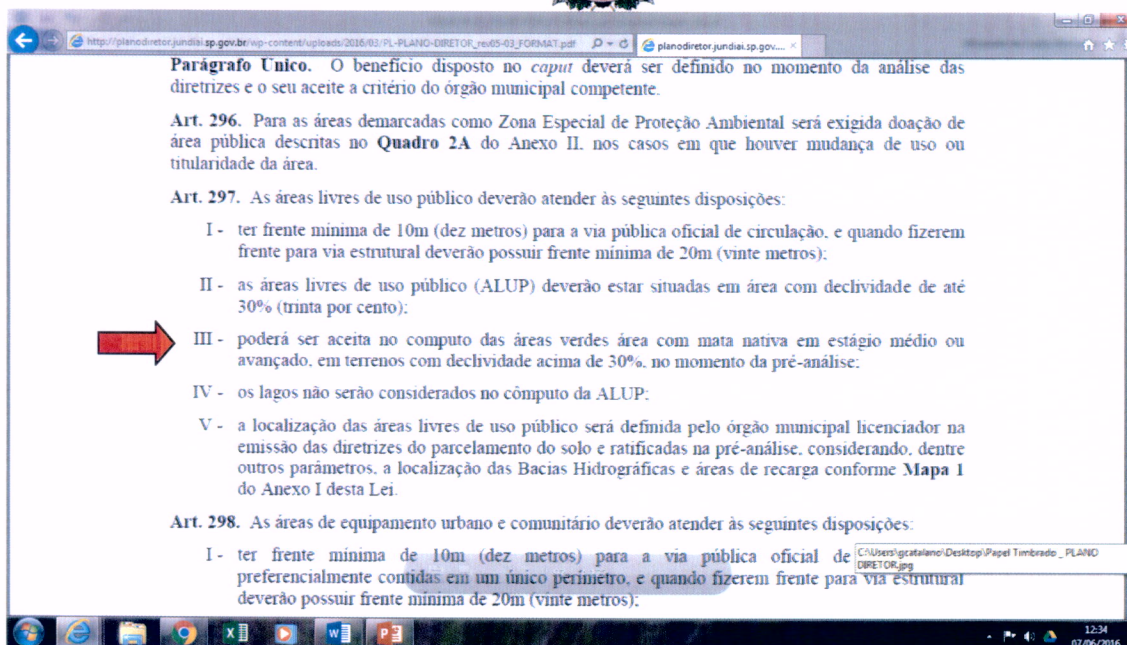




1. Já constavam as disposições referentes ao assunto no artigo 310 no PL 3 – de **20/02/2016** (ver documento no site: <http://planodiretor.jundiai.sp.gov.br/wp-content/uploads/2016/03/PL-PDP-20-de-fevereiro.pdf>), sendo a sugestão do governo grafada em vermelho.



2. Esta proposta de governo foi demonstrada em reunião de delegados, e como não houve objeções, **POR CONSENSO** foi incorporada ao texto como artigo 297 no PL de **05/03/2016** (ver documento no site: [http://planodiretor.jundiai.sp.gov.br/wp-content/uploads/2016/03/PL-PLANO-DIRETOR\\_rev05-03\\_FORMAT.pdf](http://planodiretor.jundiai.sp.gov.br/wp-content/uploads/2016/03/PL-PLANO-DIRETOR_rev05-03_FORMAT.pdf)).



**Análise: Há mudança de conteúdo do Projeto de Lei, houve consenso específico durante o processo participativo sobre o assunto e não concordamos com a substituição sugerida.** O critério técnico, entendimento e consenso neste assunto é que de 25 a 45° de inclinação, o terreno considerado automaticamente APP e então seria parte da área verde obrigatoriamente. Abaixo dessa inclinação, seria admitida a inclusão de áreas íngremes (acima de 30% de inclinação) desde que nas condições descritas na proposta (com mata de estágio médio ou avançado de regeneração).

**Art. 283 - DIVERSAS SUGESTÕES – REDAÇÃO, SUGESTÃO NOVA / ASSUNTO AMPLAMENTE DISCUTIDO DURANTE O PROCESSO PARTICIPATIVO**

Art. 283. Quaisquer iniciativas de uso, ocupação e parcelamento do solo, devem garantir áreas mínimas permeáveis, conforme definido a seguir:

TABELA

§ 1º A área permeável deverá ter largura mínima de 1,00m (um metro) e estar preferencialmente no recuo frontal, podendo ser utilizados sistemas equivalentes de infiltração.

§ 3º Na Zona de Restrição Moderada (área a jusante da área urbanizada) estabelecida pelo Decreto Estadual nº 43.284, de 1998, é exigida a permeabilidade do solo de 50% (cinquenta por cento) do terreno em imóveis com área superior a 2.000m<sup>2</sup> (dois mil metros quadrados), podendo ser utilizados benefícios do Decreto Estadual supracitado e/ou Decreto Estadual 12.526/2007.





Análise: Está correta a observação. A tabela de permeabilidade, em sua penúltima linha, está diferindo do Quadro 2B, o qual deve prevalecer. **A tabela fragmentada do texto deve se adequar ao quadro 2B. Não concordamos com as inclusões sugeridas nos parágrafos 1º e 3º pelos motivos abaixo dispostos:**

O sistema equivalente de infiltração mencionado e os demais benefícios referentes a legislações hierarquicamente superiores já estão definidos nelas, são utilizados atualmente para atendimento da permeabilidade do solo exigida em nível estadual de licenciamento, sem prejuízo da permeabilidade em forma de jardim já exigida pela legislação municipal.

Estes benefícios são válidos para atendimento no que diz respeito ao Estado e são para casos de regiões e dimensões de lotes específicos tratados nestas normas, não podendo ser estendidos aleatoriamente para toda a cidade.

Além de atender à questão da infiltração da água no solo, a área permeável nos lotes – como jardim – exerce papel importante na arborização urbana e na diminuição da temperatura ambiente no meio urbano.

**Art. 284 - DIVERSAS SUGESTÕES - SUGESTÃO NOVA / ASSUNTO AMPLAMENTE DISCUTIDO DURANTE O PROCESSO PARTICIPATIVO**

Art. 284. Os lotes com área menor que 1.000m<sup>2</sup> (mil metros quadrados) já implantados ou em parcelamentos com alvará de execução emitidos até a data de publicação desta Lei, localizados na Zona de Desenvolvimento Periurbano 1, poderão utilizar os parâmetros de taxa de ocupação máxima, recuos mínimos e taxa de permeabilidade do solo definidos para a Zona de Desenvolvimento Periurbano 2, conforme constam do Quadro 2B do Anexo II desta Lei, sendo permitido apenas uma unidade habitacional por lote.

§ 1º Deverão ser previstos os casos derivados dos artigos 224 e 533 deste Projeto de Lei.

§ 2º Os lotes já implantados ou resultantes de parcelamentos do solo já aprovados, usarão sistemas alternativos para atender a permeabilidade.

**Análise: Não concordamos com as inclusões dos parágrafos 1º e 2º sugeridas, pelos motivos abaixo expostos:**

O art. 284, que já é por si só um artigo de exceção, foi criado para compatibilizar a ocupação dos lotes já consolidados ou em iminente estágio de consolidação (loteamento com alvará de execução emitido).



O art. 224 trata dos **novos** parcelamentos do solo a serem implantados na ZDP1, e não será contemplado pela exceção acima, como o próprio texto do art. 284 esclarece.

O art. 533 trata dos **novos** parcelamentos do solo a serem implantados na cidade como um todo, já em algum estágio de aprovação, e não será contemplado pela exceção acima, como o próprio texto do art. 284 esclarece.

As regras de ocupação do lote sempre se dão no momento de sua utilização, e não é um direito garantido da época da aprovação do loteamento, senão, não haveria o porquê de propor regras para a cidade, já que inúmeros loteamentos foram aprovados anteriormente a esta norma.

Quanto à permeabilidade do solo, segue o mesmo raciocínio do disposto para as sugestões do art. 283 acima e, portanto, inclusão não pertinente.

#### **Protocolo nº075357, de 30/05/2016**

#### **PROEMPI**

#### **Protocolo nº075359, de 30/05/2016**

#### **Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB**

#### **(juntamos pela similaridade das questões)**

### **1- RUPTURA COM HISTÓRICO DE DESENVOLVIMENTO URBANO DE JUNDIAÍ;**

De fato, poucas cidades do Brasil possuem um histórico de desenvolvimento urbano como Jundiaí. Podemos afirmar que se não a primeira, Jundiaí foi umas das primeiras cidades brasileiras a propor um Plano Diretor. Discordamos do parecer do Instituto de Arquitetos do Brasil – Núcleo Aglomeração Urbana de Jundiaí, na afirmação de que o Plano Diretor Participativo elaborado pela Prefeitura de Jundiaí rompe com esse histórico. O mesmo instituto apresenta essa contradição quando comparamos as manifestações de 10/05/2016 e de 06/03/2014:

Jundiaí possui uma forte tradição e um longo histórico de planejamento urbano, desde 1969, a cidade elabora periodicamente seu planejamento, traçando objetivos e metas para desenvolvimento sustentável da cidade. Com essa longa tradição sobre pensar a cidade para o futuro direcionando seu crescimento no presente, Jundiaí alcançou níveis de desenvolvimento econômico, social e ambiental muito superior à média brasileira. Nas últimas décadas o município alcançou indicadores notáveis em muitos setores como mortalidade infantil, educação, taxa de analfabetismo, saneamento básico e PIB per capita. Entendemos que os indicadores positivos são frutos de um histórico de boas gestões e sucesso do planejamento adotado por diversas administrações.

Por outro lado, sofremos problemas típicos das cidades brasileiras: saturação da infraestrutura viária e de transportes, dificultando a mobilidade, aumento da violência, déficit habitacional, poluição, ocupações irregulares, falta de espaços públicos que promovam uma maior convivência entre os munícipes, enfim, a cidade cresce num ritmo acelerado e o planejamento não acompanha seu dinamismo.





O Plano Diretor Participativo rompe com alguns dos mecanismos de regulação da gestão urbana estabelecido desde 1969 e, parcialmente, ainda em prática. Eles produziram impactos negativos e não estão sendo suficientes para promover o controle do uso e ocupação do solo e o planejamento urbano de forma sustentável, como exemplifica o Instituto, além de serem ultrapassados urbanisticamente.

A seguir tratamos sinteticamente de alguns dos problemas de planejamento que preocupam o IAB, os quais pretendemos enfrentar através da revisão da Lei, dignificando histórico de desenvolvimento e crescimento do município:

### **1.1 – Desenvolvimento Econômico, Social e Sustentável**

Ao longo dos últimos anos, mais precisamente, nas revisões a partir de 2004, a legislação de Jundiaí, principalmente o Macrozoneamento, demonstra claros sinais de distanciamento da legislação que criou a **APA - Área de Proteção Ambiental – Jundiaí**.

A APA, Unidade de Conservação prevista no **SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação**, foi criada justamente para a proteção de territórios ambientalmente frágeis e promover a ocupação sustentável do território. Jundiaí foi classificada nessa categoria de Unidade de Conservação justamente em função de seus diversos atributos ambientais previstos em seu território, como importantes bacias de mananciais de abastecimento d'água locais e regionais e a própria Serra do Japi.

O citado distanciamento das legislações se dá principalmente no respeito às **Zonas de Conservação Hídrica**, classificadas pela legislação estadual visando à proteção em nosso território, das bacias dos rios Capivari, Jundiaí-Mirim e Caxambú.

O Macrozoneamento estabelecido pelo Plano Diretor vigente desrespeita o estabelecido pela APA Estadual. Parte significativa da bacia do Jundiaí-Mirim (toda a parede sul da bacia, que compreende parte do bairro Caxambu e região do Ivoturucaia), toda a bacia do Ribeirão Caxambú situada em nosso Município e grande parcela da bacia do Rio Capivari (região do Currupira e bairro dos Fernandes) foram transformadas em áreas urbanas nas últimas alterações, sem que tivéssemos encontrado justificativa técnica alguma para essa significativa ampliação do perímetro urbano sobre áreas de proteção aos principais mananciais de abastecimento de nosso Município e região.

Vale ressaltar que quando a área é transformada em urbana, passa-se a permitir o uso urbano e seu respectivo adensamento, como loteamentos, condomínios e usos de comércio, serviços e industriais inerentes a zonas urbanas consolidadas, causando inevitáveis impactos diretamente nesses corpos d'água. Também a significativa

reserva de áreas de mata atlântica presentes nessas porções do território fica passível de remoção, quando vinculadas a projetos de urbanização.

O Plano Diretor Participativo de Jundiaí, recém elaborado e em avaliação pela Câmara Municipal, considera fundamental uma aproximação da legislação municipal à legislação que considera o território de Jundiaí **APA – Área de Proteção Ambiental** todo o seu território, principalmente no que se refere às áreas abrangidas pela Zona de Conservação Hídrica por aquela legislação estadual. Considera também que a melhor maneira de proteger essas áreas e seus remanescentes de vegetação é mantendo as zonas de recarga hídrica desocupadas transformando-a em zona rural, indo ao encontro de suas vocações, proporcionando e incentivando o uso de baixo impacto, como o de produção agrícola e o turismo a fim de proporcionar ganhos para todo o município. Essa iniciativa corrobora com a manifestação do IAB e resgata o histórico da cidade em seu aspecto mais positivo, de uma cidade que garante qualidade de vida por meio de um desenvolvimento econômico e social diversificado e sustentável:

Temos a Serra do Japi, símbolo da cidade, um dos melhores Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) dos municípios do mesmo porte, localização privilegiada, um importante polo industrial e logístico e ao mesmo tempo conservamos características rurais da “Terra da Uva”, com uma diversificada produção agropecuária.

Devemos destacar que o rápido crescimento das cidades contribui para o aumento da emissão de gases que promovem o efeito estufa, um dos problemas ambientais mais comuns e que devem ser enfrentados. A agricultura pode ser uma das soluções, pois contribui de diversas maneiras: segurança alimentar e fonte de abastecimento, preservação de áreas verdes nas cidades, melhora do microclima, estímulo à reutilização produtiva dos resíduos orgânicos, entre outros. Todos esses fatores potencializam ainda mais a melhoria do IDH, buscando tornar Jundiaí uma cidade cada vez mais sustentável.

Observamos também certo equívoco com o termo empregado “ruralização”. O Plano Diretor Participativo diagnosticou que a maior parte do território do município apresenta hoje atividades rurais ou adequadas às necessidades de preservação sobre as áreas ambientalmente mais frágeis. Tal fato justifica a delimitação do macrozoneamento de acordo com o Decreto Estadual da APA, preservando as Bacias Hidrográficas responsáveis pela produção hídrica ao mesmo tempo em que promove a real vocação do território, assegurando também um desenvolvimento sustentável que evita danosa conurbação.



### Questão da água – Ruralização

Há algum tempo a cidade vem assistindo suas áreas de mananciais serem ameaçadas por ocupações incompatíveis com a fragilidade ambiental daquele território.

A questão da água é de fato um dos principais desafios estratégicos e ambientais que se impõe sobre nossa cidade. Escolhas que fazemos hoje determinarão a oferta de água em poucos anos.

A atual proposta tenta resolver esta equação ruralizando todo o território das bacias e propõe o pagamento por serviços ambientais que seriam financiados pelo FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL. Os recursos do Fundo serão obtidos a partir de verbas do FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL (20%), da municipalização do ITR (100%), ICMS ecológico (50%) e compensações previstas no EIV.

Sabemos que a produção rural apresenta grande dificuldade para sua viabilização econômica em nossa região, portanto a manutenção das áreas de mananciais fica muito dependente dos recursos do Fundo. Uma vez que os recursos deste fundo estão diretamente relacionados à oneração de atividades da construção civil, a questão que colocamos é: **Há equilíbrio entre as receitas previstas e a alocação de recursos desejáveis à manutenção das atividades rurais nestas áreas?**

Os delegados do processo participativo e os estudos que compõem o Plano Diretor compreendem a necessidade de intensificar ainda mais as atividades rurais e atividades afins e compatíveis com as áreas ambientalmente frágeis, hoje fortemente ameaçadas pela urbanização e parcelamentos irregulares do solo. Por isso propõe diversos mecanismos de fomento e financiamento, como a destinação de importante rubrica do Fundo Municipal de Desenvolvimento Territorial (20%) como também prevê planos e programas de Gestão Ambiental e de Desenvolvimento Rural.

#### 1.2 - Proteção aos bairros residenciais tradicionais de Jundiaí:

A combinação entre a classificação do sistema viário que faz frente ao lote ou gleba e o zoneamento no qual o imóvel está inserido vem permitindo atividades que, pela sua natureza ou porte, são incompatíveis muitas vezes com a ocupação do território em seu entorno imediato. Ou seja, os mecanismos de regulação do uso e ocupação do solo estabelecidos precisam ser aprimorados.

Na última década, principalmente, vem sendo comum o surgimento de prédios localizados em meio a bairros tradicionalmente ocupados predominantemente por residências unifamiliares, gerando diversos impactos negativos a esses bairros, na forma de incômodos diversos aos moradores. Há em vários bairros tradicionais de Jundiaí, conhecidos pela qualidade de sua urbanização, um processo de descaracterização de sua estrutura, com clara perda de qualidade, causado principalmente pela sobrecarga nas infraestruturas presentes.

Além do processo de verticalização sem critérios claros, também atividades comerciais, de serviços e industriais vêm sendo permitidas nesses bairros, mas muitas das vezes com características incompatíveis com o bairro a serem instaladas. Por outro lado, atividades de baixo impacto, de pequeno porte, como comércios e serviços locais, que são fundamentais estarem presentes próximos às residências, muitas vezes não são permitidos, forçando o seu funcionamento na clandestinidade. Como

exemplo, a legislação atual não regula o porte das edificações que serão utilizadas para o uso não residencial, passando a permitir atividades em que o porte é incompatível com o local a ser implantado, causando impactos diversos e corroendo a qualidade desses tradicionais bairros.

Isso se deve às diversas mudanças pontuais de zoneamentos nesses bairros, muitas vezes passando de zonas de uso residencial de baixa densidade para médias densidades ou zonas residenciais de usos mistos e alterações na classificação das vias situadas no interior dos bairros, muitas vezes vias com características de vias locais (de acesso aos lotes), para vias coletoras (vias principais dos bairros, normalmente de escoamento do trânsito do bairro) ou até mesmo para vias arteriais (avenidas).

É comum encontrarmos na planta de zoneamento vigente, vias com características de vias locais classificadas como vias coletoras e assim sucessivamente.

A simples alteração da classificação da via, por exemplo, de Via Local para Via Coletora, passa a permitir naquela via que se instale um edifício ou atividade não residencial incômoda. Ou seja, a simples alteração da classificação da via, representa uma alteração pontual no zoneamento.

Na grande maioria das alterações de classificação viária ou de zoneamento, não encontramos dados técnicos que justificassem essas alterações.

Por esses motivos que relatamos de forma sintética acima, consideramos fundamental a reavaliação da classificação de todas as vias de nosso Município, e sua nova classificação, agora não mais de acordo com sua função dentro do sistema de circulação de veículos no Município, mas de acordo com sua função urbanística, considerando sua importância na dinâmica do bairro e da cidade, assim como estabelecer um novo zoneamento, menos recortado (com a conhecida e ultrapassada característica de “colcha de retalhos”), e que reconheça e respeite as características dos usos e ocupações de solo existentes, como a conhecida qualidade de muitos dos bairros tradicionais de nosso Município para moradia, mas também permitam uma coexistência saudável entre gama de usos não residenciais necessárias ao dia a dia das pessoas e suas residências.

Conforme já descrito acima, resta claro que a elaboração da nova legislação partiu tendo como referência não apenas a legislação municipal produzida até então (o Macrozoneamento é um exemplo), assim como a legislação estadual vigente que tornou o território de nosso Município como Área de Proteção Ambiental. Até mesmo o zoneamento atual, de alguma forma, serviu de base para a nova proposta. É claro identificarmos semelhanças entre as vigentes Zonas Residenciais com a nova Zona de





Qualificação de Bairros, ou a atual Zona Industrial com a Zona Industrial e de Desenvolvimento Regional, como exemplos.

Em primeiro, foi premissa na elaboração do novo Plano incorporar sempre que possível, a legislação urbanística complementar em vigência. Além de várias vantagens claras e desnecessárias de esclarecimentos, essa junção da legislação deve facilitar a aplicação pelos munícipes e técnicos da prefeitura.

Como exemplo, citamos a própria lei vigente do Plano Diretor (Lei nº 7857/2.012) que praticamente não é consultada, por ser uma Lei generalista e não conter entre outras, a Lei que define o zoneamento, estabelecido pela Lei nº 7.858/2012 (Reformula o zoneamento urbano e os critérios de uso e ocupação do solo), essa sim a mais consultada, pois é de fato quem estabelece as normas e parâmetros de uso e ocupação do solo. E que infelizmente, está discordância com a Lei do Plano Diretor em vários aspectos e traz mecanismo de regulação do território, como já citamos, antiquado e ineficiente.

Sobre a incorporação da Lei nº 358/2.002, de Regularização Fundiária de Interesse Específico, foram feitas alterações necessárias que foram identificadas através de sua aplicação ao longo dos anos. E essa experiência demonstrou que o Município perdeu muito com a aplicação equivocada de seus parâmetros principalmente de compensação e ressarcimento ao Município, das áreas públicas que deixaram de ser transferidas no processo de parcelamento irregular ou ilegal do solo. Ao longo de sua existência, grande parte das áreas públicas retornadas ao Município, foram direcionadas a aquisição de áreas verdes inseridas no território de gestão da Serra do Japi, quando sempre que possível deveriam se situar próximas aos loteamentos irregulares que a geraram, justamente para atender aos moradores do mesmo, ou promover a recuperação ambiental de áreas situadas em bacias hidrográficas, próximas aos parcelamentos, entre outras questões.

Embora seja disciplina complexa no âmbito do planejamento urbano, assunto bastante específico, não é necessário ser especialista no assunto e basta uma atenta leitura ao capítulo sobre a Regularização Fundiária de Interesse Específico contida no novo Plano, para verificar que o Capítulo traz sim avanços em relação a atual Lei nº 358/2002. Principalmente sobre a compensação ao Município das áreas públicas não doadas pelos loteamentos irregulares e sobre a diferenciação das regras e parâmetros de compensação nas diferentes áreas do território Municipal, mas especificamente entre as zonas rural, urbana e território de gestão da Serra do Japi, diferentemente do que afirma o Instituto de Arquitetos do Brasil.



Em resposta a essa questão, o novo Plano cria a figura das ZERFIES – Zonas Especiais de Regularização Fundiária de Interesse Específico e as classifica como ZERFIES 1, 2 E 3, de acordo com as seguintes características:

**I - ZERFIE 1:** com parâmetros mais flexíveis por localizar-se em áreas urbanas lindeiras a Macrozona de Estruturação e Qualificação Urbana;

**II - ZERFIE 2:** caracterizadas por parâmetros mais restritivos em razão da sua localização lindeira a áreas rurais e de mananciais, na Macrozona de Proteção Ambiental, Hídrica e Desenvolvimento Rural;

**III - ZERFIE 3:** localizadas em áreas ambientalmente mais frágeis, lindeiras à Macrozona de Proteção da Serra do Japi e Serra dos Cristais, possuindo parâmetros mais restritivos que as demais.

A intenção do Plano nesse sentido é que dado o fato de existir um parcelamento do solo no território de estágio da Serra do Japi ou nas áreas rurais de proteção aos mananciais, que as compensações ambientais e compensações diversas determinadas pelo Poder Público possam ser feitas e direcionadas com parâmetros mais restritivos e no próprio local ou proximidades do local do parcelamento do solo.

Avanços também estão claros nos procedimentos de licenciamento dos parcelamentos, com a participação de corpo técnico específico para o licenciamento ambiental desses, assim como a obrigatoriedade de manifestação do Conselho Municipal de Meio Ambiente – COMDEMA.

É importante ressaltar que o projeto de lei da revisão do Plano Diretor Participativo de Jundiaí promoverá uma fiscalização intensa, de forma a evitar ocupações irregulares, bem como danos ambientais nas áreas ambientalmente frágeis, conforme pode ser verificado nos objetivos das Zonas em seus Artigos:

*Art. 13. Os objetivos da Macrozona de Proteção Ambiental, Hídrica e de Desenvolvimento Rural são:*

*VIII - promoção de fiscalização intensiva com a finalidade de evitar usos incompatíveis, desmatamento, assoreamento de cursos d'água, deposição de resíduos sólidos e efluentes líquidos, despejo de agrotóxicos e demais atividades causadoras de degradação ambiental;*

*Art. 37. Os objetivos específicos da Zona de Proteção e Recuperação Ambiental das Bacias dos Rios Jundiaí-Mirim e Capivari e Ribeirão Cachoeira/Caxambu são:*

*I - fiscalização e controle para contenção da ocupação urbana irregular;*

*X - controle ambiental sobre as áreas de mineração ativa e recuperação ambiental das áreas de mineração desativadas;*



*Art. 39. Os objetivos específicos da Zona de Produção Agrícola e Desenvolvimento do Turismo Rural e Cultural são:*

*VI - compatibilização dos usos com as condicionantes geológico-geotécnicas e de relevo dos terrenos e com o Decreto Estadual nº 43.284, de 1998;*

E também reafirma a importância da fiscalização na implantação do Sistema Municipal de Planejamento e Gestão:

*Art. 496. O Município implantará o Sistema Municipal de Planejamento e Gestão com os seguintes objetivos:*

*IX - promover o controle ambiental mediante fiscalização a ser exercida pelos agentes competentes, conforme legislação específica, em casos de danos causados à flora e fauna, controle de queimadas e demais crimes ambientais;*

É fácil concluir a complexidade do tema em referência, é inegável a intenção do Projeto de Lei do Plano Diretor Participativo de Jundiaí em garantir uma atuação integrada e apropriada, se considerado o princípio da Eficiência Administrativa.

Desta forma, ao contrário do que é dito no parecer do IAB, houve sim, uma melhoria na legislação vigente, de forma que ocorra a regularização fundiária, mas que seja qualitativa para o município e isso só foi possível pela experiência e pelas dificuldades encontradas pelos técnicos que aprovam esses processos no seu dia-a-dia. Uma leitura mais aprofundada do texto certamente iria permitir o seu entendimento de forma mais apropriada.

## **2. Habitação**

A habitação e as condições adequadas de infraestrutura, mobilidade urbana, equipamentos públicos, empregos, etc., devem atender qualitativamente as pessoas que aqui habitam, com menor desigualdade e desequilíbrios sócio-espaciais. A lógica da promoção da atração pela habitação deve ser vista com cautela, pois corremos o risco de ter em Jundiaí “núcleos dormitórios”, que atraem moradores, mas não moradores que usufruam da cidade,.

A possibilidade de usos não residenciais familiares nos miolos de bairro, com usos de apoio à residência nas Vias de Circulação e conseqüentemente nas vias subsequentes usos mais incômodos e de maior porte, mas com menos impacto no uso residencial, contribuem para uma cidade mais dinâmica e com qualidade para se viver.

A habitação não está descartada nos miolos de bairro, situados na Zona de Qualificação de Bairros, que representa a maior parte da mancha urbana da cidade, mas restringe a prédios de até quatro pavimentos, que possibilitam outra relação com o espaço urbano e de vivência de cidade. A verticalização mais alta poderá ocorrer em outras áreas onde já existem infraestrutura urbana instalada, de forma controlada e **sem comprometer a paisagem ou as edificações mais baixas dos bairros.**

A entidade questiona a utilização da outorga onerosa proposta no Plano, mas este é um dos instrumentos criados no Estatuto da Cidade (2001), que visam promover a



distribuição da valorização da terra ocorrida ou a ocorrer em função do investimento em infraestrutura urbana pelo poder público no local do empreendimento e permite o reinvestimento desse recurso para outras áreas ou para outras demandas necessárias e carentes de investimento público, como por exemplo, a destinação de um percentual para Habitação de Interesse Social, seja na aquisição de terrenos, provisão de unidades ou na regularização fundiária.

Ao utilizar o coeficiente de aproveitamento básico de 1 (uma) vez a área do terreno em todo o território, a prefeitura garante a infraestrutura de forma equânime para todos os cidadãos. Nas áreas onde haverá maior densidade permitida ou induzida com a utilização de um coeficiente de aproveitamento acima desse índice, e que conseqüentemente vai gerar uma sobrecarga na infraestrutura, será cobrado o pagamento da outorga para arcar com este custo. Mas na maior parte dos lotes que utilizam baixos índices de construção e que não ultrapassem esse valor não haverá a cobrança da outorga onerosa.

Ressaltamos ainda que os instrumentos urbanísticos citados, no qual a entidade diz que “taxa as atividades com outorga e contrapartidas” foram também apresentadas na forma de propostas e resultados de consenso na mesa de Negociação 3-4 no dia 23/02 no quesito da outorga e na mesa de negociação 5 no dia 24/02 com relação ao EIV.

A demarcação de áreas vazias como ----ZEIS-2----- tem a finalidade de prover habitação de baixa renda em áreas com infraestrutura instalada, e conseqüentemente, sem necessidade do poder público levar para essas regiões por um preço altíssimo equipamentos e infraestrutura mínima, otimizando assim o aproveitamento dos espaços vazios existentes. A demarcação de áreas vazias em locais mais periféricos ocorreu unicamente para atender o déficit habitacional existente nessas regiões, onde já existe uma urbanização de baixa renda consolidada.

Num primeiro momento todas as ZEIS-2 demarcadas seriam para atender a demanda da Faixa 1 da FUMAS, de 1 a 3 salários mínimos, no entanto para viabilizar economicamente o empreendimento para essa camada da população, o próprio IAB sugeriu que fosse feito um “mix” de padrões e usos em ZEIS II com possibilidade de parceria entre HIS e HMP, sendo 50% para cada padrão e foi aceita pela entidade no Congresso da Cidade em 21/03/2016 a contraproposta de governo: Em ZEIS 2 com áreas acima de dez mil metros quadrados o empreendedor poderá utilizar até 30% do terreno para fazer outro tipo de empreendimento, utilizando os parâmetros da Zona Urbana em que a área está inserida, desde que se execute nos outros 70% a HIS e que os empreendimentos não sejam segregados. Para isso as diretrizes do empreendimento serão discutidas com FUMAS e SMPMA. Desta forma, o conflito foi retirado e a falta de viabilidade para o setor privado investir em tais projetos, defendidas no presente parecer, já não existem mais após o aceite da contraproposta.

### 3. Mobilidade

O Plano Diretor tem como premissa o desenvolvimento de uma cidade sustentável e inteligente, e para isso adota o conceito de cidade compacta para sua concepção. Segundo o Planeta Sustentável, as Cidades compactas seguem um modelo consensualizado entre as grandes metrópoles mundiais, que busca “moradia, trabalho



e lazer – tudo no mesmo lugar. Esse conceito de cidade compacta - que reúne infraestrutura, logística, eficiência energética e tem, como pressuposto, menos emissões de GEEs - Gases de Efeito Estufa e a melhoria da qualidade de vida dos habitantes - \*\*\*\*\*é a 'bola da vez' nos discursos dos modernos gestores municipais". Partindo desse princípio, o Plano pretende reduzir a distância entre emprego e moradia possibilitada por usos diversificados não residenciais com usos residenciais, que contribuem na questão de mobilidade e de promoção de qualidade de vida.. A ideia é que todo morador encontre os equipamentos básicos da vida urbana a uma distância "caminhável" de casa". A mobilidade é uma das áreas analisada para considerar uma cidade inteligente, além de outras áreas como: urbanismo, meio ambiente, energia, tecnologia e inovação, educação, saúde, segurança, empreendedorismo, economia e governança. Sendo também, o caminho almejado para a cidade de Jundiaí, antenada com o cenário internacional e que busca em primeiro lugar uma melhor cidade para se viver.

#### 4. Futuro do planejamento

As contradições entre os dois pareceres sintetizam-se na posição da entidade ao defender a revisão da lei de uso e ocupação do solo amparada por um processo amplamente participativo e com refinadas referências técnicas.

Sabemos da capacidade de atuação dos técnicos, que se posicionam mesmo com dificuldades, porém com o porte de cidade que temos e todos os índices e consequências advindos de seu crescimento, um planejamento democrático se faz necessário, como já previsto no próprio Plano Diretor atual (Lei nº 7.857/2012) – "**Parágrafo único** - O Sistema de Planejamento e Gestão, conduzido pelo setor público, deverá garantir a necessária transparência e a participação dos cidadãos e de entidades representativas".

Entendemos também que seria tão importante quanto a revisão do plano diretor, reanalisar a lei de uso e ocupação do solo para melhor estudar as áreas de conservação e seus usos, entre outros.  
Porém, necessitamos de um instrumento que seja, antes de qualquer coisa, independente das alternâncias de poder, almejando um planejamento urbano efetivo.  
Assim, colocamos como sendo de suma importância uma integração da Administração Pública, ou seja, que as informações entre as secretarias sejam de fato compartilhadas, reconhecendo a interdependência entre elas.  
Com uma base técnica de dados georreferenciada para uso de todas as secretarias e sua atualização por meio do sistema SIG (Sistema de Informação Geográfica), como ferramenta de gestão, teremos condições reais de conhecimento para iniciarmos um trabalho de estudo importante e necessário que inclua informações e análises cruzadas de todos os setores que envolvem o planejamento urbano, reconhecendo sua multi e interdisciplinaridade.

Além dos diversos estudos e diagnósticos que serviram de base para a reflexão de todos os participantes do processo participativo, o Plano Diretor prevê a implantação



do banco de dados e a melhoria da gestão administrativa através do Sistema de Planejamento e Gestão do Desenvolvimento Territorial (SMPGDT) a fim de ampliar ainda mais as tomadas de decisão com a participação popular de forma sistemática, transparente e com o apoio técnico dos funcionários de cargo efetivo da prefeitura, possibilitando a continuidade das políticas de desenvolvimento urbano necessárias, bem como permite a definição das prioridades pela população.

Um banco de dados georreferenciados proporcionarão uma melhor tomada de decisão e de modo transversal entre as secretarias envolvidas, independente de mudanças de governo e de acordo com os indicativos dos fóruns de participação popular previstos. Tal integração possibilita decisões plurais, sob diversos pontos de vista, como também mais inteligentes e eficientes, podendo reduzir os custos das políticas públicas – ao contrário do que defende a entidade.

A proposta do CEU apresentada pelo IAB em 06/03/2014 e reapresentada em outros momentos e até por outras entidades, foi analisada pelo Poder Público e foi feita uma contraproposta para a criação do “Núcleo de Planejamento e Desenvolvimento de Projetos Especiais” que foi aprovada em plenária no dia 02/02/2016.

O formato de gestão democrática promovido pelo Sistema de Planejamento e Gestão do Desenvolvimento Territorial– SMPGDT, por ser participativa, também irá contribuir para uma decisão mais qualitativa, independente de questões políticas e de forma contínua.

Portanto, diante de todo quadro apresentado as colocações feitas pelo IAB são questionáveis, seja pela contradição que a entidade apresenta nos seus pareceres, seja pelo não conhecimento em profundidade da Lei proposta e devidamente justificado no presente documento. Ou até pelas tendências do desenvolvimento sustentável das cidades, como cidade compacta e inteligente, muito diferentes das práticas expansionistas que só favorecem o esgotamento dos recursos naturais.

### **Protocolo nº075361, de 30/05/2016** **Moradores Rua França e Rua Visconde de Mauá**

Existe um equívoco com relação a esta contestação no Projeto de Lei.

Anteriormente à Audiência Pública a Sra. Maria dos anjos Martins Alves esteve em visita na Sala do Plano Diretor para esclarecimento e recebeu as seguintes informações:

A região tratada não será tombada pelo Plano Diretor.

A região tratada foi demarcada como ZEIHC 2 - Zona Especial de Interesse Histórico e Cultural e está regulada pelos artigos 77 e 78.

O principal objetivo desta demarcação é a incidência de instrumento de política urbana como a transferência de potencial construtivo (artigos 124, 125 e 126), que concede bônus financeiro para a preservação do imóvel de interesse histórico.

Cada ZEIHC 2 deverá ser regulamentada por lei específica e será objeto de estudos [posteriores](#).





**Protocolo nº - não juntado aos autos, sem protocolo  
FORCIS – Parecer de Consultoria Privada**

**Parecer sobre o estudo elaborado pela consultora “Tendências”, apresentado a  
Câmara Municipal pelo FORCIS.**

A análise assinada por seis economistas da consultoria Tendências, deve ser considerada como um apoio solicitado por grupos empresariais locais reunidos no Fórum Regional de Comércio, Indústria e Serviços. A diferença entre o tamanho reduzido do grupo e as milhares de participações de jundienses ao longo de dois anos e quatro meses do Plano Diretor Participativo não desmerece as contribuições, mas outros fatores devem ser considerados.

1) O trabalho foi encomendado em dezembro de 2015, diante da primeira versão do anteprojeto de lei que foi discutido entre janeiro e fevereiro de 2016 por 102 delegados de segmentos como moradores, empresários urbanos e rurais, entidades profissionais e de pesquisa, organizações não-governamentais e técnicos do setor público (contando inclusive com representantes de entidades que formam o próprio fórum). Após o início do trabalho pela consultoria contratada, houve intensa rodada de reuniões de consenso, reuniões de diálogo de conflitos e finalmente no Congresso da Cidade, em março, que resultou em grande modificação no conteúdo do anteprojeto analisado pela consultoria.

2) A introdução do trabalho alerta que o mesmo foi realizado sem verificação independente de dados apresentados pelos contratantes do parecer, o que ao lado da questão exposta acima (de uso de uma versão ainda preliminar do próprio Plano Diretor) significa que se deve relativizar as conclusões elaboradas.

3) O foco integralmente na formação setorial de economistas exclui a diversidade de olhares que marcou de maneira inédita a preparação do Plano Diretor Participativo ao longo de dois anos e quatro meses, com seus doze Objetivos Estratégicos definidos a partir de mais de 10 mil participantes da consulta em 2014 e 2015 e de outras centenas em 2015, incluindo 80 técnicos dos serviços municipais e pelo menos 60 representantes dos diversos segmentos da sociedade civil nas discussões de 2015 e 2016, em um processo multissetorial com múltiplos estudos temáticos.

**Pontos principais**

A análise encomendada sobre a proposta ainda bruta do Plano Diretor Participativo, em dezembro, coloca o risco de “perda de competitividade da cidade” adotada no discurso contrário ao projeto para criticar exatamente a defesa das condições que colocaram Jundiá como uma das cidades mais desenvolvidas do país. Vejamos:



\* O parecer aponta como ênfase da proposta o desenvolvimento agrícola, usando o argumento de que representa menos de 1% do PIB e dos empregos do município. É um equívoco. A ênfase da proposta é o equilíbrio necessário entre as diversas vocações e potencialidades que Jundiaí apresenta, como polo industrial e de logística em função de sua localização na malha rodoviária estadual mas também como polo turístico em função de seus atributos ambientais como a Serra do Japi, sua zona rural produtora de frutas e vinhos, sua grande oferta de serviços, entre outros diversos atributos e fontes de recursos, que contribuem com que nossa cidade por exemplo seja menos atingida do que a maioria dos Municípios da Aglomeração Urbana de Jundiaí em momentos de crise na economia como o que vivemos atualmente. O reordenamento da ocupação urbana preconizado pelo Plano Diretor Participativo, que indica adensamento urbano em áreas mais providas de infraestrutura urbana, como os eixos de avenidas, ao mesmo tempo que estanca a expansão do perímetro urbano sobre as áreas rurais e de proteção aos mananciais, assim como de proteção ambiental como o entorno da Serra do Japi, procura conservar áreas ambientalmente frágeis e não comprometer o desenvolvimento do Município com futuras crises de abastecimento de água e de alimentos. Para isso, considera fundamental a diversidade de fontes de renda e recursos e prevê o estímulo a usos como a agricultura, o turismo e a prestação de serviços ambientais.

\* O parecer aponta como risco de encarecimento de imóveis a concentração da verticalização ao longo das principais avenidas. Trata-se de um equívoco, resultado de leitura rasa sobre versão preliminar do anteprojeto. A proposta inicial foi flexibilizada nos trabalhos de consenso, conflitos e votação entre janeiro e março com a inclusão da possibilidade de verticalização em vias estruturais e patamares intermediários de verticalização entre os corredores centrais e as vias locais de acesso aos lotes, sem perder a concepção geral de reorganização, que visa conter a verticalização sem critérios que marca a atual legislação urbanística municipal e que é apontado como um dos grandes responsáveis pela acelerada perda de qualidade de muitos dos bairros tradicionais de nossa cidade, notadamente na última década.

\* O parecer aponta a redução do potencial construtivo na região do Bairro do Medeiros, como responsável por aumentar o movimento pendular entre aquela região e o centro da cidade, provocando assim o congestionamento das rodovias. A região Central de Jundiaí continua sendo o grande polo de atração de viagens provenientes de todas as regiões da cidade. O adensamento daquela região, como vem sendo incentivado há anos pela legislação municipal, ao contrário do que aponta o estudo da consultoria, é responsável pelo congestionamento que ocorre diariamente na rodovia D.Gabriel, em horários de pico. Resta claro que o Município não oferece alternativa em termos de infraestrutura urbana àquela região, para absorver tal adensamento. Porém





novamente é importante ressaltar que a verticalização naquela região é restrita apenas no miolo do bairro do Medeiros, onde ainda predomina a ocupação residencial unifamiliar, tradicionalmente por chácaras de recreio e em processo de urbanização mais recente, por condomínios de casas. E que ao longo das principais avenidas, como as Avenidas Reinaldo Porcari, Francisco Nobre e Juvenal Arantes, essas sim em processo de verticalização, essa ocupação continua sendo permitida.

\* O parecer aponta limitações para novos galpões industriais e logísticos. É um equívoco. A área disponível para essa atividade no município passou de 8% para 9% no novo plano, mas de forma mais organizada dentro do território, e potencializando a ocupação por essa tipologia ao longo dos eixos rodoviários principais e secundários. Também, entre os fatores voltados para a preservação do desenvolvimento local algumas medidas recentes como a Incubadora Tecnológica, o Desenvolvimento Jundiaí e o Emprega Mais.

\* O parecer aponta como desnecessárias novas preocupações ambientais em Jundiaí, citando a lei estadual que torna o município inteiro uma Área de Proteção Ambiental (APA). Porém, todos os estudos urbanísticos elaborados para subsidiar a elaboração do novo Plano, apontam para um progressivo distanciamento da legislação municipal da Estadual (APA Jundiaí) em suas últimas revisões, principalmente com a área urbana se expandindo em direção às Zonas de Conservação Hídrica, classificadas pela Lei da APA. Estudo elaborado pela Secretaria de Planejamento e Meio Ambiente recentemente, de comparação entre os Planos Diretores de 2004 e 2012, aponta uma ampliação do perímetro urbano de aproximadamente 8% nesse período. Isso representa o avanço do perímetro urbano sobre áreas rurais e de proteção aos mananciais de aproximadamente 35 milhões de metros quadrados em apenas 8 (oito) anos, sem que tenhamos encontrado justificativa técnica para tamanha ampliação.

O Plano Diretor Participativo elaborado propõe justamente uma recuperação de parte dessa transformação de áreas rurais e de proteção ambiental, tendo justamente como referência a configuração do Macrozoneamento contido na legislação da APA Estadual.

\* O parecer não cita pesquisas sobre o patamar de 450 mil visitantes anuais que passam pelo município de Jundiaí, dinamizando a cadeia produtiva do setor de turismo e associados.

\* O parecer, vinculado à escola convencional, não cita externalidades econômicas. É um equívoco. Mesmo não mensuráveis, devem ser consideradas estimativas genéricas de valor para a proteção e circulação da biodiversidade na área rural, a produção de água garantida pela permeabilidade prevista ou o valor agregado de imagens institucionais e coletivas como a Serra do Japi, a Terra da Uva ou a história de 360 anos da cidade.



\* O parecer aponta riscos de “elitização” e de “expulsão de moradores” com o novo plano. É um equívoco. Esses fenômenos estão ocorrendo há vários anos e pelo menos 10% da população local vive em condições precárias. O novo Plano cria mecanismos para estimular o uso de 12 mil imóveis vazios ou desocupados na área urbana, em parceria público-privada e Zonas Especiais de Interesse Social para garantir a diversidade de habitantes e a conservação de jundiaenses na própria cidade.

\* O parecer aponta entre as áreas rurais propostas que podem causar “riscos” para a cidade, a região do bairro do Poste. Mais uma vez o parecer demonstra ter sido produzido sobre estudo preliminar, inacabado. A região citada atualmente é proposta como zona urbana, resultado de diversas rodadas de discussões entre os delegados e população. Inclusive com a manutenção de parte como Zona Industrial e de Desenvolvimento Econômico.

\* O parecer diz que o atual Plano Diretor de 2012 é uma “continuidade” do plano de 2004. Todos os planos feitos a partir do original de 1969 foram revisões do anterior, com expansão desproporcional da área urbana sobre a zona rural. Como já citamos, há inexplicável e significativa ampliação do perímetro urbano entre os Planos Diretores de 2004 e 2012. A versão do Plano Diretor Participativo em discussão é a primeira renovação dessa linha iniciada na década de 1950 por Vasco Venchiarutti e que além de trazer inovações baseadas no avanço da legislação urbanística brasileira, como os instrumentos do Estatuto da Cidade aprovado em 2001 e que até a presente data não foram incorporados a legislação urbanística municipal, procura a retomada do conhecido histórico processo de planejamento urbano de Jundiaí, através do equilíbrio entre as áreas urbanas, rurais e de proteção ambiental.

\* O parecer busca mostrar que a nova configuração pode ameaçar a geração de empregos e o “dinamismo” do setor imobiliário, que é seu verdadeiro alvo. É um equívoco. O novo Plano abre a possibilidade de construção de gabaritos médios, menos custosos, resgatando a possibilidade de tipologias que ocorreram no território durante décadas, promovidas por pequenos e médios construtores, estimulando a multiplicação de iniciativas, embora possa limitar pontualmente alguns interesses dos detentores de grandes estoques de terras especulativas e de grandes construtoras.

\* O parecer tenta comparar a proposta de Jundiaí com problemas vividos pela Califórnia. É um equívoco. Seria mais adequado comparar os cuidados adotados no novo Plano com situações semelhantes consagradas na Itália, na França, em Portugal, na Alemanha ou América do Norte.



\* O parecer afirma que somente a manutenção do desenvolvimento econômico da cidade pode permitir a preservação ambiental evitando a ocupação irregular e desordenada do solo. Nesse caso, o equívoco acontece ao equiparar o desenvolvimento econômico citado com a atual onda em refluxo do crescimento imobiliário a qualquer custo nos bairros, nas áreas de mananciais e nas bordas da Serra do Japi. O plano introduz facilidades para os pequenos negócios comerciais, domésticos, tecnológicos, criativos e turísticos com novas classificações de incomodidade por zonas e vias.

\* Em resumo, o parecer além de ser visto sob apenas um ponto de vista (geração de PIB), reduzindo o planejamento urbano sob apenas um ponto de vista, também apresenta uma grande defasagem em relação aos debates do primeiro trimestre de 2016 que resultaram no projeto de lei em análise na Câmara Municipal.

**ANEXOS:**

- 1) Juntamos para conhecimento documento protocolado nesta Secretaria pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural se manifestando com relação ao parecer do Forcis.
- 2) Alertas de 2005 para Jundiaí:

**Estudo Internacional - Cities of the Future -Global Competition, Local Leadership\***

**Página 116 (PriceWaterhouseCoopers)**

Fonte: <https://www.pwc.com/gx/en/government-public-sector-research/pdf/cities-final.pdf>



**Arqtª. e Urb. Daniela da Camara Sutti**

**Secretária Municipal de Planejamento e Meio Ambiente**



**Arqtº. Décio Luiz P. Pradella**

**Coordenador de Projetos Urbanos**



**Engª. Daniela Colagrossi**

**Diretora Planejamento e Urbanismo**



**Marcelo Pilon**

**Diretor de Meio Ambiente**